UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

JULIANA DOS SANTOS BELGA

HIPERCORREÇÃO NA ESCRITA ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DE TEXTOS DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO

Belo Horizonte/MG
2019/1

JULIANA DOS SANTOS BELGA

HIPERCORREÇÃO NA ESCRITA ACADÊMICA:
UMA ANÁLISE DE TEXTOS DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO EM DIREITO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguística Aplicada
Linha de pesquisa: Ensino de Português
Orientadora: Profª. Drª. Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães.

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG
2019

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

B429h

Belga, Juliana dos Santos.
Hipercorreção na escrita acadêmica [manuscrito]: uma análise de textos de alunos da graduação em direito / Juliana dos Santos Belga. – 2019.
178 f., enc. : il., color.

Orientadora: Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães.

Área de concentração: Linguística Aplicada.

Linha de pesquisa: Ensino de Português.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 86-90.

Anexos: f. 91-178.

1. Linguística aplicada – Teses. 2. Sociolinguística – Teses. 3. Redação acadêmcia – Teses. 4. Produção de textos – Teses. 5. Língua portuguesa – Erros – Teses. 6. Vícios de linguagem – Teses. I. Guimarães, Daniela Mara Lima Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Hipercorreção na escrita acadêmica: uma análise de textos de alunos da graduação em Direito.

JULIANA DOS SANTOS BELGA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA APLICADA, linha de pesquisa Ensino de Português.

Aprovada em 21 de janeiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães - Orientadora
UFMG

Prof(a). Adriane Teresinha Sartori
UFMG

Prof(a). Anya Karina Campos d Almeida e Pinho
UFMG

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2019.

Este "livro" é dedicado à Lara Belga (quem assim denominou este trabalho), minha doce florzinha, que quase se despetalou enquanto a mamãe regava outro canteiro, o do conhecimento, para se tornar mestra... Agora o nosso jardim volta a florir!

AGRADECIMENTOS

É com o coração grato ao meu Deus que concluo este trabalho. Olho para trás e ao meu redor e me sinto feliz pelo que vivi, pelos colegas e professores com quem aprendi, pela família de onde vim e pela que construí, pelos projetos que concretizei e por aqueles que ainda vou realizar. Sou grata...

Ao meu companheiro Eduardo Zimbu pelo apoio às minhas escolhas, pelo incentivo, por compreender as minhas "instabilidades emocionais" e, especialmente, por suprir as necessidades dos nossos filhos nos difíceis momentos em que estive ausente e por me esperar “voltar” dessa jornada.

À Lara e ao Caio, meus filhos amados, pela doçura e pelo colorido que conferem à minha vida.

À minha mãe pelas palavras sempre serenas, pela incessante presença através de suas orações, encurtando a distância entre nós.

À minha orientadora Professora Drª. Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães, por compartilhar seus conhecimentos com preciosa humildade, pela empatia, paciência e dedicação a esta pesquisa.

Aos voluntários que gentilmente cederam seus textos para a realização deste trabalho.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo incentivo e apoio financeiro.

RESUMO

A hipercorreção ocorre quando o usuário da língua, seja falada ou escrita, produz formas incorretas do ponto de vista gramatical na tentativa de alcançar a norma-padrão. Em geral, esse fenômeno ocorre por analogia a regras já aprendidas e é recorrente com palavras que são alvo de correção, especialmente pela escola. Com base neste princípio, sob as perspectivas teóricas da Sociolinguística e da Sociolinguística Educacional, esta pesquisa teve o *corpus* constituído por amostragem não probabilística. O objetivo deste estudo foi descrever o fenômeno da hipercorreção na escrita de textos produzidos por alunos de graduação em Direito para que fosse possível identificar os aspectos que caracterizam esse fenômeno, conceituar a hipercorreção na escrita, verificar seus tipos mais recorrentes para, finalmente, refletir sobre possíveis práticas pedagógicas. A análise dos dados, realizada com base nos princípios qualitativos, evidenciou que a hipercorreção na escrita acadêmica ocorre, principalmente, nos níveis ortográfico e estilístico e revelou a pouca familiaridade dos alunos com a escrita formal. Os resultados apontam para a necessidade de um trabalho contínuo com a produção de textos, desde o ensino fundamental até o ensino superior, que possibilite que o aluno tome consciência do processo de escrita e apreenda efetivamente as regras ortográficas e gramaticais com vistas à melhor interação escrita no meio acadêmico, profissional e nas diferentes práticas sociais.

Palavras-chave: Hipercorreção. Sociolinguística. Sociolinguística Educacional. Escrita acadêmica. Produção de texto.

ABSTRACT

Hypercorrection occurs when language users, whether in spoken or written language, produce incorrect word forms and expressions from the gramatical point of view with the intention of reaching the standard language. Generally, this phenomenon occurs by analogy to rules already learned and it is recurring with words that are subject to correction, especially by the school. Based on this principle, under the theoretical perspectives of Sociolinguistics and Educational Sociolinguistics, this research had the *corpus* constituted by non-probabilistic sampling. The objective of this study was to describe the phenomenon of hypercorrection in the texts written by undergraduate students in Law so that it was possible to identify aspects that characterize this phenomenon, to conceptualize hypercorrection in writing, check your most recurring types, examine the factors that influence it and finally to reflect about possible pedagogical practices. The data analysis, carried out on the basis of qualitative principles, showed that hypercorrection in academic writing occurs mainly at the orthographic and stylistic levels and revealed the little familiarity of students with formal writing. The results point out to the need of continuous work with the text production, from elementary school to university education, that allows students to become aware of the writing process, to effectively learn the orthographic and grammatical rules, to improve written interaction in the academic environment, professional and in the several social practices.

Key words: Hypercorrection. Sociolinguistics. Educational Sociolinguistics. Academic writing. Text production.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocorrências de hipercorreção ortográfica 53
Tabela 2 – Ocorrências de hipercorreção estilística 54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, LINGUAGEM E ESCRITA 13
2.1 Concepções de língua e de linguagem 13
2.2 A escrita e seu processo de produção 17

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 22
3.1 A Sociolinguística 23
3.2 O olhar da Sociolinguística sobre os fenômenos de hipercorreção 26
3.3 A Sociolinguística Educacional 29

4 HIPERCORREÇÃO 34
4.1 A norma-padrão e a noção de erro 34
4.2 O conceito de hipercorreção 37
4.3 A hipercorreção na escrita 39
4.3.1 Encontra-se 41
4.3.2 Onde 42
4.3.3 Trata-se de 43
4.3.4 O mesmo 44
4.3.5 O qual 45
4.3.6 Gerundismo 46
4.3.7 Cujo o 47
4.3.8 Mediante 47

5 METODOLOGIA 49

6 ANÁLISE DOS DADOS 52
6.1 Descrição dos dados encontrados 52
6.2 Os aspectos ortográficos 55
6.2.1 “Antedrogas”, “destinção”, “destinguir”, “destroe”, “emportantes” e “redescutir” 56
6.2.2 “Discriminalização”/”discriminadas”..... 57
6.2.3 “Conscentração”, “discurssão” e “opnião” 59

6.2.4 “Basea-se” 61
6.2.5 “Diariámente”, “econômia”, “epidêmias”, “trânsitado” e “prêve”..... 63
6.2.6 Considerações sobre a hipercorreção ortográfica 65
6.3 Os aspectos estilísticos 65
6.3.1 “Onde” 66
6.3.2 “Aonde” 70
6.3.3 “O mesmo” 72
6.3.4 “O qual” 75
6.3.5 “Cujo” 77
6.3.6 “Muito embora”..... 78
6.3.7 Considerações sobre a hipercorreção estilística 80
6.4 Hipercorreção: reflexões sobre práticas possíveis 80

7 CONCLUSÃO 83

REFERÊNCIAS 86

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética 91

ANEXO B – Grade curricular do curso de Direito 95

ANEXO C –Textos analisados 96

1 INTRODUÇÃO

A hipercorreção diz respeito a um processo motivado pela tentativa de corrigir um elemento linguístico com vistas ao acerto e revela o desejo do sujeito de demonstrar o domínio da escrita. Esse fenômeno é bastante observado na fase de aquisição do código escrito, quando a criança cria hipóteses sobre a língua com base em regras já aprendidas sobre a língua falada (TENANI; REIS, 2011). A hipercorreção manifesta-se também nos textos de adultos que usam a escrita monitorada e se apresenta como uma divergência à norma gramatical, mas, nesse caso, suas motivações não são puramente linguísticas, são também de ordem social (BORTONI-RICARDO, 2014).

Com o objetivo geral de explorar esse fenômeno manifesto na escrita sob as perspectivas linguística e social para, então, alcançar os objetivos específicos desta pesquisa – que são: conceituar a hipercorreção na escrita, identificar seus tipos mais recorrentes, examinar os fatores que a influenciam e refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem da escrita –, este trabalho propõe-se a analisar o fenômeno da hipercorreção a partir de textos de alunos da graduação em Direito à luz da teoria Sociolinguística, considerando também os preceitos da gramática normativa.

A gramática normativa consiste num conjunto de regras que tem o propósito de orientar o uso da língua de acordo com as determinações de sua norma culta. Lima (2010, p. 27) assume que a elaboração da gramática normativa é norteada "por obsessiva busca de exatidão no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional". Segundo o autor, as regras da gramática normativa são fundamentadas "nas obras dos grandes escritores", que refletem o que foi estabilizado e consagrado na língua e em cuja linguagem está implícito o "ideal de perfeição" (LIMA, 2010, p. 38). Sendo assim, ainda de acordo com Lima (2010), o ensino de língua portuguesa deve ser baseado na gramática normativa, já que, para o autor, trata-se de "uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o 'uso idiomático', dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta" (*Ibidem*, p. 38).

Bagno (2003), por sua vez, afirma que a norma-padrão está imbricada ao ensino formal escolar. Entretanto, o uso da linguagem formal não se restringe a esse contexto, mas se estende a diferentes situações comunicativas que ocorrem nas práticas sociais, especialmente nas relações

profissionais. Sendo assim, nas instituições de ensino superior, que promovem a formação profissional, a escrita conforme a norma-padrão é exigida nas atividades acadêmicas. Todavia, nem sempre os universitários demonstram ter familiaridade com a escrita formal e domínio das regras gramaticais, como denotam os dados desta pesquisa.

Além dos gêneros acadêmicos, algumas profissões exigem o domínio da norma-padrão da língua no seu cotidiano, como aquelas do campo jurídico, cujos profissionais têm a escrita como instrumento de trabalho. Por isso, as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito declaram que, entre as habilidades a serem alcançadas pelo bacharelando, estão "leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos" com a "correta utilização da linguagem – com clareza, precisão e propriedade –, fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário" (BRASIL, 2000, p.4). Tais habilidades são exigidas no exercício dos advogados e a sua negligência, nesse sentido, é motivo de punição, conforme o Estatuto dos Advogados do Brasil, que determina, na Lei 8.906/94, art. 34, os fatores que constituem infração disciplinar. Entre as práticas vetadas neste artigo, está a do inciso XXIV: "incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional" (ESTATUTO, 2018). Sobre essa infração relativa à inépcia profissional, a Ementa 01/2008/OEP esclarece: "O advogado que não demonstra conhecimentos técnicos de direito material e processual e do **idioma pátrio**, formulando pedidos incabíveis e sem nexo mostra-se inapto para o exercício da advocacia [...]" (BRASÍLIA, 2007. Grifo nosso). Sendo assim, a petição escrita em desconformidade com a norma-padrão da língua, de forma que prejudique a compreensão do texto e não dê aos magistrados ciência do que é exposto pelo advogado, pode caracterizar ato de infração disciplinar e levar à penalidade com suspensão do exercício da profissão, conforme o art. 37 da mesma lei.

Destarte, tendo a habilidade de redigir em conformidade com a norma-padrão como meta, estudantes da graduação em Direito se lançam ao desafio de produzirem textos formais, tanto orais quanto escritos, que se enquadrem ao estilo jurídico. Considerando tal contexto, esta dissertação tem como base a análise de textos produzidos por alunos de graduação em Direito de uma instituição de ensino superior da rede privada de Belo Horizonte, atentando-se para casos específicos de hipercorreção, subclassificados em dois tipos, segundo a bibliografia adotada: a hipercorreção ortográfica e a hipercorreção estilística.

Assim, este trabalho está organizado da seguinte forma: no Capítulo 2, são explorados os conceitos de língua e de linguagem, que constituem o objeto de estudo da Linguística, e a

concepção de escrita, modalidade da língua que aqui é privilegiada; no Capítulo 3, dedica-se à fundamentação teórica que embasa este estudo; nele são abarcadas a teoria Sociolinguística, explanando alguns estudos desenvolvidos neste campo, e a disciplina da Sociolinguística educacional, que se dedica a pesquisar e a intervir nas práticas de ensino de línguas; no Capítulo 4, aborda-se o fenômeno da hipercorreção; no Capítulo 5, a metodologia desenvolvida nesta pesquisa é demonstrada; no capítulo 6, dedica-se à descrição e à análise dos dados; e, por fim, no Capítulo 7, são expostas as conclusões deste estudo. Espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar a visão de docentes e pesquisadores sobre questões relacionadas às ocorrências de hipercorreção em textos de alunos de graduação e que também possa motivar reflexões sobre possíveis práticas de ensino de escrita.

2 A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA, LINGUAGEM E ESCRITA

As manifestações da linguagem humana e todas as suas formas de expressão constituem a matéria da linguística, segundo Saussure (2006 [1916]). Se, por um lado, o fenômeno linguístico é de difícil definição devido ao seu caráter sempre binário[1], por outro lado, para o autor, a língua parece passível de receber uma definição autônoma e capaz de ancorar o objeto dos estudos da linguagem se for apreendida como princípio de todas as suas formas de manifestação. Sendo assim, o objeto da linguística pode ser determinado por diferentes perspectivas, mas, na pesquisa científica, se faz necessário definir aquela que favorecerá tanto a caracterização do objeto quanto a fundamentação teórica e a análise dos dados investigados.

Este capítulo tem, portanto, o propósito de abordar as concepções de língua e de linguagem que orientaram os estudos linguísticos ao longo da história para, posteriormente, serem definidas aquelas que orientam esta pesquisa. A escrita, uma das formas de linguagem utilizadas pelo ser humano (VYGOTSKY, 2008; CRYSTAL, 1977), será também aqui caracterizada quanto a sua estrutura e o seu funcionamento. Afinal, se "é o ponto de vista que cria o objeto" (SAUSSURE, 2006 [1916], p.15), é de fundamental importância explicitar as perspectivas que embasam este estudo.

2.1 Concepções de língua e de linguagem

Saussure (2006 [1916]) explora os conceitos de língua e de linguagem ao investigar o objeto de estudo da linguística. Para o autor, a língua é parte inerente à linguagem, mas ambas não se confundem: a língua é o preceito das diferentes manifestações da linguagem. Esta, por sua vez, é considerada pelo autor como "multiforme e heteróclita" (SAUSSURE, 2006 [1916], p.17). Isso quer dizer que a linguagem circula em diferentes domínios e se serve de várias instâncias, pois é, simultaneamente, "física, fisiológica e psíquica" (SAUSSURE, *op. cit.*).

[1] Segundo Saussure (2006 [1916], p. 15-16), a língua se define entre diferentes dualidades, ou seja, "apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra": as impressões acústicas percebidas pelos ouvidos dependem das articulações vocais que produzem os sons; o som, unidade acústico-vocal, está relacionado ao pensamento e produz, "com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental"; a linguagem só pode ser concebida quando se considera suas faces individual e social, e sempre implica "um sistema estabelecido e uma evolução", isto é, "ela é uma instituição atual e produto do passado".

Em contrapartida, a língua é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17). Para o autor, a linguagem é a faculdade de articular palavras por meio de um mecanismo engendrado coletivamente, ao passo que a língua compõe a unidade da linguagem. A língua é concreta, constituída num sistema de signos que reúnem em si sentido e imagem acústica, e só existe em função de um contrato ou acordo firmado entre os membros de uma comunidade linguística. O indivíduo, por sua vez, não pode criar ou modificar a língua, já que esta possui caráter homogêneo e é exterior a ele (SAUSSURE, 2006 [1916]).

Bakhtin (1997), assim como Saussure (2006 [1916]), considera a língua como um fato social que existe em função da comunicação. Porém, o primeiro não identifica na língua o caráter homogêneo e nem considera a fala uma manifestação individual, uma vez que está sempre ligada a condições de comunicação que são determinadas pelas estruturas sociais. Para o autor, heterogeneidade da língua é revelada nas diferenças que esta manifesta como reflexo das variações sociais.

Sendo assim, Bakhtin (1997) afirma que “a língua como sistema estável de formas normativamente idênticas” é uma visão que serve apenas para fins científicos, de teorização ou estudos práticos particulares, mas não retrata “a realidade concreta da língua”. Segundo o autor, “a língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*”, sendo que essa evolução linguística é regida por “*leis sociológicas*”. Por fim, ele coloca que a enunciação, entendida como o uso real da língua, somente se efetiva pelo uso dos falantes e que sua estrutura é determinada por uma estrutura “*puramente social*” (BAKHTIN, 1997, p. 127, grifos do autor).

Chomsky (1980) delineia as concepções de língua e de linguagem em relação com a gramática. Para o autor, a faculdade de linguagem está entre as faculdades mentais inerentes à espécie humana. Essa faculdade “prevê um sistema sensorial para a análise preliminar dos dados linguísticos e um conjunto de esquemas que determina, de modo muito preciso, uma certa classe de gramáticas” (CHOMSKY, 1980, p. 16). Assim, cada língua tem a sua própria gramática, que teoriza sobre as infinitas sentenças que podem ser formadas, de acordo com as especificações das propriedades formais e semânticas particulares das línguas. Conforme os argumentos do autor,

> Estas sentenças, cada uma com uma estrutura particular, constituem a língua gerada pela gramática. As línguas assim geradas são as que podem ser "aprendidas" normalmente. A faculdade de linguagem, dado o estímulo adequado, construirá uma gramática; a pessoa conhece a língua gerada pela gramática construída (CHOMSKY, 1980, p.16).

Ao estudar língua e linguagem, Chomsky (1980) considera a gramática universal (GU), que ele determina como essencial à linguagem humana. O autor define a GU "como o sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas" (CHOMSKY, 1980, p. 28). Esta gramática é, portanto, invariável e comum a todos os indivíduos, já que, segundo o autor, possui caráter biológico.

Sobre a noção de língua, Chomsky (1986) distingue dois tipos: a língua-E e a língua-I. A língua-E é a língua externa, observável, independentemente das faculdades mentais. A língua-I é a língua interna, "um elemento que existe na mente da pessoa que conhece a língua, adquirido por quem aprende e utilizado pelo falante-ouvinte" (CHOMSKY, 1994, p. 41). Assim sendo, a gramática, quando entendida em sua forma convencional, ou seja, como "uma descrição ou uma teoria de uma língua, um objeto construído por um linguista" (CHOMSKY, 1994, p.39), está relacionada à língua-E.

Para Vygotsky (1991), a linguagem está a serviço da interação social, pois é usada com função interpessoal desde quando a criança a adquire. A linguagem tem, para o autor, função cognitiva, além da comunicativa, em que são usados signos e palavras.

> A capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas (VYGOTSKY, 1991, p. 31).

Isso ocorre porque a linguagem usada pela criança inicialmente para interagir e se comunicar com as pessoas ao seu redor desempenha, posteriormente, a função cognitiva (ou "função mental interna" (VYGOTSKY, 1991, p. 101)). Para tanto, a linguagem exterior é convertida em fala interior e é usada para organizar o pensamento, o que possibilita o desenvolvimento cognitivo da criança.

De maneira semelhante, Crystal (1977, p. 288) declara que a "função fundamental da linguagem" é a comunicação. Trata-se de um comportamento controlado e compartilhado socialmente; um ato comunicativo que envolve um emissor que transmite determinada informação que é destinada a um receptor. "No caso da linguagem, tanto o emissor como o receptor são humanos e a mensagem é transmitida ou vocalmente, através do ar, ou graficamente, através de marcas escritas num papel" (CRYSTAL, 1977, p. 288).

Este autor reconhece outras formas de comunicação humana, como expressões faciais, gestos corporais e até mesmo estímulos sensoriais além do visual e do auditivo. Ele observa:

> Algumas sociedades secretas têm um sistema de comunicação por tato, e já me tem sido dado a observar certos anúncios que têm impregnado o cheiro do produto que reclama. Mas, de modo geral, o uso do gosto, tato e cheiro são muito pouco utilizados na comunicação humana (CRYSTAL, 1977, p. 289).

Ainda segundo os argumentos de Crystal (1977), na comunicação, prevalece a linguagem que utiliza os sentidos visual e auditivo. Sendo assim, ele conclui:

> A discussão pode ser resumida referindo a linguagem como um ruído vocal humano (ou representação gráfica de tal ruído) usado, sistemática e convencionalmente, por uma comunidade com o fim de comunicar. Ocasionalmente, a linguagem pode ser usada com outros fins que não sejam a comunicação – por exemplo, para aliviar (como no caso da nossa reação vocal ao fato de termos dado uma martelada num dedo) ou pura e simplesmente para nos dar o prazer que o efeito do som da linguagem tem aos nossos ouvidos (como no jogo das palavras), ou para servir de veículo aos nossos pensamentos quando mais ninguém está presente. Mas tais usos da linguagem são secundários (CRYSTAL, 1977, p. 292).

Marcuschi (2009), por sua vez, não situa a língua no âmbito estrutural, como Saussure (2006 [1916]), e nem no âmbito do formalismo, como Chomsky (1980; 1994), mas desenvolve seus estudos de acordo com o movimento funcionalista, segundo as teorias da sociointeração e da sociocognição, se aproximando de conceitos defendidos por Vygotsky (1991) e Crystal (1977). Assim, levando em consideração o contexto de uso da língua, a interação e os aspectos socioculturais, o autor indica as concepções de língua e de linguagem com base na linguística enunciativa, que define "a língua como um conjunto de práticas enunciativas e não como forma desencarnada" (MARCUSCHI, 2009, p. 19). Nessa perspectiva sociointeracionista, o autor concorda com Bakhtin e Voloshinov[2] (1979), que argumentam:

[2] BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin N. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1979.

> A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN; VOLOSHINOV, 1979 *apud* MARCUSCHI, 2009, p. 20).

Todavia, Marcuschi (2009, p. 22) não desconsidera a estrutura da linguagem e pondera que ela "não é também um simples fruto de determinismos externos". A noção de linguagem adotada pelo autor a define como uma atividade social e interativa e, portanto, fundamentada no dialogismo, já que todo enunciado é produzido por alguém e destinado a alguém.

Após explorar considerações relevantes apresentadas por conceituados linguistas acerca do objeto da linguística e sem desconsiderar o caráter essencialmente complexo que incorre na dificuldade de representação conceptual desse objeto, nesta pesquisa compartilha-se das perspectivas de língua e de linguagem conforme são definidas por Marcuschi (2009). Considera-se, portanto, na fundamentação teórica e na análise do *corpus*, o contexto de uso da língua, sua função enunciativa e os aspectos socioculturais envolvidos na situação de interação. Sendo assim, a escrita, que é um tipo de linguagem, e o processo de construção do texto, são os temas explorados na sessão seguinte [3].

2.2 A escrita e seu processo de produção

Partindo da premissa de que a escrita é uma das formas de linguagem, Vygotstky afirma: "a escrita é uma função linguística distinta, que difere da fala oral tanto na estrutura como no funcionamento" (VYGOTSKY, 2008, p. 123). Segundo o autor, o processo de escrita exige "um alto nível de abstração" (o que implica certo desenvolvimento das estruturas mentais) e, quando do seu aprendizado, as palavras da fala e do pensamento são substituídas por "imagens de palavras" ou "signos escritos" (VYGOTSKY, *op.cit*.). De acordo com Vygotsky (1991), a escrita é:

> [...] um sistema particular de símbolos e signos cuja dominação prenuncia um ponto crítico em todo o desenvolvimento cultural da criança. Um aspecto

[3] A compreensão de como se dá a escrita e o processo de construção do texto é importante neste trabalho, já que o *corpus* ora analisado é constituído de textos do gênero acadêmico, formais, produzidos por meio de escrita monitorada.

> desse sistema é que ele constitui um simbolismo de segunda ordem que, gradualmente, torna-se um simbolismo direto. Isso significa que a linguagem escrita é constituída por um sistema de signos que designam os sons e as palavras da linguagem falada, os quais, por sua vez, são signos das relações e entidades reais. Gradualmente, esse elo intermediário (a linguagem falada) desaparece e a linguagem escrita converte-se num sistema de signos que simboliza diretamente as entidades reais e as relações entre elas (VYGOTSKY, 1991, p. 120).

Entre as diferenças destacadas pelo autor entre fala e escrita está a presença do interlocutor. Segundo ele, a escrita é direcionada a alguém que está distante, a um ser imaginário ou até mesmo inespecífico. Vygotsky (2008) também ressalta que as motivações para a escrita são diferentes das motivações para a fala, pois são menos imediatas, menos claras e mais intelectualmente elaboradas. A ausência de um interlocutor no momento da produção da escrita leva o sujeito que escreve a representar imaginariamente a situação de interlocução. Já a fala, por outro lado, que tem o interlocutor presente, é marcada por uma dinamicidade que se encarrega de tornar tais motivos mais evidentes.

Vygotsky (2008, p. 124) afirma que "a escrita também exige uma ação analítica deliberada por parte da criança". Isso quer dizer que a criança que está na fase de aquisição da escrita executa a tradução de uma fala preexistente, ou seja, uma "fala interior" que ocorre no nível do pensamento.

> A fala interior é uma fala condensada e abreviada. A escrita é desenvolvida em toda a sua plenitude, é mais completa do que a fala oral. A fala interior é quase que inteiramente predicativa, porque a situação, o objeto do pensamento, é sempre conhecida por aquele que pensa. A escrita, ao contrário, tem que explicar plenamente a situação para que se torne inteligível (VYGOTSKY, 2008, p. 124).

Assim, a criança efetua raciocínios conscientemente ao reconhecer os sons das palavras e traduzi-los nos sinais gráficos correspondentes. A memorização procedente dessa etapa a leva a, posteriormente, dispor as palavras em determinada ordem para elaborar frases escritas.

Apesar de o autor enfatizar nessas considerações o momento de aquisição da escrita, suas observações a respeito da consciência do ato de escrever podem ser estendidas também àqueles que já possuem domínio da escrita. Ele argumenta que a criança tem o domínio inconsciente da gramática, isto é, da estrutura de sua língua materna. Porém, à medida que a escrita é aprendida, seus conhecimentos são colocados em exercício de maneira consciente. Assim, a prática da

linguagem escrita se torna uma habilidade constantemente desenvolvida pelo do uso, o que faz com que a escrita seja um ato orientado conscientemente.

Sobre o desenvolvimento da habilidade de escrita, Koch (2009) observa que, ao escrever, o sujeito recorre aos conhecimentos linguísticos armazenados em sua memória, bem como ao seu conhecimento de mundo e às interações sociais que estabeleceu ao longo da vida por meio da linguagem. Segundo a autora,

> escrever é uma atividade que exige do escritor conhecimento da ortografia, da gramática e do léxico de sua língua, adquirido ao longo da vida nas inúmeras práticas comunicativas de que participamos como sujeitos eminentemente sociais que somos e, de forma sistematizada, na escola (KOCH, 2009, p. 37).

De acordo com Koch (2009), a escrita não é o simples uso do código linguístico, uma vez que sua prática parte do princípio da interação e aciona saberes específicos. Dessa forma, a autora concebe a escrita como produção textual, uma atividade dialógica em que o produtor mobiliza conhecimentos e estratégias para escrever e alcançar o seu objetivo de comunicação tendo em vista o leitor a quem se dirige.

Blanche-Benveniste[4] (2004, *apud* MARCUSCHI; HOFFNAGEL, 2005) também refuta a ideia de reduzir a língua a um código gráfico. Para essa autora, a escrita é um fenômeno social fortemente influenciado pela história e pela cultura, e não há um código único que corresponda a cada som da fala ou a cada variação da língua. Portanto, para ela, a escrita não deve ser considerada mera transcrição da fala.

Toda produção textual é realizada com vistas à construção de sentido (DIONISIO; HOFFNAGEL, 2005, p. 105). Semelhante ao que ocorre na fala, para que o autor do texto escrito alcance o seu objetivo na comunicação, ele lança mão de algumas estratégias de elaboração. Dionisio e Hoffnagel (2005, p. 105) citam três delas: “a correção, a repetição e a modalização”. Segundo as autoras, essas estratégias são bastante comuns na oralidade, mas ocorrem também na escrita, observadas as particularidades de cada uma dessas modalidades da língua.

[4] BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita, irredutível a um código. In: FERREIRO, Emília *et al*. *Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 13-26.

De acordo com aquelas autoras, a correção na escrita é feita antes da recepção do texto pelo leitor. A adequação dos modos e tempos verbais, a reestruturação da oração, a troca de itens lexicais e a correção ortográfica são exemplos de correções na produção textual escrita. Outra estratégia de formulação do texto escrito apontada é a repetição. As autoras argumentam que se trata de um recurso de persuasão de "força retórica" que visa determinado "efeito argumentativo" (DIONISIO; HOFFNAGEL, 2005, p. 115). Por fim, a última estratégia de produção textual citada por Dionisio e Hoffnagel (*op. cit.*) é a modalização, que "expressa as atitudes ou posições de falantes e escritores em relação a si próprios, em relação a seus interlocutores e em relação ao tópico do seu discurso". Pela modalização, o autor indica no texto, de maneira explícita ou implícita, o seu posicionamento a respeito daquilo que diz. Ao mesmo tempo, ele utiliza essa estratégia com o objetivo de conduzir o leitor do seu texto à interpretação pretendida.

É importante observar que tais estratégias são executadas na escrita de maneira diferente do que acontece na oralidade. Neste último caso, os turnos de fala permitem que o interlocutor se manifeste e sinalize a compreensão que tem do texto no mesmo momento em que ele é produzido, o que leva o locutor a reformular ou a corrigir a sua fala quando julga necessário. Já na escrita, o autor do texto prevê os possíveis problemas e tenta solucioná-los usando estratégias como aquelas mencionadas (DIONISIO; HOFFNAGEL, 2005).

Sendo assim, Marcuschi (2009, p. 79) argumenta, com base em Beaugrande[5] (1997), que "o texto é um sistema atualizado de escolhas extraído de sistemas virtuais[6] entre os quais a língua é o sistema mais importante". Desse modo, os sistemas linguísticos ou virtuais são acessados pelo sujeito, que deles extrai os elementos deliberadamente escolhidos para serem representados no texto concreto. Tais escolhas refletem o gênero textual.

Com base no que foi exposto até aqui, a língua é entendida neste estudo sob a perspectiva sociointeracionista e, portanto, é admitida em seus aspectos sistemático, cognitivo, e "tomada como uma atividade sociointerativa desenvolvida em contextos comunicativos historicamente situados" (MARCUSCHI, 2009, p. 61). A escrita, uma das formas de expressão da língua, é

[5] BEAUGRANDE, R. de. *New Foudations for a science of text and discourse*: cognition, communication, and the freedom of acces to knowledge and society. Norwood: Ablex, 1997.
[6] O autor esclarece que o sentido de virtual, nesse caso, não se dá em oposição dicotômica ao real, mas é usado no sentido de oposição a um sistema concreto ou empírico.

dialógica, produzida conscientemente e formulada com um objetivo de comunicação que pretende produzir determinado sentido segundo as intenções do autor, que escolhe as estratégias para alcançar tal objetivo. O texto, por sua vez, é um "*evento interativo*" compreendido "como um *sistema de conexões entre vários elementos*, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc.", cuja produção e "coprodução" está sempre em processo (MARCUSCHI, 2009, p. 80, grifos do autor). Entre as estratégias de produção textual apontadas por Dionisio e Hoffnagel (2005), a de correção é bastante relevante para este estudo, pois, conforme será abordado no próximo capítulo, o fenômeno da hipercorreção decorre da tentativa de correção da escrita, o que leva à produção de uma forma que extrapola a variedade que o autor tem como meta – geralmente, a variedade padrão da língua (CRYSTAL, 1988).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho fundamenta-se na teoria Sociolinguística, cujos estudos se caracterizaram como ciência em meados do século XX, nos Estados Unidos (BORTONI-RICARDO, 2014). Considerando o objetivo geral desta pesquisa, que é compreender a hipercorreção na escrita sob as perspectivas linguística e social, a teoria Sociolinguística foi escolhida para fundamentar os estudos. Essa teoria oferece importantes subsídios para a investigação do fenômeno em questão, pois considera a relação entre língua e sociedade, além de abordar a questões como identidades e atitudes sociais, variantes linguísticas e os usos da língua em diferentes situações de comunicação.

Labov (1969; 1972) foi pesquisador pioneiro em Sociolinguística e liderou importantes estudos nos Estados Unidos, entre eles, a análise contrastiva entre a variedade do inglês falado por crianças de grupos minoritários que apresentavam baixo desempenho escolar e o inglês padrão, ensinado nas escolas. Nesse período inicial do desenvolvimento da Sociolinguística, os estudos privilegiavam a variação linguística, buscando descrever seus aspectos e identificar os fenômenos indicativos do processo de mudança linguística. Mas, posteriormente, as pesquisas sociolinguísticas se ampliaram e passaram a contemplar outras dimensões da linguagem.

Os estudos sociolinguísticos desenvolvidos desde Labov alcançaram outros matizes da linguagem, e, atualmente, oferecem subsídios para o que Bortoni-Ricardo (2014) chama de "Sociolinguística educacional". Segundo a autora, trata-se de estudos sociolinguísticos que têm o intuito de aplicar os "resultados das pesquisas sociolinguísticas na solução de problemas educacionais e em propostas de trabalho pedagógico mais efetivas" (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 158). Além dos resultados de ordens qualitativa e quantitativa das pesquisas em Sociolinguística, informações pertinentes às áreas da pragmática, linguística do texto, linguística aplicada e análise do discurso são incorporadas ao paradigma de que a Sociolinguística Educacional se serve. Assim, o enfoque desta teoria sobre o ensino da língua materna na escola favorece o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, pois visa "contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos" (BORTONI-RICARDO, *op. cit.*).

Nas seções deste capítulo, a Sociolinguística, considerada em sua forma mais abrangente, será tratada separadamente da Sociolinguística educacional, que enfoca a importância desta

disciplina no ensino de línguas. Aqui também a hipercorreção será abordada sob a perspectiva da Sociolinguística. Dessa forma, será possível, posteriormente, após a análise dos dados, suscitar reflexões sobre o trabalho com a hipercorreção nas práticas de ensino da língua.

3.1 A Sociolinguística

A Sociolinguística considera o uso real da língua e observa os seus aspectos estruturais e o contexto sociocultural em que a produção linguística ocorre. Nesse campo de estudos, admite-se a variação e a mudança linguística como aspectos intrínsecos à língua, de maneira que todas as produções verbais, sejam orais ou escritas, interessam às análises linguísticas. Entre os objetivos dessa área, estão a busca por explicações para a variação linguística, a identificação dos fatores que a suscitam e a análise dos fenômenos que a caracterizam em relação a uma comunidade de fala, considerando tanto os aspectos linguísticos envolvidos quanto os extralinguísticos[7]. Os estudos nesse âmbito tornam possível perceber se tais fenômenos apontam para uma mudança linguística (CEZARIO; VOTRE, 2011).

Neste ponto, é importante discriminar os conceitos de variação e de mudança linguística. A variação linguística é um fenômeno que reflete a heterogeneidade da língua; trata-se da pressuposição de que existem diferentes formas linguísticas equivalentes, chamadas variantes. As variantes podem assumir uma estabilidade no sistema linguístico, alternando-se no uso dos falantes, ou podem ganhar proeminência, chegando a eliminar formas concorrentes, o que caracteriza o fenômeno da mudança linguística (MOLLICA, 2004). De acordo com Labov (2008), o processo de mudança linguística ocorre em três estágios: a origem, quando algumas pessoas fazem uso de variantes em processo de mudança; a propagação, quando um grande número de falantes adota a mudança, de modo que ela passa a se contrastar com a forma antiga nas interações sociais; e o término, quando as variantes concorrentes são eliminadas e prevalece a mudança, variante que atinge regularidade na língua.

De acordo com Cezario e Votre (2011), a semelhança na língua usada por indivíduos de uma mesma comunidade de fala se justifica pelo fato de compartilharem experiências e atividades

[7] *Comunidade de fala* é um conceito aqui compreendido como um grupo de falantes que se diferencia de outros por compartilhar entre si traços linguísticos, normas e atitudes semelhantes no uso da linguagem (LABOV, 1972), sendo reconhecido, entretanto, que tal comunidade pode ser heterogênea, já que o falante pode atuar em diferentes comunidades de fala e se apropriar de características linguísticas variadas (SEVERO, 2008).

afins. Os indivíduos se organizam na comunidade por agrupamentos que se caracterizam pelos elementos comuns, "a exemplo de religião, lazeres, trabalho, faixa etária, escolaridade, profissão e sexo" (CEZARIO; VOTRE, 2011, p. 148). Para esses autores, a quantidade de traços compartilhados entre os indivíduos e a intensidade das relações estabelecidas podem levar à composição de subcomunidades linguísticas, que poderão fazer uso de diferentes variantes da língua[8].

Segundo Mollica (2004, p. 27), embora a perspectiva Sociolinguística considere a heterogeneidade das línguas naturais, a variação linguística possui um aspecto "regular, sistemático e previsível, porque os usos são controlados por variáveis estruturais e sociais", fatores intralinguísticos ou extralinguísticos. A autora também argumenta que a Sociolinguística, por seu caráter científico, considera legítima e previsível toda a gama de manifestações da língua. Contudo, ela pondera que variantes linguísticas estão expostas aos julgamentos sociais, podendo ser estigmatizadas ou valorizadas pelos falantes, de maneira que o uso das formas linguísticas pode determinar a posição que o falante assume na pirâmide social. Sendo assim, são de interesse dos estudos sociolinguísticos os temas da estigmatização linguística bem como os fatores linguísticos relativos à mobilidade social (MOLLICA, 2004). Sobre valoração social e preconceito, Mollica (2004, p. 13) argumenta:

> Os sociolinguistas têm-se voltado para a análise dessas relações, e o preconceito linguístico tem sido um ponto muito debatido na área, pois ainda predominam as práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto. As línguas, em geral, apresentam uma diversidade que se distribui em *continuum*, da qual o falante adquire primeiro as variantes informais e, num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária.

De acordo com a autora citada, o prestígio ou desprestígio social está presente em todas as línguas devido à variação linguística inerente a elas. Mas, para ela, a Sociolinguística é capaz de intervir sobre essas reações, pois oferece estudos valiosos que contribuem para a minimização dos preconceitos linguísticos, uma vez que essa abordagem relativiza a noção de erro no ensino escolar de línguas e defende a legitimidade das variedades linguísticas.

[8] Cezario e Votre (2011, p. 148) citam "jornalistas, professores, profissionais da informática, pregadores e estudantes" como exemplos de sujeitos que compõem subcomunidades linguísticas. Estas subcomunidades podem ser entendidas também como *comunidades de prática*, "nas quais os indivíduos, ao escolherem pertencer a esta ou àquela comunidade, compartilham repertórios de práticas, dentre os quais as linguísticas" (SEVERO, 2008, citando ECKERT (1996)).

Calvet (2002, p. 102) fala em "variável linguística" ao designar as diferentes formas que o falante pode usar para dizer "a mesma coisa". Segundo o autor, essas formas variadas são significantes que remetem a um mesmo significado, e a opção por uma ou por outra forma tem função estilística ou social. Um exemplo disso no português brasileiro é o uso da variável *nós* e *a gente* como pronome pessoal de segunda pessoa, sendo que *nós* é o termo preferido para os usos formais. Todavia, o uso de formas linguísticas estigmatizadas, como já foi dito, pode despertar o sentimento de preconceito contra aqueles que não compreendem a dinâmica da língua.

O preconceito linguístico é comum nas diferentes línguas e existe tanto em relação à língua quanto em relação ao falante que usa uma forma estereotipada. "Esses estereótipos não se referem a línguas diferentes apenas, mas também às variantes geográficas das línguas, frequentemente classificadas pelo senso comum ao longo de uma escala de valores" (CALVET, 2002, p. 67).

Bortoni-Ricardo (2014, p. 13) alega que, além dos distintos trabalhos realizados pela Sociolinguística, é preciso diferenciar "aspectos analíticos micros e macros".

> Erving Goffman [1922-1982], em um texto clássico publicado em 1964, considera que, a par dos estudos sociológicos de natureza macroanalítica, concernentes a classe social, casta, grupos etários, gênero, país ou região de origem, graus de escolaridade, enfim, aspectos contemplados em uma análise macrossocial, há dimensões negligenciadas relativas à interação social, que vão configurar uma microanálise (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 38).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), por um lado, os fatos sócio-históricos da língua interessam à macrossociolinguística, assim como a análise do grau de letramento que uma comunidade de fala possui, o que é uma das atribuições dessa área de estudos. Da mesma maneira, estão entre os elementos de interesse dessa área as atitudes linguísticas estudadas por Fasold (1984, *apud* BORTONI-RICARDO, 2014), que dizem respeito aos sentimentos positivos, de orgulho ou lealdade, ou negativos, de desprestígio, em relação à língua usada pelos falantes de uma comunidade de fala.

Por outro lado, a interação verbal tem aspectos que são negligenciados pela macrossociolinguística, que constituem objeto de análise na perspectiva micro. A interação face

a face que ocorre num ato de comunicação é governada por ações que são mutuamente negociadas e oferecem pistas que asseguram ao falante o turno de fala e o informam sobre a atenção de seu interlocutor. Da mesma forma, nos encontros sociais, as expressões faciais ou "decoração facial" e os gestos produzidos, bem como a aproximação física e social e o papel dos interlocutores, que constituem as "estruturas gramaticais das interações", são ações de um pequeno sistema que integra os objetos da microssociolinguística (GOFFMAN, 1964; 1976, *apud* BORTONI-RICARDO, 2014, p. 38-39).

Segundo Calvet (2002), as distinções dentro da Sociolinguística não são tão claras e as abordagens microssociolinguística e macrossociolinguísticas não se contrapõem, mas, ao contrário, são complementares. Com base na definição de Bortoni-Ricardo (2004), é possível afirmar que o fenômeno da hipercorreção é objeto da macroanálise, uma vez que envolve as noções de norma e valoração social, podendo ser também um indicativo da posição social do falante (LABOV, 2008). Sendo assim, na sessão seguinte, este fenômeno, objeto de estudo nesta pesquisa, será avaliado sob a perspectiva da teoria Sociolinguística.

3.2 O olhar da Sociolinguística sobre os fenômenos de hipercorreção

A seção anterior apresentou pontos importantes da investigação Sociolinguística, tendo destaque a relação entre variação linguística e valoração social. Nesta seção, o fenômeno da hipercorreção, que surge no âmbito da variação linguística e está relacionado ao fator da mobilidade social (BORTONI-RICARDO, 2014), será tratado sob a perspectiva da Sociolinguística. O capítulo seguinte é também dedicado ao estudo desse fenômeno, que será explorado de maneira mais acurada, sobretudo em relação à escrita.

Labov (2008, p. 140) afirma que a língua funciona como um indicador de vários processos sociais. Para o autor, "a variação do comportamento linguístico não exerce, em si mesma, uma influência poderosa sobre o desenvolvimento social, nem afeta drasticamente as perspectivas de vida do indivíduo". Inversamente, é o comportamento linguístico que se altera quando o falante passa por mobilidade social. "Essa maleabilidade da língua sustenta sua grande utilidade como indicador de mudança social" (LABOV, 2008, p. 140).

Gnerre (1987, p. 3), por sua vez, defende que, ligada às funções da linguagem, está a necessidade de "comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa

na sociedade em que vive". Ele argumenta ainda que as pessoas querem ser ouvidas e respeitadas pela sua fala, como também usam da fala para "exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos linguísticos". O autor remete à Bourdieu (1977)[9] a ideia de que "o poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico", como evidenciam os discursos no âmbito da política, da religião e de instituições cujos representantes pretendem obter reconhecimento e exercer poder sobre a sociedade. Mesmo em casos menos extremos, o falante espera obter reconhecimento e exercer poder utilizando-se da palavra (GNERRE, 1987, p. 3).

Calvet (2002) discorda da definição de língua como mero "instrumento de comunicação", já que essa ideia implica considerar a neutralidade da relação entre o falante e a língua que usa, o que, segundo o autor, verdadeiramente não ocorre.

> Com efeito, existe todo um conjunto de *atitudes*, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento. [...] As atitudes linguísticas exercem influência sobre o comportamento linguístico (CALVET, 2002, p. 65. Grifo do autor).

De acordo com esse mesmo autor, entre os sentimentos do falante em relação à língua está o de "segurança linguística", que ocorre quando, por motivos diversos, a variante usada pelo falante não é questionada, sendo considerada a norma. Por outro lado, o sentimento de "insegurança linguística" ocorre quando o falante usa formas linguísticas que considera desvalorizadas e tem como ideal uma outra variante, que é mais prestigiada socialmente e, entretanto, não a usa (CALVET, 2002, p.72). Sendo assim, a insegurança linguística é influenciada pelos julgamentos sociais, que caracterizam como estereotipadas as formas que se distanciam da norma da língua.

A norma-padrão, que é ensinada nas escolas e é usada pela camada de prestígio da sociedade, pode provocar um comportamento social que, segundo Calvet (2002), é de interesse da Sociolinguística. Por um lado, a norma pode levar o falante a refletir sobre os próprios usos linguísticos, o que o poderá fazê-lo valorizar sua língua ou, ao contrário, ajustá-la a fim de se aproximar do uso mais prestigioso. Por outro lado, a norma pode favorecer que o falante a reaja à fala dos outros fazendo julgamentos sobre elas.

[9] BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. In: *Langue Française*, 34. Paris: Larousse, 1977.

Sobre a atribuição de valor à língua, Gnerre (1987, p. 4) argumenta que "uma variedade linguística 'vale' o que 'valem' na sociedade seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais". De acordo com o autor, uma variedade ganha primazia sobre as outras especialmente quando é associada à escrita e quando é usada em comunicações de cunho político e cultural. Dessa forma, tal variedade passa a ser considerada a norma.

Assim, os falantes reagem quando tomam conhecimento da norma e podem modificar o seu comportamento linguístico em relação a ela, seja para aproximar a fala das formas mais prestigiosas, seja para escapar dos julgamentos sociais. Essa atitude pode incorrer, segundo Calvet (2002), no fenômeno linguístico denominado hipercorreção. Para este autor, esse fenômeno "se manifesta especialmente na vontade de alguns falantes de imitar a forma prestigiosa e de 'exagerá-la'. Essa prática pode corresponder a estratégias diferentes: fazer crer que se domina a língua legítima ou fazer esquecer a própria origem", quando esta é alvo de preconceito (CALVET, 2002, p. 78).

A hipercorreção está relacionada, ainda segundo Calvet (2002), às atitudes do falante em relação à língua, sobretudo à insegurança linguística:

> Essa hipercorreção é testemunha da insegurança linguística. É por considerar o próprio modo de falar como pouco prestigioso que a pessoa tenta imitar, de modo exagerado, as formas prestigiosas. Esse comportamento pode gerar outros que vêm se acrescentar a ele: a hipercorreção pode ser percebida como ridícula por aqueles que dominam a forma "legítima" e que, em contrapartida, vão julgar de modo desvalorizador os que tentam imitar uma pronúncia valorizada. Esse círculo pode ir ao infinito ou quase, e nos mostra o profundo enraizamento social das atitudes linguísticas (CALVET, 2002, p. 79).

Calvet (2002) também defende que as circunstâncias que levam o falante a buscar uma forma correta de falar são, apenas aparentemente, de caráter linguístico. Ele argumenta que o fator que realmente determina a produção de formas hipercorrigidas é de caráter social, já que o falante que usa de tais formas o faz por influência social, assim como é social a vantagem que ele tenciona alcançar.

A "metáfora econômica" de Bourdieu (1990)[10] é citada por Calvet (2002) ao avaliar a relação entre variáveis linguísticas e variáveis sociais. Segundo este autor, é possível que haja uma relação biunívoca entre os dois conjuntos de variáveis. Em outras palavras, um elemento do conjunto das variáveis linguísticas, como, por exemplo, o uso de determinada variável fonética, pode ser correspondente a um elemento do conjunto das variáveis sociais, o que possibilita a localização do falante em um ponto determinado de cada um dos conjuntos, revelando, assim, a relação entre eles.

> "A troca linguística é também uma troca econômica, que se estabelece em determinada relação de forças simbólicas entre um produtor, detentor de um certo capital linguístico, e um consumidor (ou um mercado), e que é feita para proporcionar certo lucro material ou simbólico". Isso significa que, para Bourdieu, para além da simples comunicação de sentido, os discursos são signos de riqueza, signos de autoridade, eles são emitidos para ser avaliados e obedecidos, e que a estrutura social está presente no discurso (BOURDIEU, 1990, p. 59-60, *apud* CALVET, 2002, p. 107).

Assim, com base em Bourdieu (1990), Calvet (2002, p.107) defende que o falante possui um "capital linguístico" que o dá liberdade para "jogar no mercado" e manipular seus usos linguísticos de acordo com o seu desejo ou necessidade. Dessa forma, o falante consegue que o grupo reconheça o seu poder pelo seu capital linguístico, que é puramente simbólico.

Se a hipercorreção é fruto da insegurança linguística, se caracteriza pela contraposição à norma e, ao mesmo tempo, revela a busca de reconhecimento por parte do falante, há que se pensar como o ensino de línguas e, especialmente, da norma-padrão, pode ser tratado nas escolas sem discriminar as demais variedades linguísticas e os falantes. Com o objetivo de refletir sobre este assunto, a próxima seção irá abordar o tema da Sociolinguística educacional, área que se dedica a levar as contribuições das pesquisas sociolinguísticas às práticas pedagógicas voltadas para o ensino de línguas.

3.3 A Sociolinguística educacional

A Sociolinguística aplicada à educação tem como foco a escola e o ensino de línguas. Os estudos desenvolvidos nessa perspectiva são relativos à variação e à mudança linguística e visam favorecer o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. Para tanto, é

[10] BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1990.

primordial que os professores de Língua Portuguesa reconheçam e considerem a heterogeneidade da língua e as diferenças que se evidenciam nos usos linguísticos (CYRANKA, 2016).

Bortoni-Ricardo (2005) remete a Hymes (1972)[11] ao tratar dessa competência quanto ao uso da língua que os professores desejam que os alunos desenvolvam:

> Do ponto de vista da Sociolinguística educacional, para operar de uma maneira aceitável, um membro de uma comunidade de fala tem de aprender o que dizer e como dizê-lo apropriadamente, a qualquer interlocutor e em quaisquer circunstâncias. Essa capacidade pessoal, que inclui tanto o conhecimento tácito de um código comum, como a habilidade de usá-lo, foi denominada competência comunicativa por Hymes (1972). (BORTONI-RICARDO, 2005, p.62)

Para aquela autora, a comunicação se apoia no contexto situacional, que constitui também um recurso que o falante tem à disposição para fazer suas escolhas linguísticas. Baseada em Erickson e Schultz (1977), Bortoni-Ricardo (2005) alega que os contextos sociais são mutuamente definidos, partilhados e validados por seus participantes, com base nas situações que vivenciam e nos papéis que desempenham. Todavia, é preciso compreender que o contexto é também construído no decorrer do ato de comunicação pela ação dos interlocutores, e possui, nesse sentido, caráter dinâmico.

Considerando esses preceitos, a Sociolinguística Educacional tem o propósito de levar o tema da variação linguística às salas de aula para que os alunos entendam que as diferenças dialetais são válidas e podem ser usadas em determinados contextos, segundo as condições de produção[12]. Cyranka (2016) defende que a escola não deve considerar apenas a norma-padrão, mas também as diferentes variedades da língua. A autora afirma que a ideia de correção do português se firma nas gramáticas normativas, que descrevem parcialmente a língua. Ela argumenta que é um "equívoco grave e extremamente nocivo ao trabalho escolar de desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos" o ensino fundamentado apenas nessas gramáticas, como se a língua fosse homogênea (CYRANKA, 2016, p. 168). Segundo essa mesma autora, é preciso considerar a variedade usada pelos alunos e a legitimidade de sua

[11] HYMES, D. On comunicative dependence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, S. (Orgs.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

[12] As condições de produção dizem respeito às "necessidades do leitor/escritor, falante/interlocutor, a partir do contexto em que se encontra" (CYRANKA, 2016, p. 169).

fala, como também levá-los a perceber os diferentes contextos em que atuam para que sejam capazes de adequar seus usos linguísticos sempre que necessário.

Segundo Bortoni-Ricardo (2005), a norma-padrão possui primazia sobre as demais variedades da língua, o que ocorre não só com o português. Essa preeminência foi firmada por fatores históricos e culturais que levaram essa variedade a ser caracterizada como língua culta ou padrão. Para a autora, as escolas devem ensinar a norma-padrão, mas esse ensino não deve excluir os conhecimentos linguísticos e os valores culturais que o aluno leva consigo. Dessa maneira, o ensino deve favorecer uma ampliação das competências linguística e comunicativa dos seus alunos, para que eles sejam capazes de decidir entre as variedades disponíveis e empregá-las segundo as necessidades e os contextos de comunicação.

Nesse sentido, como o propósito de viabilizar o ensino de línguas na sala de aula privilegiando os conhecimentos e a cultura dos alunos, a autora apresenta o conceito de "pedagogia culturalmente sensível"[13], que tem o objetivo de "criar em sala de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos" (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 128). Essa atitude pedagógica propicia o alinhamento dos processos interacionais e favorece o aprendizado, já que o resgate dos processos sociais vivenciados pelos alunos auxilia o desenvolvimento de outros processos cognitivos e secunda a construção do conhecimento de maneira significativa.

Sendo assim, para que o professor e a escola contribuam efetivamente para o aprendizado da língua materna, Bortoni-Ricardo (2005) argumenta que é preciso estar atento aos diferentes aspectos sociolinguísticos e culturais dos discentes, desenvolvendo, para tanto, uma pedagogia que dê conta dessas questões. Para a autora, a Sociolinguística Educacional deve desenvolver suas ações com base em seis princípios fundamentais, a saber:

- *Primeiro princípio*: o ensino escolar da língua materna se reflete nos usos mais formais e monitorados dos alunos, isto é, na linguagem que exige mais planejamento. O dialeto vernáculo, que é coloquial e mais espontâneo, tende a não revelar a influência da norma escolar, a menos que haja uma alternância de dialetos no processo comunicativo. Portanto, as regras ensinadas

[13] A expressão original "culturally responsive pedagogy" foi cunhada por Frederick Erickson (1987) e traduzida do inglês por Bortoni-Ricardo (2005, p. 128).

pela escola não devem ser procuradas no dialeto vernáculo, já que as regras da norma-padrão não serão manifestas no dialeto de uso cotidiano dos alunos.

- *Segundo princípio*: as regras que influem no estilo monitorado são aquelas avaliadas pela sociedade como negativas; tais regras devem ser observadas e tratadas pela escola. Já as regras que não são alvo de avaliação negativa da sociedade tendem a não se tornar usuais nos estilos monitorados dos alunos.

- *Terceiro princípio*: o professor que considera as diferenças sociolinguísticas presentes na sala de aula tem a possibilidade de desenvolver estratégias de interação que valorizam os conhecimentos que o aluno tem sobre a língua e sua cultura. Assim, as possibilidades de conflito ou de discriminação são inibidas e os alunos têm o seu dialeto reconhecido como legítimo. Esse cenário favorece o aprendizado da variedade padrão e a consequente alternância entre as duas variedades (coloquial e monitorada).

- *Quarto princípio*: para os eventos de letramento que acontecem na sala de aula deve-se utilizar mais dos estilos monitorados, diferente das situações de fala, que ocorrem com pessoas mais próximas em contextos mais informais, quando o coloquial é adequado.

- *Quinto princípio*: a avaliação etnográfica deve estar presente na descrição da variação feita sob a ótica da Sociolinguística educacional, que acata os processos de interação que se desenvolvem na sala de aula e observa a avaliação dos participantes e os efeitos decorrentes. "O ponto de partida da Sociolinguística educacional não é a descrição da variação *per se*, mas sim a análise minuciosa do processo interacional, na qual se avalia o significado que a variação assume" (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 132).

- *Sexto princípio*: é preciso que professores e alunos estejam conscientes de que variação linguística e desigualdade social se relacionam, uma vez que a primeira reflete esta última. Essa consciência permite que o professor avalie melhor tanto a situação da variação presente na sala de aula quanto as ações pedagógicas que desempenha. Essa análise crítica favorece a escolha de estratégias de ensino que viabilizam a aquisição da variedade de prestígio e o desenvolvimento das competências comunicativas oral e escrita.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 131) afirma que “a tarefa da escola está justamente em facilitar a incorporação do repertório linguístico dos alunos de recursos comunicativos que lhes permitam empregar com segurança os estilos monitorados da língua”. Sendo assim, os seis princípios apontados pela autora tanto favorecem a aplicação das teorias sociolinguísticas ao ensino quanto contribuem para o desenvolvimento das pesquisas em Sociolinguística educacional. Contudo, a escola ainda tem algumas lacunas no que diz respeito ao ensino de língua materna, pois, conforme Cyranka (2016, p. 169), muitas vezes as aulas de português se tornam “um tormento” e produzem “resultados baixíssimos, do ponto de vista da formação do leitor/escritor/falante/ouvinte maduros”.

De acordo com Cyranka (2016), o julgamento de certo ou errado pode prejudicar o aprendizado do aluno. A autora afirma que é comum os alunos serem pressionados pela escola a “corrigir” sua fala de acordo com a prescrição gramatical. Porém, quando têm a sua fala/escrita julgada pela escola como erro, eles tendem a acreditar que desconhecem a gramática de sua própria língua, o que os desmotiva quanto ao aprendizado e os deixa inseguros por assumirem que não sabem português. Por esse motivo, autora advoga que, na perspectiva da Sociolinguística educacional,

> [...] o conceito de “certo/errado” em linguagem é substituído pelo de “adequado/inadequado”, o que predispõe os alunos ao desejo de ampliarem a competência comunicativa que já possuem, construindo crenças positivas sobre o conhecimento que têm de sua língua, no caso, a língua portuguesa (CYRANKA, 2016, p. 170).

Portanto, o aluno deve ser levado a compreender que o uso coloquial é adequado em determinados contextos, mas deve também ter a consciência de que é preciso adquirir a variedade padrão e saber usá-la nos contextos que exigem o estilo monitorado. Assim, o sentimento de insegurança linguística, tratado por Calvet (2002), será minimizado à medida que o aluno desenvolver, com segurança, livre de estereótipos e preconceitos, sua competência comunicativa.

4 HIPERCORREÇÃO

A hipercorreção, assim denominada por Labov (2008), é um fenômeno que apresenta alterações de diversas ordens no uso das palavras, tanto na fala quanto na escrita, e se caracteriza por ir além do que é determinado pela gramática normativa. Tal fenômeno é designado por outros autores como supercorreção, superurbanismo, ultracorreção (JOTA, 1976) e hiperurbanismo (JOTA, 1976; DUBOIS *et al*, 1995). De acordo com Crystal (1988), trata-se de um processo no qual o sujeito usa uma forma linguística supostamente correta que supera a variedade padrão prescrita, tornando-a, assim, imprópria para o contexto em que é aplicada. Para o autor, isso ocorre quando os usuários "de um dialeto que não é o padrão tentam usar o dialeto padrão e 'vão longe demais', produzindo uma versão que não existe no padrão" (CRYSTAL, 1988, p. 138). Entretanto, Bagno (2011) registra que até mesmo usuários da variedade padrão da língua, em situações monitoradas, tanto de fala quanto de escrita, cometem hipercorreção.

Neste capítulo, para compreender melhor a hipercorreção e as formas como se manifesta, serão explorados conceitos sobre a norma-padrão e a noção de erro, já que o fenômeno se apresenta como uma divergência às regras prescritas pela gramática. O estudo recairá sobretudo no que diz respeito à hipercorreção na escrita, já que o *corpus* submetido à análise é formado de textos constituídos pela escrita monitorada.

4.1 A norma-padrão e a noção de erro

A língua, conforme foi apresentado no Capítulo 2, está a serviço da comunicação entre as pessoas. Mas ela exerce também a função separatista, quando delimita a fronteira linguística[14] entre dois países, por exemplo, e a função unificadora, quando, por meio da língua, um povo se sente pertencente a uma nação e passa a compartilhar com lealdade de seus valores nacionais (BORTONI-RICARDO, 2014). Sendo assim, a língua se torna para os falantes um símbolo de identidade tanto nacional quanto pessoal, já que há diferentes possibilidades de usos linguísticos decorrentes da variação dialetal, e o usuário da língua escolhe os recursos linguísticos de que tem conhecimento conforme a sua necessidade.

[14] Bortoni-Ricardo (2014) ressalta que as fronteiras linguísticas são mais flexíveis que as fronteiras geopolíticas, pois há lugares em que os dialetos usados pelos povos das regiões fronteiriças vão sendo gradualmente substituídos à medida que se avança para a comunidade linguística vizinha.

De acordo com Travaglia (2009, p. 42), no português brasileiro há, basicamente, "dois tipos de variedades linguísticas: os dialetos e os registros (estes também chamados de estilos, por muitos estudiosos)". Segundo o autor, "os dialetos são as variedades que ocorrem em função das pessoas que usam a língua"; ocorrem nas dimensões territorial, social, etária, de gênero, de geração e de função. Por outro lado, "os registros são as variedades que ocorrem em função do uso que se faz da língua"; dependem do interlocutor, do tipo de mensagem ou da situação de comunicação (TRAVAGLIA, 2009, p. 42). Neste último caso, as variações de registro podem estar relacionadas ao grau de formalismo (no qual o sujeito emprega os recursos linguísticos com maior ou menor formalidade, nos níveis morfológico, sintático, lexical etc.); ao modo (como se contrapõem as línguas falada e escrita) e à sintonia (que é o ajustamento feito pelo sujeito na estruturação de seus textos com base nos conhecimentos que tem sobre seu interlocutor).

Travaglia (2009) observa que a variação linguística é vista pela sociedade numa escala valorativa, de modo que os usuários da língua tendem a julgar como certos ou errados os diferentes usos. Esse julgamento é feito com base na variedade padrão da língua que, segundo Dittmar[15] (1976, p. 107, *apud* BORTONI-RICARDO, 2014, p. 69), pode ser compreendida como "[...] aquela variedade de uma comunidade de fala que é legitimada e institucionalizada como um método suprarregional de comunicação, como resultado de várias circunstâncias sociopolíticas, relacionadas à detenção do poder, no processo histórico". A padronização da língua é conduzida pelas instâncias políticas e firmada nas gramáticas normativas, nos dicionários e sancionadas pelas academias de letras (BORTONI-RICARDO, 2014). Assim, a língua padrão assume, além das funções já mencionadas, separatista e unificadora, a função de prestígio:

> Quando a língua padrão é associada a classe social, torna-se símbolo de *status*. As classes sociais que detêm prestígio e poder têm amplo acesso a ela; as classes inferiores na pirâmide social aspiram ao domínio dessa norma padronizada, que vão aprender na escola. O processo é paralelo ao de sua mobilidade social ascendente. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 71).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), a supremacia da norma-padrão em relação às demais variedades linguísticas se deve aos fatores históricos, políticos e culturais, pelos quais se

[15] DITTMAR, Norbert. *A critical Survey of sociolinguistics*. New York: St. Martins Press, 1976.

desenvolveu o processo de padronização da língua. Com base em Giles e Powesland[16] (1975), a autora considera dois tipos de língua padrão: uma relacionada ao contexto e outra à classe social. “A primeira é uma variedade vista como apropriada em certas situações socialmente definidas, geralmente as mais formais e públicas”; a segunda “é definida como a variedade da fala que tem maior prestígio, independentemente do contexto e que caracteriza um grupo social, geralmente o de *status* socioeconômico e cultural mais alto” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 26). Contudo, as normas que estão presentes nas gramáticas normativas cujo conteúdo é ensinado nas escolas está relacionada à classe social ou ao *status*.

> Tais normas são baseadas no uso consagrado pelos bons escritores, e portanto ignoram as características próprias da língua oral. Além disso, ignorando e depreciando as outras variedades da língua com base em fatores não estritamente linguísticos, criam-se preconceitos de toda espécie, por basear-se em parâmetros muitas vezes equivocados, tais como: purismo e vernaculidade, classe social de prestígio (econômico, cultural, político), autoridade (gramáticos, bons escritores), lógica e história (tradição) (TRAVAGLIA, 2009, p. 226).

Segundo Bortoni-Ricardo (2005), quando a norma-padrão está relacionada ao *status*, os falantes tentam adequar sua fala ao modelo prestigiado pela sociedade ao perceberem sua variedade linguística estigmatizada. Para Bagno (2003, p. 66), “tudo o que não se encaixa nesse modelo é considerado ‘feio’, ‘indigno’, ‘corrompido’, ‘inculto’”. Portanto, se é na escola que a norma-padrão da língua é ensinada, há que se ter a cautela de não classificar como erro os termos que não estejam de acordo com o padrão, já que o uso de tais formas pode ser adequado em determinados contextos.

Bagno (2011, p. 935) afirma que a avaliação social se faz sempre presente diante de uma variação linguística, e o que é identificado como erro tende a ser combatido pela sociedade, que entende que “ensinar a língua ‘certa’ a quem fala ‘errado’ é um modo de garantir a inserção da pessoa na cultura letrada”. Porém, o ideal é que o professor adote uma postura diferente, sem desvalorizar a variedade linguística falada pelo aluno, mostrando que as diferentes formas linguísticas, incluindo a norma-padrão, devem ser usadas em contextos específicos. Isso evita a insegurança linguística por parte do aluno e favorece o aprendizado da língua (BORTONE; ALVES, 2014).

[16] GILES, H.; POWESLAND, P. F. Speech style and perceived satus: some conceptual distinctions. In: _____. (ORGs.). *Speech style and social evaluation.* London: Acacemic Press, 1975.

4.2 O conceito de hipercorreção

A hipercorreção é um fenômeno que ocorre tanto na fala quanto na escrita, caracterizado por uma correção "desnecessária" que o usuário da língua faz no intuito de alcançar o padrão prestigiado socialmente (BORTONE; ALVES, 2014). Jota (1976, p. 166) entende a hipercorreção como "erro decorrente da pretensa correção naquilo que se julga errado". Já Dubois *et al* (1995, p. 323) argumentam que a hipercorreção ocorre quando "a busca do uso correto se eleva 'acima da correção'". Ainda de acordo com esses últimos autores, trata-se de um fenômeno observado

> [...] acima do nível da linguagem que consiste na busca excessiva de correção – na fonética, na acentuação, no uso dos termos –, que acaba por levar a pronúncias e a usos incorretos por temor de incidir em erros populares. É do domínio da Sociolinguística, frequente em casos de pessoas que ascendem a uma nova classe social, por motivos socioeconômicos (mudança para a cidade, casamento com pessoa de outra classe, enriquecimento, etc.) P. ex.: *melha* por *meia*, *malhor* por *maior*, *poalha* por *poaia*; *périto* por *perito*, *rúbrica* por *rubrica* (nos lábios de uma pessoa inculta) (*sic*). (DUBOIS *et al*, 1995, p. 323).

Segundo Labov (2008), a hipercorreção é o indicativo de que uma regra foi aprendida de maneira indevida e aplicada equivocadamente por influência de um ideal de valoração social. Bagno (2011, p. 949), baseado nos estudos de Labov[17], afirma que a hipercorreção é fruto de uma "insegurança linguística". Essa insegurança, que é mais comum nas classes sociais mais inferiores, é consequência do desejo que o falante tem de alcançar prestígio e reconhecimento social quando entende que sua variedade linguística é estigmatizada. Assim, a hipercorreção é observada "quando um(a) falante ou uma comunidade de falantes, ao tentar se aproximar de um padrão ideal imaginário de língua 'boa', acaba 'acertando demais' e se desviando tanto da gramática intuitiva da língua quanto da gramática normativa" (BAGNO, 2011, p. 949).

Os casos de hipercorreção podem ser bastante variados. O uso do [u] no lugar do [o], como em "*enxorrada*" (enxurrada) e "*comprimento*" (cumprimento), devido a um fechamento na pronúncia da vogal; a criação de palavras proparoxítonas pelo deslocamento do acento tônico, como em "*filântropo*" (filantropo) e "*íbero*" (ibero); a nasalização da vogal inicial i-, como em "*indiota*" (idiota) e "*indentidade*" (identidade), devido à influência do prefixo in- que ocorre em algumas palavras; o acréscimo de [r] em formas verbais conjugadas como se fossem

[17] Obras de referência não indicadas Bagno (2011).

infinitivos, como em "*estar*" (está) e "*dar*" (dá), o que acontece quando o sujeito percebe o apagamento indevido do [r] final das formas verbais infinitivas e pensa corrigir as formas conjugadas acrescentando o [r] final; a criação de ditongos com o acréscimo da semivogal [I], como em "*carangueijo*" (caranguejo) e "*prazeiroso*" (prazeroso) (BAGNO, 2011, p. 951). Todos esses exemplos de hipercorreção refletem o esforço do falante para alcançar as formas linguísticas mais prestigiadas, porém, esse esforço extrapola as regras normativas da língua padrão.

Com base em Labov (1972)[18], Bortone e Alves (2014, p. 135) declaram que a hipercorreção é o resultado de dois fatores:

> (i) A insegurança linguística do aluno frente às pressões do ensino, quando o estudante não conseguiu ainda interiorizar as regras da norma-padrão. Ao produzir uma redação que exija um estilo cuidado, o aluno tenta ser o mais correto possível, o que o leva, muitas vezes, a cometer hipercorreção.
>
> (ii) Uma tendência a imitar os padrões de prestígio da classe média adotados pela escola, uma "hipercorreção de cima", como denominou Labov (1972), que representa um processo claro de correção e coerção social aplicado às formas linguísticas.

Sendo assim, a insegurança linguística ocorre com pessoas que vivenciam situações que as colocam em contato com uma variedade da língua que ainda não dominam. Nesse caso, segundo Bortone e Alves (2014), a hipercorreção se dá porque, diante de uma modalidade mais prestigiada e que consideram mais correta do que a usada, os falantes corrigem o que supõem estar errado com base analogias.

> Casos como falar "pilha" no lugar de *pia* é próprio dos falantes em cuja variedade linguística o fonema [λ] – representado ortograficamente pelo dígrafo "lh" – não é pronunciado. Ao aprenderem a variante padrão, esses falantes, ao mesmo tempo em que aprendem a pronunciar *filha* no lugar de *fia* ou *palha* no lugar de *paia*, formulam a hipótese de que "lh" é o equivalente de "i", no contexto dessa vogal seguida de outra, formando um hiato, produzindo assim a hipercorreção (BORTONE; ALVES, 2014, p. 131).

De acordo com Campbell (2004, p. 103), a analogia "envolve uma relação de similaridade"[19] (tradução nossa). Quando um item da língua é percebido pelo falante como semelhante a um

[18] LABOV, William. *Language in the Inner City*. Filadélfia (*sic*): University of Pennsylvania Press, 1972.
[19] Traduzido do original em inglês.

item de um outro padrão linguístico, ele realiza adaptação por analogia para tornar aquele item semelhante ao que é usado no padrão que ele considera mais adequado. Considerando que cada uma das variedades da língua possui seu próprio padrão, a analogia funciona como um "empréstimo interno", conforme a expressão usada por Campbell (2004, p. 104). Segundo o autor, o que ocorre na analogia é como se alguns padrões da língua fossem tomados emprestados para mudar outros padrões da própria língua.

A variedade linguística que as pessoas consideram ser a ideal é da norma culta, que é espelhada na norma-padrão, pois é esta que está presente nas gramáticas normativas e é a utilizada pelas pessoas que têm prestígio social, que são reconhecidas por falarem bem (BORTONE; ALVES, 2014, p. 131). Assim, ao entrarem em contato com esta variedade da língua e reconhecê-la como ideal, seja na escola ou no relacionamento com pessoas que a utilizam, os falantes das variedades menos prestigiadas se esforçam para aprendê-la. Contudo, o aprendizado inadequado da norma-padrão pode ter como consequência a hipercorreção.

A hipercorreção pode ser um fator que leva à mudança linguística quando variantes antigas deixam de ser usadas pelos falantes que adotam, em sua maioria, novos termos que prevalecem sobre formas antes mais usuais, o que acarreta a regularização das mudanças (LABOV, 2008). Por outro lado, porém, o falante que se dispõe a usar uma nova variante da língua pretende demonstrar que, além de possuir competência linguística, possui também "competência social", conforme Bortone e Alves (2014, p. 134). Tal falante provavelmente pretende, assim, obter benefícios e prestígio social. Contudo, se o uso da nova norma incorre em hipercorreção, o sujeito pode ter a sua fala estigmatizada e sua imagem pode ser ridicularizada por outros usuários da língua. Portanto, para que o aprendizado da norma-padrão seja eficiente e o aprendiz não se sinta inseguro e constrangido ao usar essa variedade da língua, a escola e os professores têm papel primordial, pois o aluno que sente que tem sua língua estigmatizada "pode desenvolver sérios problemas sociais, emocionais e linguísticos, pode começar a se considerar incapaz de aprender a norma-padrão" (BORTONE; ALVES, 2014, p. 134).

4.3 A hipercorreção na escrita

As pessoas das camadas de prestígio da sociedade valorizam o uso correto da língua com base na norma-padrão. Segundo a visão da sociedade letrada, a língua é um "bem simbólico" que possibilita a ascensão social àqueles que a usam corretamente (BAGNO, 2011, p. 937). Assim,

as pessoas das camadas médias baixas, reconhecendo o estigma de sua variedade linguística, procuram aprender as regras da norma-padrão e passam a usá-las em contextos indevidos, produzindo formas que não se enquadram em nenhuma das variedades de sua língua.

A hipercorreção produzida habitualmente na fala pode ser transposta para a escrita, de acordo com Bortone e Alves (2014). Segundo as autoras, os alunos são sempre orientados na escola a escrever corretamente, conforme a variedade de prestígio, e o que eles aprendem como regra para a fala tendem a aplicar também na escrita. São comuns na oralidade alterações de ordem fonológica em que há elevação das vogais médias, como "'disfile' no lugar de *desfile*, 'bolu' no lugar de *bolo*, 'leiti' no lugar de *leite*. O fenômeno sempre ocorre nas sílabas átonas, elevando o fone [e] para [i] e o fone [o] para [u]" (BORTONE; ALVES, 2014, p. 138). Segundo essas autoras, os professores orientam seus alunos a não reproduzirem na escrita a mesma elevação que produzem na fala. Assim, "as vogais médias [e] e [o] são vistas por eles como mais corretas do que as variantes altas [i] e [u]" (BORTONE; ALVES, *op.cit.*). Essa ideia de correção é recuperada por eles na escrita, quando produzem formas como "coidado" no lugar de *cuidado*, "encrível" no lugar de *incrível* e "aconteceo" no lugar de *aconteceu*, por exemplo. Contudo, a escolha linguística feita pelos alunos na escrita não revela a correção da palavra, mas sim o fenômeno da hipercorreção (BORTONE; ALVES, 2014, p. 138).

Ainda de acordo com Bortone e Alves (2014, p. 140), construções como "fousse" (em vez de fosse, pretérito perfeito do subjuntivo) podem ter o acréscimo do ditongo explicado pela influência da fala. Ao pronunciarem "robo", os alunos são corrigidos e ensinados a pronunciar *roubo*. Quando eles entendem que o ditongo é a forma correta, passam a aplicar a ditongação, por analogia, a outros vocábulos que consideram semelhantes, como "espousa".

Para Bagno (2011), a hipercorreção se realiza por dois princípios:

> 1º princípio da hipercorreção – Entre uma forma *A*, habitual e espontânea, e uma forma *B*, estranha à variedade linguística da pessoa, ela opta pela forma *B* em contextos que lhe parecem exigir um estilo mais monitorado.
>
> 2º princípio da hipercorreção – Entre uma forma *x*, já incorporada à gramática do PB [português brasileiro], e uma forma *y*, já presente no padrão normativo, a pessoa opta pela forma *y* para não sofrer estigma de seus pares e, assim, preservar a sua imagem (BAGNO, 2011, p. 954-955. Grifo nosso).

De acordo com o autor, ocorrências de hipercorreção no português brasileiro se dão, em maioria, conforme o 1º princípio, especialmente nos casos de escrita mais monitorada. Bagno (2011) alerta ainda que, nestes últimos casos, pessoas com maior nível de letramento, e não só aquelas com baixa escolaridade ou pouco conhecimento dos gêneros escritos, optam pelo uso de formas mais conservadoras. O fato de pessoas letradas optarem por tais formas caracteriza o 2º princípio da hipercorreção, isto é, quando desejam preservar a sua imagem perante seus pares e não sofrer desprestígio pelas escolhas linguísticas, optam pelos usos mais conservadores e menos espontâneos.

As formas indicadas nas alíneas a seguir são apresentadas por Bagno (2011) como exemplos de hipercorreção decorrentes do 1º princípio[20] [21]. Segundo o autor, as pessoas "usam determinadas palavras ou construções com frequência exagerada, na suposição enganosa de que estão falando, mas sobretudo escrevendo, de maneira 'correta', 'sofisticada', 'menos coloquial' etc." (BAGNO, 2011, p. 955). Contudo, ele defende que, com o passar do tempo, as formas hipercorrigidas podem passar a ser aceitas pelas camadas de prestígio, deixando, assim, de ser caracterizadas como erro. É o caso do verbo *pego*, particípio passado, que já foi considerado um mau uso ou erro e atualmente é aceito na variedade formal, sendo registrado em gramáticas normativas e dicionários (BAGNO, 2011, p. 955).

4.3.1 Encontrar-se

Bagno (2011) argumenta que o verbo *encontrar-se* é usado como substituto do verbo *estar*, como fosse uma forma mais sofisticada deste verbo.

> (1) Antes de entrar no elevador, verifique se *o mesmo encontra-se* parado no andar. Lei nº 9.502/97.

Este exemplo foi retirado de um texto legal e, segundo aquele autor, a linguagem jurídica é rebuscada e frequentemente hipercorrigida. Aqui, o verbo *encontra-se* é uma forma enclítica que foi usada sem se considerar o contexto sintático do enunciado. Nesse caso, o verbo é ainda precedido do pronome *o mesmo*, usado muitas vezes por hipercorreção. De acordo com Bagno

[20] Neste trabalho, foram citados apenas os casos compreendidos como representativos da hipercorreção na escrita acadêmica. Para ver outros casos citados pelo autor, confira Bagno (2011).
[21] Todos os exemplos citados nas subseções a seguir (4.3.1 a 4.3.8) foram retirados de Bagno (2011, p. 957-981) e, segundo o autor, são dados de produções escritas monitoradas e formais.

(2011, p. 959), o enunciado seria mais claro e ainda formal se fosse escrito: “Antes de entrar, verifique se o elevador está parado no andar”.

Outros exemplos de hipercorreção na escrita do verbo *encontra-se*:

> (2) Umidade *encontra-se* em torno de 20%, com tendência a queda; foram 40 dias sem chuvas significativas (http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-tempo/umidadeencontra-se-em-torno-de-20-com-tendencia-a-queda-foram-40-dias-sem-chuvas-significativas,662548ff-e1b2-4fc7-a6e4-5cb91fa2049e, acesso 23 mai 2011).
>
> (3) O meia Marco Aurélio Barbosa *encontra-se* desaparecido desde sábado 23/04/2011. (http://www.sportclubsaopaulors.com.br/2011/04/o-jogador-marco-aurelio-barbosa.html, acesso 23 mai 2011).
>
> (4) Acervo Virgílio Távora *encontra-se* disponível para pesquisas no Arquivo Público do Estado do Ceará. (http://www.secult.ce.gov.br/noticias/acervo-virgilio-tavora-encontra-se-disponivel-para, acesso 23 mai 2011).

Para Bagno (2011, p. 960), a fim de evitar a hipercorreção do verbo *encontra-se*, este deve ser usado apenas quando o *se* funcionar como pronome-sujeito indefinido (“Aqui *se encontra* os melhores bolinhos de bacalhau da cidade”. → “Aqui [a gente] [você] encontra os melhores bolinhos de bacalhau da cidade”) ou como pronome reflexivo (“Presidenta Dilma *encontra-se* com o primeiro-ministro chinês”).

4.3.2 Onde

O vocábulo *onde* tem assumido no português brasileiro a função de marcador discursivo, servindo não mais às funções lexical ou gramatical, mas à necessidade de organização da fala. Tal uso serve para fazer a retomada de um raciocínio, para a reorganização do discurso e também para preencher a pausa necessária ao falante que não quer perder a palavra mas precisa refletir sobre o que vai dizer, mantendo, assim, a atenção do ouvinte e seu turno de fala (MARTELOTTA; NASCIMENTO; COSTA, 1996, *apud* BAGNO, 2011). O *onde* usado como marcador discursivo na escrita que pretende ser formal é tratado por Bagno (2011) como hipercorreção, como é mostrado nos exemplos apresentados pelo autor[22]:

[22] Segundo BAGNO (2011), os exemplos citados neste item 4.3.2 foram extraídos de um “*corpus* formado exclusivamente de língua escrita por professores em formação ou já na ativa”, o *corpus* IVEM – Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada (BAGNO, 2011, p. 961).

(5) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, *onde* esses, ao fazerem uso da língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba (TP 401).

(6) Em uma sociedade que não houvesse normas, o caos já teria tomado conta da situação. A regulação quer seja social ou linguística é feita através de inúmeros fatores, quer sejam "ascendentes ou descendentes" que objetivam centrar a realidade linguística ou social em um padrão aceitável, *onde* a cidadania e a comunicação possam chegar ao objetivo. (EL 302)

Nesses exemplos, é possível perceber não só o uso inadequado da palavra *onde*, que serviria para organizar o discurso, como o "domínio deficiente" ou "pouca familiaridade" com a escrita padrão exigida pelo contexto de produção (BAGNO, 2011, p. 961). Para evitar a hipercorreção do *onde* na escrita formal, seu uso deve ser restrito às funções de pronome ou de advérbio de lugar.

4.3.3 Trata-se de

A expressão *trata-se de* é uma locução fixa e invariável, cujo sujeito é cristalizado na partícula *se* ("*a gente* trata de") (BAGNO, 2011, p. 963). Por ser invariável e realizar-se apenas no singular, esse verbo não concorda com o seu complemento quando este está no plural, de maneira que tal concordância, quando ocorre, caracteriza a hipercorreção, já que revela que o sujeito aplicou a regra em um contexto em que ela não é aceita pela norma-padrão.

(7) *Tratam-se de* espécies de rosto fino, tão ou mais longo que o corpo, fortemente recurvado do meio para o ápice; fêmures armados de robusto dente em baixo. (http://www.acerodigital.ufrrj.br/insetos/insetos_do_brasil/conteudo/tomo_10/32_anthonominae.pdf, acesso 24 mai. 2011).

(8) [...] Ou *se tratavam de* uns completos trapalhões ou alguma coisa ainda precisa ser revelada sobre as razões que os levaram a cometer ato tão desastrado. (Carlos Eduardo Lins da Silva, *Folha de S. Paulo*, 18 out 2009, p. 5).

(9) Agora empregue a vírgula antes do que nos casos necessários por *se tratarem de* frases explicativas. (Gusso e Final, 2005, 8: 159).

(10) Este livro *trata-se de* uma introdução às RI. A preocupação do autor foi exclusivamente com o leitor que inicia-se na nova formação ou está

> interessado em compreender as facetas do mundo atual. (http://www.seitenfus.com.br/livros.asp, acesso 24 mai 2011).

Nos exemplos (7), (8) e (9) houve uma equívoca concordância do verbo com o complemento, que por ser oblíquo, não há exigência de concordância. Já no exemplo (10), foi atribuído um sujeito à locução *trata-se*, que é impessoal e, portanto, não admite sujeito.

4.3.4 O mesmo

O emprego do pronome *o mesmo* (e suas flexões) por hipercorreção caracteriza muito bem, segundo Bagno (2011), a insegurança linguística e o pouco domínio da variedade formal da língua. Segundo o autor, o uso desse pronome é predominante na escrita monitorada, uma vez que, na fala espontânea, este termo dificilmente ocorre. Na maioria dos registros, o termo poderia ser substituído pelo pronome ele (e suas flexões) na forma impessoal, conforme o exemplo que segue:

> (11) O vereador Luiz Martins de Lima (Lula das Molas – PV) disse na tarde do último sábado (21/05), durante entrevista que concedeu ao 'Tribuna Livre' da rádio Cultura AM de Guarabira, apresentado por Rudiney Araújo e Martins Jr., que a sua relação com o ex-deputado Zenóbio Toscano (PSDB) é a melhor possível, desmentindo boatos de que o vereador estaria descontente com o tucano devido à imaginável desprestígio político da parte de ZT. [...] Sobre a sua amizade com o vereador Zé do Empenho, que mesmo se recuperando de uma cirurgia, se fez presente à entrevista do colega – perguntado se Lula votaria em Zé para prefeito de Guarabira com o apoio da prefeita Fátima Paulino (PMDB)
> – Ele foi enfático no drible, se acostando à adágios populares: "Eu não posso dizer que dessa água não beberei, porque na política até boi voa". Porém volta a dizer que torce veementemente para que Zé seja o vice de ZT. Segundo *o mesmo*, o que contraria até alguns aliados de Toscano. [...] Perguntado sobre prováveis comentários surgidos por parte de pessoas ligadas a imprensa, de que o vereador iria comemorar a celebração da aprovação do empréstimo da prefeita Fátima – ele disse que: o empréstimo para a compra de carros compactadores, patrol e outros é necessário. Segundo *o mesmo* se a gestora atual não o fizer, o próximo administrador fará. Ele ilustrou que iria dar um 'lanche' aos amigos que foram prestigiar ao vivo a sua entrevista, segundo *o mesmo*, coisa que a maioria dos que foram entrevistados naquele programa fizeram – para estes supostos comentários o vereador mandou o seguinte recado: 'quem disso usa, disso cuida'. [...] Lula das Molas ainda responde acerca de provável insatisfação com o seu grupo sobre a indicação de cargos no governo RC – se ele estaria aborrecido com o ex-vereador Cleonaldo Freire, que ora gerencia a 2ª região de saúde do estado, que está *o mesmo* com cacife de empregar mais gente no atual governo que o próprio vereador. Ele disse que nada tem contra Cleonaldo. De acordo com Lula, o gerente da saúde estaria de

> verdade com esta responsabilidade de empregar o povo, tão somente porque tem o aval do casal (ex-deputado Zenóbio e a deputada Léa Toscano). Ele diz que está insatisfeito sim, mas que o motivo disto é tão somente porque, segundo *o mesmo*, 'dói na alma' em ver que as pessoas que não são aliadas sendo indicadas, e trabalhando, uma vez que, *cujo mesmo*, pessoas que 'levantaram a bandeira' estão de fora do governo. (http://www.portalindependente.com/2011/noticias/politica/1740.html, acesso 24 mai 2011).

Nesse exemplo, o uso inadequado não só do pronome *o mesmo*, mas de várias palavras e expressões, torna o texto truncado e confuso. Para evitar esse tipo de construção hipercorrigida, Bagno (2011) sugere que o pronome em questão seja substituído pelo pronome *ele*, pela anáfora-zero ou por outra construção sintática que não prejudique a qualidade estrutural e a semântica do texto. Afinal, se na escrita monitorada há um zelo pela clareza, capricho e elegância do texto, o uso indiscriminado do pronome *o mesmo* jamais poderá conferir a ele essas características.

4.3.5 O qual

Assim como o pronome *o mesmo*, o pronome relativo *o qual* (e suas flexões) revela a insegurança linguística do falante e o seu desejo de elaborar construções mais elegantes (BAGNO, 2011). De acordo com Bagno (2011), os professores orientam seus alunos a evitarem repetições no texto fazendo substituições por palavras equivalentes. Ele afirma que os docentes orientam, por exemplo, substituir a palavra *que*, quando muito usada, pelo pronome *o qual*. Mas o autor alega que, geralmente, os professores não oferecem explicações sobre o uso dessas palavras e as substituições. Daí resulta o uso da expressão *o qual* por hipercorreção, fruto de um esforço de adequação do texto às formas mais prestigiadas.

> (12) Caso que chocou o País, *o qual* uma criança foi arremessada pela janela do seu quarto, aparentemente pelos pais, e morreu ao atingir o solo. (http://www.wikicrimes.org.br/ver-Crime.html;jsessionid=847093666DE60080C4511E81E63538BD?idCrime=8BB0E3FEBCFFADD2E2DF535EE2B7D223, acesso 1º jun 2009).
>
> (13) A empresa *o qual* você está conhece bem o mercado e as estratégias dos concorrentes? (http://linkedin.com/groups/empresa-qual-voce-esta-conhece-3801475.S.53065885?quid=c2b85f11-7b32-4ba-658-00730dc46997&goback=.gpm_3801475, acesso 1º jun 2011).
>
> (14) Pariquera é uma cidade *o qual* muitos admiram porém poucos fazem por ela. (http://www.rodrigomendes.net/, acesso 2 jun 2011).

O emprego indiscriminado desse pronome é um traço da hipercorreção, já que ignora o uso da preposição regida pelo verbo e as flexões de gênero e número. Segundo Bagno (2011), *o qual* é também usado equivocadamente como sujeito, mesmo não havendo ambiguidade na sentença, e como objeto direto, conforme (15) e (16), respectivamente, citados pelo autor:

> (15) Kleberson retorna ao Atlético-PR, clube *o qual* o revelou para o futebol. (http://kigol.com.br/blog/view/post/kleberson-retorna-ao-atletico-pr-clube-o-qual-o-revelou-para-o-futebel, acesso 1º jun 2011).
>
> (16) É estranho sentir saudade de algo *o qual* vivi ou evitava viver. (http:fransuel.interbarney.com/2011/02/25/enciclopedia-de-memes-brasileiros-parte-1, acesso 1º jun 2011).

4.3.6 Gerundismo

O gerundismo é o fenômeno descrito por Bagno (2011) como perífrase verbal. O autor repudia o uso daquele termo devido ao fato de que o que está em uso excessivo não é o gerúndio, mas os verbos auxiliares que o precedem.

> estou – assistindo TV
> vou estar – assistindo TV
> posso estar – assistindo TV
> vou poder estar – assistindo TV

O que ocorre, segundo o autor, é que o aspecto durativo próprio do gerúndio é visto como inadequado, para os padrões da norma culta, quando as ações descritas são perfectivas[23] e não transcorrem em um tempo indeterminado. Nesses casos, seria mais adequado o uso do verbo no infinitivo.

> (17) Microsoft *pode estar comprando* Skype por U$7,5 bilhões. (http:// mundoconectado.net/?=p2537, acesso 2 jun 2011).
>
> (18) Sou educadora social na área de informática e cidadania. Penso com este blog *poder estar experimentando e aprendendo* várias possibilidades no uso do blog para fins educacionais, e desta forma *poder estar compartilhando* estas experiências com quem precisar delas. (http://lmvirtual.blogspot/2011_06_01_archive.html, acesso 2 jun 2011).

[23] O aspecto verbal perfectivo denota uma ação já realizada, concluída.

Embora seja mais comum na fala, o gerundismo ocorre também na escrita monitorada, como mostram os exemplos (17) e (18). Nesses casos, o ideal seria o uso do verbo no infinitivo: "Microsoft *pode comprar* Skype por U$7,5 bilhões" e "Penso com este blog *experimentar* e *aprender*... e desta forma *poder compartilhar*...", respectivamente (BAGNO, 2011, p. 973).

4.3.7 Cujo o

O pronome relativo *cujo* tem o significado alusivo a posse e não aceita artigo subsequente. No entanto, o uso hipercorrigido ocorre quando o intuito é produzir uma escrita rebuscada e, nesse esforço, o pronome é registrado inadequadamente (BAGNO, 2011).

> (19) Inventário, *cujo o* filho não concorda com o que tem para receber por direito. (http://forum.jus.uol.com.br/77344/inventario-cujo-o-filho-nao-concorda-com-o-que-tem-para-receber-por-direito/, acesso 4 jun 2011).

Neste exemplo, um filho é atribuído a "inventário", o que deixa a sentença sem sentido se interpretada conforme os princípios da norma-padrão. "Uma construção adequada seria algo como 'Inventário *com o qual* um filho não concorda *quanto ao que* tem para receber por direito'" (BAGNO, 2011, p. 977).

4.3.8 Mediante

O vocábulo *mediante* é descrito por Bagno (2011, p. 979) como uma preposição que tem o sentido de "por meio de", "graças a", "através de", "por intermédio de". Entretanto, essa palavra pode ser usada equivocadamente com o sentido de "diante disso", como mostram os exemplos do autor:

> (20) Através da busca em vários sites da internet, encontramos apenas nomes de escolas e professores que atuam nesta área. *Mediante* isso, agendamos com uma professora do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul – UCS – que nos orientou e forneceu material para darmos início à pesquisa. (http://hermes.usc.br/ccet/deme/ensoares/inipes/linguas/, acesso 4 jun 2011).

> (21) O estágio supervisionado tem como natureza o conhecimento da aplicação dos conhecimentos teóricos pelas empresas. *Mediante* essas características, o NEA mantém seu acervo materiais que são pesquisados pelos alunos dos cursos envolvidos. (http://www.unibero.edu.br/nucleos_nea.asp, acesso 4 jun 2011).

Nas construções acima, o uso de *mediante* indica hipercorreção, já que a palavra foi usada no sentido de *diante*, como se fossem sinônimos. De acordo com Martins (2008, p. 139), o uso de sinônimos pode ter o intuito de conferir maior "colorido e vigor" ao texto, especialmente se for do tipo dissertativo, "em que predomina a intenção de argumentar, persuadir [...]". Mas, para Bagno (2011, p. 980), "não existe nenhum parentesco entre *diante* e *mediante*", por isso o autor considera "errados" os usos que colocam as duas palavras como equivalentes, sendo que a hipercorreção fica caracterizada pela tentativa de uma escrita mais "rebuscada".

Como foi argumentado neste capítulo, a hipercorreção é fruto de uma tentativa de fugir do erro e do desprestígio. Seja na fala ou na escrita, a pessoa que tem como meta a língua culta se esforça para acertar e, por falta de familiaridade com a variedade que pretende usar ou por desconhecer suas regras, acaba produzindo expressões que não existem na língua ou que não são aceitas pela norma-padrão (BAGNO, 2011). Contudo, os usuários da língua que produzem hipercorreção são desprestigiados por aqueles que valorizam a variedade padrão e, consequentemente, têm maior dificuldade para uma mobilidade social ascendente (BORTONE; ALVES, 2014).

Sendo assim, para minimizar os problemas decorrentes do uso inadequado da língua, é preciso que os professores que trabalham com o ensino da língua materna tratem da variedade linguística ensinando não só as formas, mas as ocasiões em que podem ou devem ser usadas, apresentando aos alunos textos autênticos e explicitando as regras que regem os diferentes usos, fazendo, assim, um estudo consciente (BAGNO, 2011). Quanto às produções escritas, que podem apresentar hipercorreção devido ao desejo de compor uma escrita sofisticada e prestigiada, Bagno (2011, p. 981) sugere que sejam simples e objetivas: "escrever bem é escreve o necessário e de forma clara".

5 METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2002) orientam que a metodologia da pesquisa científica deve ser definida de acordo com o objeto de estudo, o campo e as condições da pesquisa, conforme os interesses e os objetivos do autor. Considerando esta orientação, este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa descritiva, já que o nosso objetivo geral é compreender a hipercorreção na escrita de alunos de graduação em Direito sob as perspectivas linguística e sociolinguística.

A pesquisa descritiva se desenvolve pela descrição, do registro, da análise e da interpretação dos fenômenos evidentes nos dados coletados. Sendo assim, para este estudo, os dados foram coletados por amostragem não probabilística, de acordo com a tipicidade. Isso quer dizer que a forma de seleção de dados não foi aleatória. Desse modo, foi feita a seleção de uma amostra representativa do grupo em que o fenômeno da hipercorreção está sendo avaliado – a saber: alunos do último ano do curso de graduação em Direito de uma faculdade privada da cidade de Belo Horizonte.

> A hipótese subjacente à escolha de uma comunidade típica é que ela se apresenta típica no que concerne a um conjunto de propriedades, isto é, *A, B, ... , N,* inferindo-se daí que é também típica em relação à característica *X*, objeto da pesquisa; em outras palavras, os valores de *X* tendem a alterar-se da mesma forma que se alteram os valores *A, B, ... , N* e, portanto, a maneira como *X* se relaciona com *A, B, ... , N* tem de ser típica, não se admitindo que na cidade, comunidade, grupo ou subgrupo escolhido ela seja atípica (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 53).

Por ser um modelo de técnica não probabilística, esse tipo de amostragem é limitado e só deve ser usado quando a amostragem probabilística não for viável para o estudo e apenas se os possíveis erros não oferecerem graves consequências, conforme argumentam Marconi e Lakatos (2002).

Dessa forma, uma instituição de ensino superior privada da cidade de Belo Horizonte/ Minas Gerais foi selecionada para que a coleta dos textos acadêmicos fosse realizada. Com o parecer favorável à execução da pesquisa (CAAE 88006218.3.0000.5149; parecer nº 2.836.008)[24] emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (COEP), foi feito o contato inicial com o coordenador do curso de Direito, que anuiu a realização da pesquisa na instituição e indicou um professor da graduação que pudesse intermediar a coleta dos textos. Esses textos foram

[24] Disponível no Anexo A deste trabalho.

produzidos para a avaliação do professor em cumprimento a atividades por ele solicitadas: questionários, provas, resumos e resenhas. Ao recolher o material dos alunos, o professor efetuou a sua avaliação e, com o prévio consentimento deles, o disponibilizou para que fossem feitas as cópias a serem utilizadas para a composição do banco de dados da pesquisa.

Convém considerar que se trata de uma instituição de ensino superior de médio porte que está no mercado há 45 anos e que possui cursos de graduação e de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento. Seus alunos do curso de Direito noturno, que provêm de classes sociais variadas, possuem formação escolar básica tanto em instituições públicas quanto em privadas e trabalham, em sua maioria, no período diurno[25].

A escolha de textos de graduandos em final de curso se justifica por esta ser uma etapa em que os alunos já estão familiarizados com a escrita acadêmica e com a linguagem praticada no campo jurídico. Esses textos possuem a característica de serem manuscritos, já que a utilização de editores de textos digitais pode interferir na escrita do aluno, fazendo correções e adaptações que não fazem parte do seu conhecimento linguístico ou não representam a consciência que tem sobre a língua escrita.

A pesquisa procedeu ao estudo documental, com dados provenientes de arquivo particular (MARCONI; LAKATOS, 2002). Trata-se, portanto, de dados contemporâneos, escritos primários, produzidos em contexto acadêmico e compilados com a autorização dos seus autores, do docente responsável, bem como da instituição de ensino.

O *corpus* para esta pesquisa constitui-se, portanto, de 42 textos, de 35 alunos, sendo 16 do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Os textos são todos manuscritos e foram produzidos em ambiente acadêmico por alunos dos períodos 9º e 10º, totalizando 83 laudas disponíveis para análise.

Os dados coletados foram submetidos a uma análise qualitativa, o que significa que foram analisados um a um, considerando dois aspectos fundamentais: a visão da gramática normativa e o olhar da Sociolinguística para a variação. As seguintes etapas foram seguidas: inicialmente, todos os textos coletados foram escaneados, lidos, relidos e destacados os principais dados

[25] Informações cedidas livre e espontaneamente pelo coordenador do curso.

referentes ao não atendimento da norma. Em seguida, os registros foram considerados de forma específica, com uma averiguação minuciosa para a seleção dos dados que evidenciam o fenômeno estudado, a hipercorreção.

Foram feitas as etapas de análise e de interpretação dos dados, um estudo de cunho qualitativo cujo objetivo é identificar e destacar quais são os aspectos relevantes que caracterizam a hipercorreção na escrita acadêmica, a fim de ampliar o significado das respostas encontradas e correlacioná-las a outras informações teóricas. Para tanto, os dados foram dispostos em tabelas de acordo com dois grupos: as hipercorreções de ordem ortográfica e as hipercorreções de ordem estilística. Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 37), as tabelas facilitam a visualização quantitativa e qualitativa e têm o propósito de "ajudar o investigador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, pela clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações". Esses procedimentos permitiram explorar os dados para então compreender o que possivelmente motivou os alunos a produzirem a hipercorreção das palavras investigadas.

6 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que são submetidos à análise neste capítulo foram retirados de *corpus* composto por 83 páginas de textos acadêmicos manuscritos produzidos por alunos dos dois últimos períodos do curso de graduação em Direito (9º e 10º períodos) de uma faculdade privada de Belo Horizonte[26], conforme descrito no capítulo anterior.

Foi feita a leitura atenta de cada um dos textos, o que permitiu identificar registros que divergem da norma culta em relação à ortografia, acentuação, concordância, coesão e pontuação, além daqueles que particularizam a hipercorreção, fenômeno privilegiado nesta análise.

Esses registros foram todos destacados nos textos analisados, cujas cópias escaneadas estão dispostas no Anexo C deste trabalho. Foram utilizados os seguintes códigos: os casos de hipercorreção foram destacados por retângulo, os desvios de ortografia/acentuação por traço horizontal simples, os desvios de concordância por traço pontilhado, os de coesão por traço horizontal duplo, as ausências de palavras por traço vertical duplo e as ausências de pontuação foram destacadas por círculo[27].

Os textos analisados caracterizam-se pela escrita monitorada, uma vez que foram produzidos em gêneros acadêmicos com o objetivo de serem avaliados pelo professor. Devido a esse fato, as ocorrências descritas acima que não correspondem à hipercorreção, mesmo não sendo objeto de estudo desta pesquisa, foram destacadas nos textos porque refletem o conhecimento linguístico adquirido pelos sujeitos ao longo de sua formação escolar básica.

6.1 Descrição dos dados

No Capítulo 4 deste trabalho, que explora o conceito de hipercorreção, autores como Dubois *et al* (1995), Labov (2008), Bortone e Alves (2014) e Bagno (2011) conceituam, caracterizam e exemplificam o fenômeno investigado. Com base nesses autores, foram identificados dois tipos de hipercorreção, um relativo à ortografia e outro relativo à estilística, sendo este último tipo definido com base nos exemplos citados por Bagno (2011)[28].

[26] A identidade dos alunos e da instituição foi omitida neste trabalho, que segue os preceitos da ética em pesquisa.
[27] Em relação à pontuação, a correção do seu uso não foi avaliada, apenas foi sinalizada a ausência do sinal gráfico.
[28] Os exemplos citados por Bagno (2011) constam da seção 4.3 deste trabalho.

No total de 83 páginas analisadas, foram identificadas 60 ocorrências de hipercorreção, classificadas segundo os aspectos observados e dispostas em duas tabelas distintas: uma que evidencia desvios ortográficos e outra que evidencia palavras que ressaltam os aspectos estilísticos dos textos. Na primeira coluna de ambas estão as palavras analisadas dispostas em ordem alfabética e, entre parênteses, a forma correspondente segundo a norma ortográfica; na segunda coluna está indicada a quantidade de vezes que as palavras foram encontradas nos textos[29]; e, na terceira coluna, a referência dos textos em que tais palavras estão localizadas[30].

Para tal identificação, utilizou-se o conceito de hipercorreção na escrita como sendo um fenômeno caracterizado por uma correção "desnecessária", baseada numa norma que o usuário da língua assimilou parcialmente e da qual faz uso, por meio de analogias, com o intuito de alcançar o padrão prestigiado socialmente (BORTONE; ALVES, 2014).

Tabela 1 – Ocorrências de hipercorreção ortográfica

Ocorrências	Quantidade	Texto
"antedrogas" (antidrogas)	1	N25
"basea-se" (baseia-se)	1	T3
"conscentração" (concentração)	1	N24
"destinção" (distinção)	1	L1
"destinguer" (distinguir)	1	N23
"destroe" (destrói)	1	N31
"diariámente" (diariamente)	1	N54
"discriminalização"/ "discriminalizadas" (descriminalização / descriminalizadas)	5	N10; N15; N41, N42
"discurssão" (discussão)	2	N10; N33
"econômia" (economia)	2	N15
"emportantes" (importantes)	1	N7

[29] A quantidade de ocorrências registradas na segunda coluna apresenta números não com o intuito de dar um tratamento estatístico aos dados, mas de demonstrar a recorrência dos termos destacados nos textos analisados.
[30] Os textos estão organizados em ordem alfabética e numérica crescente no Anexo C deste trabalho.

Tabela 1 – Ocorrências de hipercorreção ortográfica

(Continua)

Ocorrências	Quantidade	Texto
“epidêmias” (epidemias)	1	N52
“opnião”/ “opniões” (opinião)	3	N18; N27; N28;
“prêve”	1	T3
“redescutir”	1	N64
“trânsitado”	1	T3

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Tabela 2 – Ocorrências de hipercorreção estilística

Ocorrências	Quantidade	Texto
aonde	1	N3
cujo	1	D3
muito embora*	1	N29
o mesmo (e flexões)	15	N4; N7; N29; N30; N35; N56; T2; T3; L4
o qual (e flexões)	3	N20; N54
onde	15	N2; N8; N29; N30; N31; N35; N36; N39; N50; L2; L3

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.
Nota: A Tabela 2 foi elaborada com base nos exemplos de hipercorreção na escrita monitorada indicados por Bagno (2011), mencionados na seção 4.3. Entretanto, apesar de não ser citada pelo autor, a expressão *muito embora* foi incluída nesta tabela por ser considerada também um caso de hipercorreção, caso que será explanado na seção 6.3.

De acordo com Bechara (2009, p. 53), a ortografia “se regula, em geral, ora pela fonética, ora pela fonologia, o que conduz a uma primeira dificuldade para se chegar a um sistema ideal, que exigiria uma só unidade gráfica para um só valor fônico”. Essa dificuldade de correspondência exata entre fonema e grafema gera dúvidas principalmente na fase de alfabetização (TENANI; REIS, 2011), mas se reflete também na escrita de pessoas que já avançaram nos estudos sobre a língua escrita.

Assim, é possível caracterizar a hipercorreção no nível ortográfico quando a norma prevista para a escrita de determinada palavra não é cumprida, realizando uma alteração no nível segmental, mas o registro remete, de alguma forma, a uma regra estabelecida. Isso quer dizer, conforme Bortone e Alves (2014), que as regras da norma-padrão foram parcialmente internalizadas. Dessa forma, uma regra ortográfica aprendia pelo aluno para grafar determinada palavra é aplicada a outra, em contexto impróprio, provavelmente por se supor existir uma semelhança entre elas.

Já a hipercorreção no nível estilístico[31] se distingue daquele primeiro tipo, pois, "sendo uma convenção estabelecida, cujas regras precisamos aprender e adotar, a ortografia é exterior à estilística" (MARTINS, 2008, p. 89). O que ocorre na hipercorreção estilística é a escolha por um termo considerado mais formal em detrimento de outro considerado mais comum. Assim, esses termos acabam sendo inseridos em contextos que são impróprios, por insegurança quanto ao uso, comprometendo as relações de concordância, de anáfora, de coesão e, consequentemente, a coerência do texto. Tal uso ocorre predominantemente na escrita como um recurso para conferir maior formalidade e sofisticação ao texto (BAGNO, 2011). Isso revela o esforço do aluno no sentido de produzir uma escrita distinta e elegante, o que também caracteriza a hipercorreção (BAGNO, 2011; CALVET, 2002; BORTONI-RICARDO, 2014; BORTONE; ALVES, 2014).

6.2 Os aspectos ortográficos

A ortografia, de acordo com Morais (2014, p. 240), "é uma norma, uma convenção ou acordo social, que unifica a forma escrita das palavras e permite que os leitores continuem lendo-as conforme seus dialetos variados". Conforme o autor, as relações entre grafemas e fonemas podem ser biunívocas, regulares e irregulares. As irregularidades são definidas pela etimologia da palavra, tradição ou uso. Houaiss (2009) aponta que a gramática normativa estabelece um conjunto de regras denominado ortografia, que ensina a escrever corretamente as palavras, usar sinais gráficos para destacar a tonicidade das vogais e também sinalizar processos fonológicos como a crase. Ainda sobre a ortografia, Zanella (2007, p.7) argumenta:

[31] A título de simplificação e diferenciação de outros tipos, a hipercorreção no nível estilístico será neste trabalho denominada hipercorreção estilística.

> A ortografia de uma língua possui caráter extremamente arbitrário sendo dependente de sua origem, evolução histórica e da cristalização de certos falares. Apesar de não ter sido destacado como uma habilidade metalinguística específica, a habilidade de grafar corretamente uma palavra, respeitando as peculiaridades ortográficas da língua, pode ser entendida como metalinguística, uma vez que exige do escritor reflexão sobre as regras que regem a escrita.

O caráter arbitrário da ortografia e o desconhecimento da etimologia das palavras são fatores que dificultam a apreensão das normas. No entanto, ela é ainda o conjunto de regras exigidas pela escrita formal e, por conseguinte, a divergência à norma-padrão é evitada nas produções textuais daqueles que primam pela correção. O esforço em corresponder a tais regras pode levar a escrita além da norma, o que caracteriza, conforme exposto no Capítulo 4, a hipercorreção. Sendo assim, as palavras que compõem a Tabela 1 foram selecionadas por estarem grafadas de maneira diversa à ortografia convencional, sendo aparente o intuito dos autores de aplicar uma regra ortográfica.

6.2.1 “Antedrogas”, “destinção”, “destinguir”, “destroe”, “emportantes” e “redescutir”

As palavras “antedrogas”, “destinção”, “destinguir”, “destroe”, “emportantes” e “redescutir”, que constam da Tabela 1, podem ser classificadas como hipercorreção devido a um processo fonológico semelhante aplicado a elas. Esse processo seria oposto ao que se chama de alçamento. Conforme Viegas (2001), o alçamento seria a elevação das vogais médias [e] e [o] para [i] e [u], como ocorre nas formas m[i]nino e f[u]gão. Nas ocorrências encontradas no texto se observa o inverso: palavras originalmente escritas com *i*, como *ant**i**drogas*, *d**i**stinção*, *d**i**stinguir*, *destró**i***, ***i**mportantes* e *red**i**scutir*, são grafadas com *e*.

No ensino da língua materna, os alunos aprendem que a escrita difere da fala e são orientados a não reproduzir na escrita a elevação da vogal, como ocorre na oralidade[32]. Cientes de que o [i] que produzem na fala deve, em alguns casos, ser escrito com *e*, eles aplicam essa regra de forma não convencional (BORTONE; ALVES, 2014). Ora, se a não elevação da vogal média é compreendida como regra na fase de aquisição da escrita e o aluno progride em seus estudos escolares mantendo esta consciência, ele está propenso a aplicá-la em seus textos acadêmicos,

[32] A título de exemplo, como ocorre com a palavra *menino*, que pode ser produzida na fala como “m[i]nino”.

já que são gêneros que exigem o uso da norma-padrão. Assim, ao optar pela "correção" da palavra, a forma registrada acarreta a hipercorreção.

6.2.2 "Discriminalização" / "discriminalizadas"

A elevação da vogal média [e] para [i], que é comum na fala, como foi relatado por Viegas (2001), foi percebida em outras em outras 5 ocasiões no *corpus* desta pesquisa[33]:

(1) "O filme Quebrando o Tabu tem um objetivo bastante polêmico, pois traz uma *discurssão* acerca da **discriminalização** da maconha e mostrar como a guerra contra as drogas estão perdidas."[34]

(2) "A legalização e/ou a **discriminalização** são questão de ordem a ser tratados por qualquer país, inicialmente se fazendo valido avaliar a diferença entre legalizar, que seria a permissão das drogas para o acesso da sociedade sem que houvesse qualquer impeditivo, por outro lado há a descriminalização, que diferentemente não faz com que o acesso seja liberado, porém deixa de punir, ou seja não dispõe de medidas para coibir o uso de forma penalizadora."[35]

(3) "Partimos então para a diferença entre **discriminalização**, legalização e liberação. **Discriminalização** é abolir qualquer tipo de punição ao usuário de drogas. Legalização é o controle das drogas pela legislação desde o plantio, como acontece com as bebidas e o tabaco. Liberação por sua vez é deixar todos ou certos tipos de drogas liberadas"[36]

(4) "As discussões em torno de drogas específicas para serem **discriminalizadas** ou tornarem o uso legal para fins medicinais se torna vasto, primeiro liberar apenas uma numa sociedade mal educada vira baderna, o segundo se tornaria viável, mas o sistema é falho e a corrupção do meio para chegar ao fim é latente."[37]

[33] Todos os grifos em negrito nos exemplos transcritos dos textos analisados são nossos para destacar as palavras hipercorrigidas que estão sob análise. As marcações em itálico indicam palavras hipercorrigidas que serão tratadas em outro momento. Já as palavras sublinhadas indicam a forma ortograficamente correta de uma palavra que foi hipercorrigida no mesmo texto.
[34] Texto N10.
[35] Texto N15.
[36] Texto N41.
[37] Texto N42-N43 (continuação).

Nestes casos, o que está em questão não é o simples registro da vogal *i* no lugar de *e* como consequência da elevação da vogal média [e] para [i] nas palavras "discriminalização" e "discriminalizadas". A ortografia orienta que a grafia correta desse verbo é *descriminalizar*, já que à palavra *criminalizar*, que significa julgar algo como crime, foi acrescentado o prefixo *des*-, que indica negação. Com o prefixo de oposição ou negação, é atribuído à palavra o sentido de não criminalizar, ou seja, não tratar algo como crime. Da mesma forma, essas regras se aplicam à forma nominal da palavra: *descriminalização*, que significa excluir legalmente da criminalização um fato que já fora imputado como crime (HOUAISS, 2009).

O que acarreta o fenômeno da hipercorreção aqui é a provável analogia feita ao verbo *discriminar*, grafado corretamente com *i* e não com *e*, cujo sentido é diferenciar, distinguir (HOUAISS, 2009). Conforme Bortone e Alves (2014), os falantes corrigem supostos erros por analogia. Assim, quando um padrão linguístico é identificado, ele adapta a palavra para torná-la semelhante ao que é considerado correto (CAMPBELL, 2004). Portanto, a hipercorreção neste exemplo decorre provavelmente da semelhança identificada pelo aluno entre a grafia das palavras *discriminação* e *descriminalização* e do procedimento de analogia. Todavia, embora se assemelhem graficamente, elas possuem radicais diferentes (discrimin- e crim-, respectivamente) e, consequentemente, sentidos diferentes. Logo, o sufixo -izar observado em "discriminalizar", que tem o sentido de algo frequentativo ou habitual (HOUAISS, 2009), não é realizado na palavra *discriminar* (*discriminalizar).

A insegurança linguística que motiva a hipercorreção (CALVET, 2002) fica evidente em um destes últimos casos. No texto N15, concorrem a forma convencional, escrita conforme a ortografia (*descriminalização*), e a forma hipercorrigida ("discriminalização"). Na sequência do trecho citado no exemplo (2), em que o aluno usa a forma hipercorrigida, ele escreve a mesma palavra conforme a norma-padrão:

(5) "Para o tráfico a descriminalização pouco teria influência haja visto que ainda teria mercado ilegal para se fortalecer [...]."[38]

[38] Texto N15. Os grifos sublinhados nos textos transcritos indicam palavras escritas conforme a ortografia convencional concorrendo, no mesmo texto, com formas hipercorrigidas.

6.2.3 “Conscentração”, “discurssão” e “opnião”

As palavras “conscentração”, “discurssão” e “opnião” (esta também foi encontrada no plural “opniões”) representam a influência do fenômeno de hipercorreção, provavelmente devido à semelhança entre estas e as palavras *consciência*, *discurso* e *opção*, respectivamente.

Lima (2010, p. 83) observa que as palavras grafadas com o dígrafo *sc* não são composições formadas no português, mas foram incorporadas ao idioma preservando esta forma, como se observa em “*consciência*, *prescindir*, *multisciente*, *rescisão*, *proscênio*, etc.”.

A palavra “conscentração” foi usada pelo aluno no seguinte trecho:

> (6) “Outro ponto a ser questionado é a observação feita pelo idealizador do projeto Fernando Henrique Cardoso, que questiona a política de repressão as drogas, segundo ele poderá haver uma **conscentração** de interesses e exemplifica com o fato dos EUA possuir penitenciárias privadas e a venda legal de armamento que se concentra na guerra para eliminar as drogas, enquanto deixa livre outras formas de crime organizado.”[39]

A insegurança linguística, de que trata Calvet (2002), mais uma vez se destaca pelo uso de duas formas concorrentes no mesmo texto. Neste caso, o aluno provavelmente conhece palavras que, na norma-padrão, são grafadas com o dígrafo *sc* para representar o fonema [s], como aquelas citadas por Lima (2010). A palavra *consciência*, por exemplo, que deriva do latim “*conscientia, ea*” e tem o sentido de conhecimento, entendimento, percepção etc. (HOUAISS, 2009), pode ter sido reconhecida pelo aluno como semelhante à palavra *concentração* e, dessa forma, ter servido de base à analogia realizada. Entretanto, apesar de terem em comum o sufixo *con-* e de o radical dessas palavras ter origem no latim, elas têm significados distintos (HOUAISS, 2009). Ademais, conforme os argumentos de Lima (2010), as palavras formadas por composição que chegaram ao português com o dígrafo *sc* em sua ortografia permaneceram conforme a palavra de origem. Contudo, as palavras formadas por composição nessa língua têm o dígrafo desfeito pela eliminação do *s*. Esses argumentos justificam, portanto, a ortografia da palavra *concentração* e explicam a hipercorreção na palavra “conscentração”.

[39] Texto N24.

Já a palavra "discurssão" parece ter sido hipercorrigida por uma associação à palavra *discurso*, tendo sido interpretada pelo aluno como uma derivação desta. Porém, *discussão* é um substantivo formado por derivação deverbal, isto é, uma derivação cuja palavra primitiva, nesse caso, é o verbo discutir (LIMA, 2010). A palavra *discurso*, por seu turno, significa genericamente mensagem, raciocínio ou enunciado exposto verbalmente (HOUAISS, 2009) e não apresenta relação de derivação com a palavra *discussão*. No registro do aluno, a inclusão da letra *r* caracteriza a hipercorreção, mas há outra divergência em relação à norma ortográfica. A palavra "discurssão" foi grafada com o dígrafo *ss*, que foi colocado indevidamente entre a consoante *r* e a vogal *a*. Segundo Lima (2010), este dígrafo somente é usado em contexto intervocálico para representar o fonema [s] e quando uma palavra composta termina com vogal e tem a palavra seguinte iniciada pela letra *s*, sem hífen entre elas.

A palavra "opnião" (considerando também o plural "opniões) foi registrada por 2 autores diferentes, tendo um total de 3 ocorrências:

(7) "O documentario talvez fuja do que a grande maioria da sociedade 'normativa' defende: a criminalização de maconha. Mas contém uma **opnião** sólida, porém devemos observar com uma boa ótica No lado positivo, podemos observar que entre a legalização e a criminalização existe um meio termo, que talvez para a sociedade Brasileira seja o melhor caminho, a descriminalização, contudo a descriminação não é sinônimo de liberar 'geral' e é exatamente neste contexto que a polêmica entra no auge."[40]

(8) "O termo tabu esta, em seu uso mais adequado, diariamente associado a religiao. Trata-se mais precisamente do elemento de 'limite' e 'negativo' da religiao podendo ser uma proibição ou um alerta. Dessa maneira se faz necessário o esclarecimento de que o direito penal não serve para criminalizar pecados. Falar sobre drogas é complicado porque envolve uma série de sentimentos e de **opniões**, de versões e principalmente de pessoas."[41]

[40] Texto N18.
[41] Texto N27.

(9) “Quebrando tabu nos mostra um terreno hostil e de **opniões** polêmicas, entretanto se apresenta de maneira imparcial buscando um caminho para uma discussão aberta, franca sobre o tema.”[42]

No caso das consoantes mudas, Bechara (2009) e Lima (2010) afirmam que, de acordo com a norma ortográfica, devem ser escritas apenas as consoantes que são pronunciadas, a exemplo de *cacto*, *recepção*, *advogado*, *magno*, etc. Ainda segundo esses autores, a escrita da consoante muda é opcional quando a pronúncia é facultativa (o que é determinado pelo uso em cada país de língua portuguesa). Sendo assim, a hipercorreção da palavra “opnião” parece ter sido baseada no conhecimento que os alunos têm da ortografia de palavras como *opção* e *corrupção*, por exemplo. Estas palavras estão grafadas de acordo com a norma-padrão mas, fonologicamente, a oclusiva [p] tem a pronúncia seguida pelo fonema [i], que é intensificado em alguns dialetos. É possível que os alunos tenham sido influenciados por regras normativas como a que é destacada por Bechara (2016, p. 208) sobre a pronúncia da palavra *optar*: “É preciso tomar cuidado com a pronúncia deste verbo e de suas flexões: /optar/ e não /*opitar*/” (grifos do autor)[43]. Provavelmente por terem entendido o alerta de gramáticos como Bechara e por estarem cientes de que o [i] pronunciado nesse caso não é grafado na escrita, os alunos aplicaram essa regra registrando a palavra “opnião”. Porém, diferentemente das palavras *opção* e *corrupção*, *opinião* tem a vogal *i* na ortografia, apesar de essas palavras apresentarem uma semelhança fonológica (a oclusiva [p] seguida da vogal [i]).

6.2.4 “Basea-se”

O verbo *basear* foi registrado em um dos textos analisados na forma reflexiva, no presente do indicativo, de maneira também hipercorrigida:

(10) “Baseando-se no art. 483, letra ‘d’, poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização pela Empresa não cumprir não cumprir com as obrigações do contrato. Nessa opção de rescisão, é garantido todos os direitos pertinentes ao empregado, visto que a rescisão se da por culpa única da Empresa, por não cumprir com

[42] Texto N28.
[43] Vale ressaltar que os princípios da Sociolinguística não são condizentes com a advertência de Bechara, neste caso. Portanto, a pronúncia do falante com ou sem o [i] reflete aspectos linguísticos e extralinguísticos.

> o seu papel pactuado com o empregado. Essa é a opção mais benéfica. Uma segunda opção, mas menos benéfica, **basea-se** no art. 484-A [...][44].

A forma como o verbo em questão foi conjugado no trecho transcrito não corresponde à norma gramatical, já que, de acordo com Lima (2010, p. 195), "na voz reflexiva, os verbos se conjugam como na ativa, acompanhados dos pronomes oblíquos de cada pessoa". Assim, o verbo reflexivo, que está na 3ª pessoa do presente do indicativo, deveria ser grafado como *baseia-se*. Afinal, segundo o mesmo autor, "os verbos terminados em *-ear* recebem *i* depois do *e* do radical nas três pessoas do singular e na terceira pessoa do plural do presente do indicativo e do subjuntivo [...]" (LIMA, 2010, p. 208-209).

Ainda segundo Lima (2010, p. 209), os verbos terminados em *-iar* são regulares em sua maioria, com exceção de 5 que "se conjugam como se fossem terminados em *-ear*, isto é, têm *ei* nas mesmas pessoas em que estes o apresentam. São eles: *ansiar*, *incendiar*, *mediar*, *odiar* e *remediar*", que conjugam, por exemplo, na primeira pessoa como *anseio*, *incendeio*, *medeio*, *odeio* e *remedeio*, respectivamente. A respeito dessas formas verbais, Vivas (2011) observa, entretanto, que a conjugação irregular dos verbos terminados em *-iar* (ou seja, os casos que são exceção), é identificada também na conjugação regular: "vare[j]o" (*vario*); "contage[j]a" (*contagia*); "maque[j]o" (*maquio*); "plage[j]o" (*plagio*) (VIVAS, 2011, p. 138). Segundo o autor, formas verbais como essas se realizam principalmente na fala de pessoas menos escolarizadas, o que é produtivo e recorrente. Dessa maneira, os falantes realizam "a ditongação por epêntese[45] de [j] nas formas verbais terminadas em *-iar"* para marcar o tempo presente (VIVAS, 2011, p. 137).

No caso do verbo "basea-se", que foi registrado no texto T3 e transcrito no exemplo, a hipótese é de que o aluno, sabendo que a ditongação que normalmente ocorre na fala diverge da norma culta, optou por eliminar a vogal *i*. No início do mesmo trecho analisado, o verbo *basear* foi grafado de acordo com o que a regra gramatical determina para a forma nominal de gerúndio ("Baseando-se")[46]. Isso reforça a ideia de que o aluno conhece a regra de conjugação, mas, para evitar o [j] supostamente equivocado no tempo presente, não o registra. Nesse intuito de grafar a palavra com a conjugação que ele julga ser correta, realizou a hipercorreção.

---

[44] Texto T3.
[45] Epêntese: "intercalação de fonema não etimológico no interior de um vocábulo, por acomodação articulatória, eufonia, analogia etc." (HOUAISS, 2009 – edição eletrônica).
[46] Texto T3.

6.2.5 “Diariámente”, “econômia”, “epidêmias”, “trânsitado” e “prêve”

As palavras “diariámente”, “econômia”, “epidêmias”, “trânsitado” e “prêve” também foram classificadas como hipercorreção ortográfica por apresentarem o sinal gráfico que indica acento de forma divergente do que recomenda a norma gramatical.

(11) “A tendência do tráfico de drogas é colocar nas cadeias os negros e pobres. Essa questão envolve outras de formação social, como o racismo. De um lado temos uma sociedade rica e poderosa que consome livimente, mas intocáveis pelas autoridades policiais *na qual* se esbaldam com as propinas e a corrupção. De outro, uma sociedade pobre e necessitada, que convive **diariámente** com a guerra do tráfico, e vê no dinheiro proporcionado pelas vendas, uma forma de sustento a família.”[47]

(12) “Em regra, ámbos teriam efeito sobre a **ecônomia** a ponto que a legalização, iria abrir um novo espaço comercial no mercado, que poderia trazer mais lucros, em preços e tributação. Já a descriminalização retira do orçamento governamental, gastos com a penalização dos usuários, que no Brasil iria repercurtir diretamente nos presidios, evitando que alguém entrasse como usuário e saísse com um pensamento mais especializado para o crime.”[48]

(13) “Os Estados Unidos há 40 anos, iniciaram a guerra ás drogas. Inicialmente Richard Nixon acertava a respeito do crime de drogas e sua punição mediante cadeia. Ronald Reagem também declarou tolerância zero ao uso de drogas. Contudo, os dados causados pelas substâncias quimicas nas pessoas e na sociedade só cresceram. Abusos, informações equivocadas, **epidêmias**, violência e o fortalecimento de redes criminosas são o resultado da guerra perdida numa escala global.”[49]

(14) “A CLT prevê a demissão por justa causa em seu art. 482, alínea “d”, na hipotese do empregado ser condenado criminalmente e seu processo ter transitado em julgado. Logo, se *o mesmo* ainda não teve seu processo **trânsitado** em julgado não há o que se falar em demissão por justa causa.”[50]

[47] Texto N54.
[48] Texto N15.
[49] Texto N52.
[50] Texto T3.

(15) "Uma segunda opção *basea-se* no art. 484-A, *onde* **prêve** a possibilidade da extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador, neste caso, temos algumas mudanças quanto as verbas rescisórias."[51]

O advérbio *diariamente* deriva do adjetivo *diário*, que recebe o acento agudo na vogal *a* por se tratar de uma palavra paroxítona terminada em ditongo oral. O verbo *economizar* forma, por derivação deverbal, o adjetivo *econômico* e o substantivo *economia* (entre outros), sendo que apenas o primeiro recebe o acento circunflexo por se tratar de uma palavra proparoxítona. Já o substantivo *epidemia* gera por derivação sufixal o adjetivo *epidêmico,* que recebe o acento circunflexo também por se tratar de palavra proparoxítona. O verbo *transitar* produz, por sua vez, o substantivo *trânsito*, que é um proparoxítono que recebe o acento circunflexo, e o adjetivo *transitado* (entre outros). Por fim, o verbo *prever* gera, no presente do indicativo, a forma *prevê,* que recebe acento circunflexo por se tratar de palavra oxítona terminada em *e*. (LIMA, 2010).

Sendo assim, é possível perceber que os alunos que registraram as formas "diariámente", "econômia", "epidêmia", "trânsitado" e "prêve", inseriram os acentos gráficos por reconhecê-los como legítimos nas palavras *diário, econômico, epidêmico, trânsito* e *prevê*, respectivamente. Dessa forma, a hipótese é de que o aluno tenha entendido que as palavras de referência pertencem à mesma família das palavras escritas por eles; logo, estariam corretamente grafadas se o sinal gráfico fosse mantido. Todavia, o advérbio, os substantivos e o adjetivo registrados não devem ser acentuados, conforme a gramática normativa, já que são paroxítonos (e não proparoxítonas) terminadas em *-a* (*economia*, *epidemia*), *-e* (*diariamente*), em *-o* (*transitado*), o que determina a ausência do acento. Já no verbo analisado, o acento gráfico deve ser assinalado, porém não na penúltima sílaba, como foi registrado, mas na última, por ser um oxítono terminado em *-e*.

Em alguns casos, a ortografia convencional concorre com a grafia hipercorrigida no mesmo texto, como ocorre no exemplo (14), em que o aluno registrou a palavra *transitado* conforme a norma ortográfica e, mais adiante, realizou a hipercorreção, registrando "trânsitado". Outro fato importante a ser observado é que, no exemplo (11), o acento agudo do adjetivo *diário* não se manteve na mesma sílaba em "diariámente", sendo grafado na vogal *a* do ditongo *-ia*. Apesar

[51] Texto T3.

de o acento da escrita convencional ter sido mantido na forma hipercorrigida, ele foi deslocado para outra sílaba. Isso revela, conforme as palavras de Calvet (2002), a insegurança linguística do aluno, que tenderia a assinalar o acento na sílaba -*a*- por analogia, raciocínio predominante na hipercorreção (BORTONE; ALVES, 2014).

Dessa forma, conclui-se que os trechos analisados em (11), (12), (13), (14) e (15) contêm palavras que foram assinaladas com acento gráfico em observação a um parâmetro tomado como correto, porém, foram aplicados em contexto impróprio. Por generalização, cada "modelo" foi usado como referência para acentuar palavras semelhantes visando a grafia correta. Portanto, os sinais de acentuação grafados em sílaba não tônica com base em outra palavra acentuada da mesma família podem ser caracterizados como hipercorreção, já que não há um total desconhecimento da ortografia nesses casos, mas uma generalização de regras.

6.2.6 Considerações sobre a hipercorreção ortográfica

Sobre hipercorreção no nível ortográfico, Tenani e Reis (2011, p. 42) afirmam que os registros não devem ser reduzidos "à aplicação 'errada' de uma regra ortográfica, na medida em que são resultados da percepção da não-biunivocidade (*sic*) entre letras e sons". As autoras consideram a escrita heterogênea e variável, concebida como prática social e estabelecida "no trânsito do sujeito entre práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito" (*ibidem*, p. 22, 23). Portanto, com o amparo dos argumentos de Labov (2008), Bagno (2011), Tenani e Reis (2011) e Bortone e Alves (2014), é possível afirmar que a hipercorreção ortográfica não representa um erro, mas revela que determinada regra foi aprendida pelo aluno de maneira inconsistente e grafada em um contexto que ele julgou estar correto. Porém, tal grafia não é aceita pela ortografia que rege a escrita formal.

6.3 Os aspectos estilísticos

A estilística está relacionada à expressividade das formas linguísticas, ao modo como os estados emocionais humanos se exteriorizam e influenciam os interlocutores na comunicação social. Assim como a gramática, ela compreende todas as dimensões da língua (sons, formas e construções), que dispõe de uma gama de possibilidades que estão a serviço das escolhas de seus usuários (MARTINS, 2008; LIMA, 2010). Desse modo, as variedades linguísticas, que

ocorrem tanto na fala quanto na escrita, em situações diversas e relacionadas a contextos sociais específicos, estão genuinamente ligadas à estilística (MARTINS, 2008).

Lapa (1984) afirma que, enquanto a gramática sistematiza as normas da língua e impõe o seu uso, a estilística demonstra que os usos podem ser explicados para além da norma, considerando a individualidade do usuário da língua e suas intenções em relação ao interlocutor. Assim, nesta seção, os termos que se destacam nos textos analisados por destoar das regras sintáticas estabelecidas na gramática serão o foco da análise. O objetivo é compreender o uso desses termos e os motivos que podem influenciar as escolhas linguísticas dos alunos.

6.3.1 "Onde"

Ao observar a Tabela 2, é possível perceber que um dos termos que se sobressaem em relação ao número de ocorrências é o "onde". Segundo Houaiss (2009, edição eletrônica), *onde* é um advérbio que indica localização, lugar. O autor justifica que o termo assume diferentes funções no enunciado e o seu sentido substancial de locativo acompanha as funções que assume:

> a) como substituto de um circunstante[52] locativo, em consequência de seu valor de advérbio relativo (*encontrou-o em Palmas, onde pensava que jamais dois cariocas se encontrariam*);
> b) como elemento que estabelece relação de subordinação entre termos (*o lugar onde nasceu*) ou orações (*não sabia onde seria a palestra*)[53] (HOUAISS, 2009, edição eletrônica).

Ainda de acordo com Houaiss (2009), esse advérbio é frequentemente usado no discurso com as funções anafórica e catafórica. Já Lima (2010) argumenta que o *onde* é um pronome-advérbio normalmente usado como locativo. Bagno (2011), por sua vez, classifica o termo como um "proadvérbio", isto é, advérbio que é empregado com função anafórica. O autor afirma que o *onde* vem passando por um processo de discursivização, o que significa que a função gramatical de certos elementos dá lugar à função discursiva, principalmente na fala. O uso dessa palavra nos textos analisados ora pretende assumir uma função gramatical, ora funciona como marcador discursivo.

[52] "[...] advérbio (ou o equivalente dele) que, numa frase, exprime circunstâncias de tempo, lugar, modo etc., nas quais se desenvolve o processo verbal" (HOUAISS, 2009, edição eletrônica).
[53] Os termos abreviados no texto original foram aqui escritos por extenso.

(16) “Sendo assim, pode definir o inicio do uso das drogas, **onde** relatarmos o seu uso desde de o mundo é mundo, seja para consumo, em uma guerra para tirar a dor, como para grandes festivais da vida comum, tornando compulsoriamente uso frequente entre as pessoas até os dias de hoje. O consumo meteorico como podemos ver **onde** temos a maconha como protagonista neste mundo, sendo aperfeiçoada com a cocaína, a droga sintética e a mais temerosa que podemos imaginar.”[54]

(17) “O documentario mostra também o combate falho dos colombianos contra as drogas, **onde** muitas plantações eram destruídas para se eliminar as plantações de coca e maconha escondidas no meio. Na Holanda, foram criados lugares onde pode-se comprar certa quantidade e consumir, tudo fiscalizado pelo governo e dados demonstram que o consumo é um dos menores da Europa.[55]

(18) “Seguindo a linha de “combate as drogas”, importada dos Estados Unidos, formando uma comissão Latino America sobre drogas e democracia, **onde** teve por precursor, no Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que propagava o discurso de combate as drogas, afirmando, inclusive, sem qualquer embasamento científico, que a droga ocasionava a corrupção e a infecção a lei no país, evidenciando sua falta de consciência é providente da criminalização das drogas.”[56]

Nos textos (16), (17) e (18), o “onde” assume a função discursiva, como se fosse um marcador que garantisse a continuidade do texto. Entretanto, a coesão nos trechos citados é prejudicada não só pelo uso deste termo, mas também pela incompatibilidade semântica de outros termos usados desordenadamente. Em (17), apesar de não haver um referente locativo claro expresso no texto, o *onde* parece retomar *Colômbia*, substantivo que não foi usado, mas é depreendido, como num processo metonímico, por meio do antecessor “colombianos”. No texto (19) há 4 registros do *onde*:

(19) “Interessante saber o fato de Bill Clinton, presidente dos EUA entre 1993 à 2001, **onde** *o mesmo* aduz que não faz sentido pensar no combate às drogas como uma forma

[54] Textos N2 e N3.
[55] Texto N8.
[56] Texto N29.

> da sociedade, como uma solução militar. *O mesmo* afirma que também errou na sua gestão, quanto ao uso medicinal da maconha. [...]
>
> Afirma o Presidente do México, Ernesto Zedillo (1994-2000), que o crime organizado no México e em outros países não teria tanto sucesso se os recursos não fossem provenientes do tráfico ilegal de drogas, pois o crime aumentou devido à globalização e ao tráfico de drogas, **onde** é utilizado para comprar armas.
>
> [...] E enfatizando a fala de Pablo Escobar, Barão das drogas, colombiano e congressista nos anos 80, **onde** *o mesmo* afirmava a nova força pública do congresso, e que ajudado as pessoas a alcançar seus sonhos, evidenciando a nítida influência dos grandes traficantes na política colombiana.[57]
>
> [...] Ao que nos concebe, a criminalização do uso de drogas não sustenta assimetricamente com os princípios que remetem ao entendimento de que uma pessoa deve ser levada à privação de liberdade, mas precisamente, ao princípio da lesividade, **onde** norteia que o direito papal somente deve intervir nas situações que extrapolem o âmbito pessoal e que tenham a possibilidade de gerar dano para outrem, para a coletividade."[58]

No trecho "... o crime aumentou devido à globalização e ao tráfico de drogas, <u>onde</u> [os recursos] é utilizado para comprar armas" (grifo nosso), segundo parágrafo de (19), o uso de *onde* parece ter valor relativo, apesar de o referente não ser um elemento locativo. Da mesma maneira, no quarto parágrafo de (19), *onde* apresenta valor relativo, pois equivale ao pronome relativo *que*.

Nos trechos (20) e (21), o *onde* assumiu função discursiva. Já no trecho (22), foi usado com função relativa, que gramaticalmente corresponde à locução pronominal *em que*.

(20) "Para isso, usam do argumento de que as drogas sempre foram consumidas pelo homem desde relatos históricos antigos, **onde** algumas vezes poderiam estar relacionados com cultos religiosos que acreditavam que certos entorpecentes auxiliavam na ligação do corpo com o espírito."[59]

[57] Texto N30.
[58] Texto N31.
[59] Texto N35.

(21) “Não se consegue acabar com o mercado das drogas, pois o cedimento é tanto que geralmente alguém se arrisca, ou seja, quanto maior o consumo maior seram os cedimentos, para que esse cedimento diminua teria que diminuir os usuários. A única coisa que tinha sido feita para diminuir o consumo era mandar o usuário para cadeia, não resolvendo o problema, apenas, criando outro, no caso super lotando com o consumo, assim viveria um círculo **onde** usuarios iam para as cadeias e o consumno iria aumentar.”[60]

(22) “Então fica aqui um grande exemplo do que a proibição trouxe e traz a sociedade. A guerra por territorios por clientela e por dinheiro é a maior causa das mortes naquela e nesta época, época **onde** as drogas são a grande sensação entre os jovens.”[61]

No trecho (23), a seguir, é observado que o *onde* é usado com função discursiva, mas em (24) e (25) o termo assume função relativa, correspondendo à locução *pelo/pela qual*.

(23) “Desta forma, vemos que é importante tratar a questão com um olhar mais humano, **onde** é inviável tratar como criminoso aquele que é apenas usuário e na maioria das vezes dependente de ajuda. Isso não torna o uso legal, mas trata como uma questão social **onde** o incentivo a não utilização e explanação sobre seus malefícios devem ser priorizados à repreensão.”[62]

(24) “A cédula de crédito rural pode-se dizer que é o gênero que abrange a cédula rural pignoratícia (garantia real de penhor, **onde** o ruralista dá em garantia bens móveis), cédula rural hipotecária (**onde** o ruralista da em garantia da dívida em bens imóveis), cédula rural pignoratícia e hipotecária (garantia de bens móveis/imóveis) e nota de crédito rural que é um título de financiamento rural destituído de garantias [...].”[63]

(25) “Endosso é a transferência de título de crédito, **onde** o endossante transfere a titularidade e os direitos ao endossatário vinculando o endossante ao pagamento na qualidade de co-alugado.”[64]

[60] Texto N36.
[61] Textos N38-N39.
[62] Texto N50.
[63] Texto L2.
[64] Texto L3.

O uso de *onde* com valor relativo é gramaticalmente licenciado por Lima (2010). Segundo este autor, o termo pode ser empregado em construções como esta: “As deduções *por onde* (pelas quais) chegamos a esses resultados...” (LIMA, 2010, p. 408, grifos do autor). Contudo, é possível observar nos registros analisados que esse uso pode prejudicar a compreensão do texto, principalmente porque outros elementos (como itens lexicais e pontuação) podem não contribuir para uma sequência lógica que permita ao leitor depreender as ideias que os autores pretendem apresentar.

Portanto, devido ao fato de o *onde*, nos exemplos analisados, pouco contribuírem sintática e semanticamente para a construção do sentido do texto, a função de marcador discursivo se sobressai. Bagno (2011) argumenta que o uso de *onde* como marcador discursivo é evidente na fala, usado para reorganizar o discurso, prender a atenção do ouvinte e manter o turno de fala. Mas, conforme os exemplos apresentados pelo autor (cf. seção 4.3.3 deste trabalho e BAGNO (2011, p. 961)) e os exemplos aqui analisados, o termo é usado também na escrita formal, o que caracteriza a hipercorreção. Ainda de acordo com Bagno (2011), para que o termo em questão atenda à norma gramatical, o ideal é que sua aplicação no texto escrito se restrinja às funções de pronome ou advérbio de lugar.

6.3.2 “Aonde”

Nos textos analisados, foi observado também o registro de *aonde* no lugar de *onde*. Segundo Neves (2012), a palavra *aonde* é formada pela contração do pronome relativo ou advérbio *onde* com a preposição *a* (*Aonde vai aquele ônibus?*). Esse termo, que Houaiss (2009) classifica como advérbio, tem o sentido de direção e equivale à expressão *para onde*. Entretanto, a autora afirma que, no uso, *aonde* e *onde* são generalizados, sendo uma forma usada pela outra independentemente do contexto frasal. Essa generalização pode ser percebida no trecho (26) a seguir:

(26) “Fato é que a droga é um caminho sem volta, mas qual é o caminho de volta para a educação? Trazemos a baila a Holanda, **aonde** é permitido o uso de drogas e ainda é

> legalizada, acredito que para lograr esse êxito foi necessário primeiramente educação para então o cidadão ter consciência do uso, compra e venda."[65]

Neste exemplo, "aonde" foi usado como referencial anafórico para retomar o nome Holanda. Esse uso diverge do que é prescrito pela gramática, que, nesse caso, determina o emprego de *onde*, que indica localização, e rejeita *aonde*, que remete à ideia de deslocamento. Entretanto, o termo destacado no trecho (26) não incorre em hipercorreção, visto que não tem valor de marcador discursivo, pois é possível localizar com segurança o seu referente, diferente do que ocorreu com o *onde* destacado nos exemplos da sessão anterior. Esse uso também se difere do que foi realizado no trecho (27):

(27) "Como afastar as crianças, que já nascem nesse reduto convivem todo tempo no meio do tráfico e usuários de cocaína, **aonde** antes mesmo de ler e escrever aprende o ilícito das drogas com detalhes se sentem trabalhador do crime, saem como usuario pronto para manifestar, acrescentando em sua vida, como por exemplo de poder."[66]

A construção confusa do trecho (27) dificulta a compreensão do enunciado, mas, mesmo assim, é possível observar que o termo *aonde* foi usado com a função de marcador discursivo. De acordo com Bagno (2011), o emprego generalizado *onde* (e aqui se inclui também o *aonde*) resulta de um processo de discursivização, pelo qual uma palavra perde, na fala, a função gramatical para assumir a função de marcador discursivo. Quando esse processo se revela na escrita monitorada e o uso desse termo ocorre de maneira desregrada, o autor o caracteriza como hipercorreção.

Dessa forma, uso indiscriminado de *onde*/ *aonde* revela pouca familiaridade dos autores com a escrita formal. Porém, quando o pronome ou o advérbio é gramaticalmente ajustado, não compromete a coerência e confere elegância ao texto (BAGNO, 2011). Portanto, é provável que os alunos da graduação tenham optado pelo uso desses termos almejando um estilo que favorecesse uma escrita mais sofisticada, atendendo à formalidade exigida pelos textos acadêmicos.

[65] Texto N42.
[66] Texto N3.

6.3.3 “O mesmo”

A expressão *o mesmo* (e flexões) também foi produtiva nos textos analisados. Bechara (2016, p. 203), classifica *o mesmo* como um “anafórico do demonstrativo *mesmo*, substantivado pelo artigo, precedido ou não de preposição, para se referir a palavra ou declaração expressa anteriormente”[67]. Segundo Bagno (2011), trata-se de um pronome que é registrado substancialmente na escrita monitorada, mas seu uso geralmente não é aceito pela gramática. Os trechos a seguir ilustram o uso de *o mesmo* na escrita acadêmica:

(28) “Além de depoimentos, visitas a favelas, coffeshops e etc, o filme utiliza de animações sobre o surgimento das substancias ilicitas.
No entanto, é bom ressaltar que isso tudo, apesar de ter uma visão unilateral do problema e ser superficial e ingênuo em muitos argumentos, o documentário serve em certo momento para levantar a questão e nos deixar com vontade de debater o tema, pois **o mesmo**, esta ai e impossível fingir que não existe. Maconha não é mais fácil de encontrar por ai do que o CD pirata que parece já ter um comércio paralelo quase legalizado.”[68]

(29) O documentario aborda o fracasso da Guerra as Drogas, que no contexto insere a ideia e o combate **as mesmas** pelos EUA. É mostrado que os EUA gastavam milhões de dolares no combate as drogas, mais nunca funcionou e que nos dias atuais já se tem grupos no país discutindo sobre a legalização e descriminalização.[69]

(30) “Com advento do crack, houve aumento do uso de drogas no Brasil, dado sua capacidade de dependência, ao exemplo da cracolândia em São Paulo, onde constata-se a maior prova de fracasso do combate às drogas, afirmou o Dr. Drauzio Varella no documentário. **O mesmo** aduziu que o uso do crack no Brasil iniciou-se nos anos 90, sendo que já sabiamos que tal substância já era utilizada nos EUA e nada se fez no Brasil em termo educativo a fim de evitar o uso de tal substância.
[...] Interessante saber o fato de Bill Clinton, Presidente dos EUA entre 1993 à 2001, *onde* **o mesmo** diz que não faz sentido pensar no combate às drogas como uma forma da sociedade, como uma solução militar. **O mesmo** afirma que também errou na sua

[67] Embora Bechara (2016) fale a respeito da expressão, o autor não recomenda o seu uso.
[68] Texto N4.
[69] Texto N7.

gestão, quanto ao uso medicinal da maconha. É importante salientar, que durante o governo de Bill Clinton, também houve uma dura linha de combate às drogas nos EUA. [...] E enfatizando a fala de Pablo Escobar, Barão das drogas, colombiano e congressista nos anos 80, *onde* **o mesmo** afirmava a nova força pública do congresso, e que ajudado as pessoas a alcançar seus sonhos, evidenciando a nítida influência dos grandes traficantes na política colombiana.

[...] Nesse sentido, o Presidente Colombiano (1990-1995), César Gaviria, destaca que não é somente os cartéis de drogas que tem provocado a ...tência*[70] na Colômbia, pois o narcotráfico tenta influenciar, inclusive, nas campanhas presidenciais do país, provocando a morte de candidatos à presidência. **O mesmo** enfatiza que seu irmão fora sequestrado pelo narcotráfico, seus familiares mortos, tudo como tinha de fazer negociação política. Complementa, que isso acontece com todas as famílias colombianas, que são cotidianamente vítimas do tráfico, guerrilha cli*[71] por drogas."[72]

(31) "Idealizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o documentário visa justamente "quebrar o tabu" sobre o mundo das drogas oferecendo a regulamentação e legalização **das mesmas**. Para isso, usam do argumento de que as drogas sempre foram consumidas pelo homem desde relatos históricos antigos, *onde* algumas vezes poderiam estar relacionadas com cultos religiosos que acreditavam que certos entorpecentes auxiliariam na ligação do corpo com o espírito."[73]

(32) "O filme aqui retratado vem com intuito de demonstrar a descriminação da maconha, e como é esta guerra constante contra as drogas haja vista que **a mesma** envolve pessoas, sentimentos e principalmente visões bastante divergentes sobre o assunto.

[...] O longa da inicio mostrando o uso da droga nos mais variados contextos historicos até os dias de hoje apontando desta forma a influencia **da mesma** no tempo e nos dias atuais.

[...] Alem dessas figuras influenciadoras, o filme mostrou a opinião do Dr. Drauzio Varella e de pessoas comuns que de alguma forma se identificaram na guerra

[70] Palavra ilegível no texto original.
[71] Palavra ilegível no texto original.
[72] Textos N29 e N30.
[73] Texto N35.

das drogas. Drauzio revela que nos presidios é impossível parar com as drogas quando se é um viciado, *onde* **o mesmo** atendeu uma prisioneira indicando que ela parasse de se injetar mas ela responde que não consegue parar com o uso de drogas pesadas, ainda segundo Varella, **o mesmo** condena o uso da força militar contra os usuários entendendo da mesma maneira os ex presidentes Bill Clinton e James Carter."[74]

(33) "O Banco X procedeu de forma incorreta, uma vez que não poderia aplicar justa causa a Paulo, pois **o mesmo** ainda não teve condenação criminal transitada em julgado."[75]

(34) "A CLT prevê a demissão por justa causa em seu art. 482, alínea "d", na hipotese do empregado ser condenado criminalmente e seu processo ter transitado em julgado. Logo, se **o mesmo** se o mesmo ainda não teve seu processo *trânsitado* em julgado não há o que se falar em demissão por justa causa."[76]

(35) "A letra de câmbio é uma ordem de pagamento, *onde* existem três figuras: o sacador, o sacado e o beneficiário/tomador. A relação se dá quando o sacador, ordena um pagamento para o sacado realizar à te...*[77]. (O sacado aceita ou recursa através do instituto do 'aceite' ou 'protesto'). O sacado aceitando, **o mesmo** se torna devedor principal e o sacador se torna c...obrigado[78] na obrigação."[79]

Bagno (2011) classifica *o mesmo* como pronome e, para o autor, a insegurança linguística[80] fica evidente no seu uso na escrita monitorada. Como se trata de um termo inexistente na fala espontânea, o uso na escrita surge em textos "truncados" e "confusos", cujos autores revelam, por meio dos registros, um domínio limitado da norma-culta (BAGNO, 2011, p. 966). Nos textos aqui analisados, a insegurança linguística também transparece, especialmente quando o termo é recorrente no mesmo texto, como nos trechos (30) e (32), e quando ocorre com outros casos de hipercorreção, como em (30), (31), (32), (34) e (35).

[74] Texto N56 e N57.
[75] Texto T2.
[76] Texto T3.
[77] Não é possível ler a palavra completa no original.
[78] Não é possível ler a palavra completa no texto original.
[79] Texto L4.
[80] A insegurança linguística, conforme Calvet (2002), é influenciada por julgamentos sociais; ocorre quando o usuário da língua considera sua fala pouco prestigiosa e tenta usar as formas que não tem costume, mas que acredita que se aproximam do padrão culto.

Ainda de acordo com aquele autor, *o mesmo* poderia ser substituído por outros termos anafóricos, como, por exemplo, "o pronome da não-pessoa *ele* (e flexões)", ou o emprego do pronome poderia ser omitido, desde que não comprometesse a construção do texto (BAGNO, 2011, p. 966, grifo do autor.). De maneira semelhante, Neves (2012, p. 516) argumenta:

> É condenado em alguns manuais tradicionais de gramática o uso de *o mesmo*, *a mesma*, *os mesmos*, *as mesmas* para referência a alguma pessoa ou a alguma coisa já mencionada (valendo por *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, respectivamente).

Sendo assim, os registros de *o mesmo* nos exemplos transcritos acima caracterizam a hipercorreção estilística, já que são termos empregados sobretudo na escrita monitorada que visa à compatibilidade com o estilo da norma culta.

6.3.4 "O qual"

O pronome relativo *o qual* é também apontado por Bagno (2011) como um elemento característico da hipercorreção, fenômeno que decorre da insegurança linguística (BAGNO, 2011; CALVET, 2002). De acordo com Lima (2010, p. 162), *o qual* funciona como pronome relativo e é empregado para reproduzir, "numa oração, o sentido de um termo ou da totalidade de uma oração anterior". Para Bechara (2009, p. 199), o pronome relativo *o qual* é usado no lugar do *que* quando o termo a que o relativo se refere está distante dele, como no exemplo que o autor cita: "O guia da turma, *o qual* veio nos visitar hoje, prometeu-nos voltar depois". Nesse exemplo, se o pronome *que* fosse selecionado, a frase ficaria ambígua. Nos textos analisados, foram identificadas 3 ocorrências de *o qual* (e as variações *no qual* e *na qual*) que divergem do uso determinado pela norma-padrão:

(36) "Quando se fala em descriminalização, pensa-se em um termo intermediário, **no qual** não há uma liberdade total do uso de entorpecentes, mas também não são os usuários de drogas tratados como criminosos. Busca-se um equilíbrio, **no qual** entende os danos que os entorpecentes trazem para a saúde, não devendo ser caracterizado como crime que precisa da internação do sistema penal."[81]

[81] Texto N20.

(37) "A tendência do tráfico de drogas é colocar nas cadeias os negros e pobres. Essa questão envolve outras de formação social, como o racismo. De um lado temos uma sociedade rica e poderosa que consome livimente, mas intocáveis pelas autoridades policiais **na qual** se esbaldam com as propinas e a corrupção. De outro, uma sociedade pobre e necessitada, que convive *diariámente* com a guerra do tráfico, e vê no dinheiro proporcionado pelas vendas, uma forma de sustento a família" [82]

Nos trechos citados acima, o emprego do pronome *o qual* não estabelece uma relação lógica entre o antecedente e a oração subsequente a ele. Em (36), é possível identificar o referente nos dois termos registrados, porém, a oração após não contribui semanticamente para a compreensão do enunciado. Em (37), a oração seguinte ao pronome permite localizar o termo referido, porém, o relativo não concorda com ele. Bagno (2011, p. 969) explica a hipótese para esses usos:

> Existe, na nossa pedagogia de língua, uma série de prescrições que se cristalizam sem nenhum motivo que as sustente. Uma delas é a mania que muitos docentes têm de dizer a seus alunos que é preciso evitar a palavra *que*, sem, no entanto, oferecer alternativas adequadas para evitar o *que*. A única coisa que se costuma dizer é que, no lugar do *que*, é possível usar *o qual*. O resultado disso é que, junto com as demais marcas de hipercorreção, esse pronome relativo aparece repetidas vezes num mesmo texto e, quase sempre, de modo errado.

É possível observar que, nos trechos (36) e (37), o uso do pronome *o qual* se assemelha ao que foi observado no uso de *onde*, casos em que a função discursiva prevaleceu. Sendo assim, os usos do termo ora em questão podem ser classificados como casos de hipercorreção estilística, já que foram usados de maneira diferente do que recomenda a norma gramatical, assumindo, assim, a função de organizadores discursivos, o que é característico da língua oral.

Bagno (2011) orienta, para evitar o uso indiscriminado desse termo e para que a coerência textual não fique comprometida, que no lugar de *o qual* seja empregado o pronome *que* antecedido por uma preposição, formando locuções como *com que*, *em que* e *por que*. Segundo ele, o emprego correto desses termos "é característico de um estilo mais caprichado" (BAGNO, 2011, p. 969).

[82] Texto N54.

6.3.5 “Cujo”

Cujo é um pronome relativo observado majoritariamente em textos escritos monitorados, porém, por ter sua origem no latim, a gramática que o rege não é a da língua portuguesa, o que gera confusão quanto ao seu uso (BAGNO, 2011). Para Houaiss (2009, s/ p.), *cujo* é um pronome relativo que “relaciona dois substantivos, um antecedente e outro subsequente, sendo este último possuidor de algo (qualidade, condição, sentimento etc.) designado pelo primeiro; equivale a *de que, de quem, do/da qual, dos/das quais*”. Lima (2010, p. 407), por sua vez, defende que se trata de um “pronome adjetivo analiticamente desenvolvido em *do qual, da qual, dos quais, de quem, de que* [...]”. Esse termo ocorreu em um dos textos analisados:

(38) “Já a letra de cambio é uma ordem de pagamento, **cujo** pode figurar a presença de três elementos (sacador, sacado, beneficiário) por meio de aceite, pode ser endossada deve observar os requisitos legais.”[83]

No registro destacado em (38), *cujo* foi empregado em desacordo com a norma, pois não relaciona o substantivo antecessor a um elemento possuidor. A hipótese é de que o autor do texto tenha evitado o uso de *que* e selecionado aquele pronome por ser característico dos estilos de escrita mais prestigiados. Entretanto, a coesão do texto ficou comprometida pela falta de um elemento posterior ao “cujo”, fundamental para a construção do sentido. Se no lugar de *cujo* o pronome relativo *em que* tivesse sido usado, o trecho não estaria em divergência com norma gramatical: “Já a letra de cambio é uma ordem de pagamento *em que* pode figurar a presença de três elementos (sacador, sacado, beneficiário) por meio de aceite [...]”.

O pronome relativo *cujo* tem origem no latim e seu uso é regido por regras daquele idioma. Desse fato procedem os usos inadequados do termo, como construções em que os artigos *o*/*a* sucedem o pronome (cf. seção 4.3.8 deste trabalho). Apesar de o uso registrado no exemplo (38) não ser o semelhante ao apresentado por Bagno (2011) para demonstrar o uso impróprio de *cujo*, o emprego do pronome aqui pode ser caracterizado como um caso de hipercorreção estilística, já que a escolha linguística do aluno parece ter sido feita com base em um estilo de escrita mais sofisticado.

[83] Texto D3.

6.3.6 “Muito embora”

A expressão *muito embora* não está entre as análises feitas por Bagno (2011) e também não é tratada pelos outros autores consultados, tais como Bechara (2009; 2016), Cegalla (2008), Lima (2010) e Neves (2012). No entanto, esse registro está presente em um dos textos analisados e, por chamar a atenção o uso de um conjuntivo antecedido por advérbio de intensidade, *muito embora* foi submetido à análise e considerado um caso de hipercorreção.

(39) “**Muito embora** o jovem brasileiro tenha efetivado campanhas de combate às drogas, de modo preventivo e educativo, tais campanhas somente ocorreram após a disseminação do uso de crack no Brasil.”[84]

O termo e*mbora* é apresentado por Houaiss (2009) como conjunção. Para Lima (2010), as conjunções são palavras cuja função é estabelecer a relação entre:

> a) Dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.).
> b) Duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.

Assim, o termo *embora*, quando usado conforme a função (b) descrita por Lima (2009), assume valor de conjunção concessiva. Bechara (2016) acrescenta que as concessivas, subgrupo das conjunções em que *embora* se enquadra, quando iniciam oração que exprime um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará a declaração principal, como ocorre no seguinte exemplo: “*Ainda que* [embora] perdoemos aos maus, a ordem moral não lhes perdoa, e castiga a nossa indulgência” (BECHARA, 2016, p. 237, grifo nosso). Neves (2002), por sua vez, afirma que o termo *embora*, assumindo a função de conjunção concessiva, é usado com verbo no modo subjuntivo, conforme o exemplo: “A Constituição não é contestada, **embora** *haja* divergências em relação a muitos dos seus aspectos” (NEVES, 2012, p. 287).

Sendo assim, é possível perceber que, se a palavra *embora* tivesse sido usada isoladamente, seria considerada adequada, conforme a prescrição da gramática. Entretanto, a expressão “muito embora” está em desacordo com a norma gramatical. Segundo Houaiss (2009), *muito* pode assumir as funções de pronome indefinido ou de advérbio de intensidade. Junto da

[84] Texto N29.

conjunção *embora, muito* é empregado conforme esta última função. Houaiss (2009) e Lima (2010) concordam quanto à definição deste termo. Este autor completa que o advérbio é ligado ao verbo e manifesta as circunstâncias que o denotam. Além disso, os adjetivos e advérbios podem ser marcados pela flexão de grau com o uso de advérbios de intensidade, como *muito, pouco, mais, menos,* entre outros.

No trecho transcrito em (39), *embora* foi colocado no início da frase, mas ainda assim estabelece a relação entre duas orações. Se a topicalização fosse desfeita, o enunciado ficaria assim: "*As campanhas somente ocorreram após a disseminação do uso do crack no Brasil,* [muito] embora *o jovem brasileiro as tenha efetivado* [campanha de combate às drogas] *de modo preventivo e educativo*"[85]. Fica comprovada, assim, a assertividade do aluno quanto ao uso da conjunção. Porém, parece não ser apropriado intensificá-la com o uso do advérbio *muito*, visto que *embora*, enquanto conjunção, não é uma palavra lexical que possua uma carga semântica independente, cujo sentido possa ser ponderado. Em outras palavras, não é possível depreender de *embora* um sentido que possa ser moderado ou intensificado por um advérbio. Afinal, as conjunções se comportam como palavras gramaticais, que são aquelas que só possuem e atribuem sentido quando exercem sua função sintática (REY-DEBOVE, 1984).

Portanto, o uso de "muito embora" não é compatível com o que prescreve a norma-padrão. Sacconi (2018, p.226) explica a impossibilidade desse emprego: "Usa-se apenas *embora*, já que tal palavra, no português contemporâneo, só pode ser conjunção ou palavra denotativa, mas nunca advérbio, como já o fora antanho". Houaiss (2009) expõe que *embora*, usado como advérbio, expressa a ideia de retirada (*em boa hora*). Entretanto, na função de conjuntivo a palavra não tem esta acepção.

Dessa forma, "muito embora" pode ser considerada também uma expressão que caracteriza a hipercorreção estilística, já que, conforme o exemplo apresentado em (39), o uso parece ter sido feito com a intenção de enfatizar o sentido de oposição expresso no enunciado, chamando assim a atenção do leitor para a questão problematizada. Assim, o autor conseguiria, também, demonstrar um estilo de escrita moderno.

[85] Nessa reconstrução, os termos entre colchetes foram omitidos, sendo que "campanha de combate às drogas" foi substituído pelo pronome anafórico *as*, o que garante maior coerência ao texto fluidez à leitura.

6.3.7 Considerações sobre a hipercorreção estilística

Nos textos analisados, os termos mais recorrentes são “onde” e “o mesmo” (e as flexões de ambos). Contudo, as demais ocorrências em que se observam as características da hipercorreção estilística, apesar de registrarem menor número, revelam que há valorização de termos que ocorrem predominantemente na escrita. Ao lado de construções em que os desajustes gramaticais prevalecem, foram encontrados termos rebuscados, como “destarte”, “outrossim”, “outrem” e “lograr”, raros até mesmo nas escritas formais. Isso denota uma preocupação por parte do aluno em produzir uma escrita mais esmerada que atenda os padrões da norma culta.

6.4 Hipercorreção: reflexões sobre práticas possíveis

A hipercorreção é um fenômeno complexo, multifacetado, que usualmente é verificado na fala e na escrita, tanto espontâneas quanto monitoradas. Reflete um processo de nivelamento analógico, uma relação entre formas já existentes, evidenciando um tratamento reflexivo sobre a língua do sujeito que a produz. Este fenômeno acende um alerta quando ocorre em textos escolares produzidos por alunos dos ensinos fundamental e médio, mas desperta atenção especialmente quando ocorre em textos produzidos por alunos da graduação em Direito, já que estes, prestes a iniciar a vida profissional, deveriam dominar a norma-padrão da língua escrita[86]. Embora presente em todos os níveis, a produção da hipercorreção no meio universitário corrobora os argumentos de Labov (1966), quando trata dos efeitos da mobilidade social na mudança linguística. Nos casos analisados, existe a expectativa de uma mudança social, de entrada em um mercado de trabalho e compartilhamento de características formais de uso da linguagem.

Neste ponto, cabe um questionamento: o que revelam as análises feitas em termos de possíveis práticas no ensino da produção de texto? As análises feitas revelam a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo com os textos produzidos por alunos da graduação em Direito. Tal trabalho, porém, não deve se restringir apenas a esse curso, mas deve alcançar todos os cursos universitários com vistas ao aprimoramento da escrita acadêmica. Dessa forma, ao entrar no mercado de trabalho, os alunos terão maior domínio da linguagem formal exigida nas diferentes profissões. Obviamente, esse exercício não deve ser exclusivo do contexto

[86] Conforme determinação das Diretrizes Curriculares do Curso de Direito (BRASIL, 2000, p.4).

universitário, mas as ocorrências encontradas indicam a necessidade de um trabalho constante, desde o ensino básico até a universidade.

Os textos submetidos à análise neste trabalho evidenciam a variação linguística na escrita, considerando que a hipercorreção ocorre também nesse âmbito (BORTONI-RICARDO, 2014). Na análise, foram observados dois tipos de hipercorreção: a que ocorre no nível ortográfico e a que ocorre no nível estilístico. Ambos os casos demonstram o raciocínio que o aluno elabora sobre língua, ou seja, por trás de cada hipercorreção há uma hipótese sobre a norma linguística. Há, portanto, uma expectativa de acerto por aquele que a produz, um raciocínio implícito que é preciso ser considerado.

Sendo assim, a prática com a produção de texto pode ser atrelada ao trabalho com a Sociolinguística, como propõe Bortoni-Ricardo (2005)[87], considerando especificamente a Sociolinguística educacional. Esta teoria traz a noção de que a língua é variável, tanto na fala quanto na escrita, mas admite que há uma norma que rege a escrita formal que deve ser aprendida pelo aluno. O conhecimento das normas amplia o domínio da língua e contribui para que o aluno tenha segurança de usá-la em qualquer situação das práticas sociais, especialmente naquelas que exigem maior formalidade, a exemplo das produções de texto no contexto acadêmico ou laboral.

E qual seria o papel do professor nesse caso? Observou-se que o professor, nos textos analisados, age de maneira a ignorar os erros cometidos pelos alunos. Raramente há explicação ou mesmo marcação dos desvios, menos ainda os de hipercorreção. Acredita-se que o papel do professor seja o de contribuir para a reflexão do aluno sobre o próprio texto, ajudando-o a compreender a sua escrita e guiando-o para um caminho de autorreflexão e aperfeiçoamento.

Os cursos de graduação geralmente oferecem uma disciplina dedicada ao estudo ou à prática de escrita dos gêneros acadêmicos. Na instituição em que os textos analisados foram colhidos, é oferecida no primeiro período uma "disciplina de nivelamento" intitulada "Estudos orientados: comunicar e expressar", com carga horária de 80 horas/aula, na modalidade de educação a distância (EaD)[88]. Apesar disso, esse estudo testemunha, em face das ocorrências de hipercorreção e dos outros desvios em relação à ortografia e à gramática, a necessidade de

[87] Ver Seção 3.3 deste trabalho.
[88] A grade curricular do curso de Direito da referida instituição está no Anexo B deste trabalho.

incluir nos currículos de ensino fundamental, médio e superior um trabalho de reflexão linguística mais profundo e contínuo. Tal trabalho aponta para a necessidade de levar o aluno a ter consciência da variação linguística e de compreender a ideia de preconceito linguístico. Isso permitirá que ele perceba o próprio texto com um olhar mais acurado e favorecerá a prática da reescrita, a fim de adequar a sua produção ao objetivo a que se propõe. Dessa forma, é possível que o aluno tome consciência do processo de escrita, apreenda efetivamente as regras ortográficas e gramaticais e aprimore, cada vez mais, a sua competência comunicativa escrita.

7 CONCLUSÃO

O estudo realizado partiu do princípio de que a hipercorreção ocorre quando o usuário da língua, seja falada ou escrita, se esforça para atender aos padrões de uso impostos pela norma-padrão (LABOV, 2008; DUBOIS *et al*, 1995; JOTA, 1976; BAGNO, 2011; BORTONE; ALVES, 2014; BORTONI-RICARDO, 2014). Considerando esse princípio, esta pesquisa teve como objetivo principal compreender a hipercorreção na escrita acadêmica, sob as perspectivas linguística e sociolinguística, para que fosse possível, especificamente, compreender que aspectos caracterizam esse fenômeno e, a partir disso, conceituar a hipercorreção na escrita, identificar seus tipos mais recorrentes e, então, refletir sobre práticas pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem da escrita.

Concebendo a hipercorreção como um fenômeno que diz respeito ao uso da língua e ocorre no âmbito da variação linguística, seria inviável não recorrer aos conceitos de língua, de linguagem e de uso. Nessa perspectiva, autores como Saussure (2006 [1916]), Chomsky (1980), Bakhtin (1997) e Bakhtin e Voloshinov (1979) foram fundamentais para explorar o conceito de língua e linguagem para, com Vygotsky (1991; 2008) e Koch (2009), compreender a relação entre estes fenômenos e a escrita.

Sendo assim, a teoria Sociolinguística foi eleita para nortear a pesquisa, visto que esta é uma disciplina que privilegia o uso real da língua sem deixar de observar seus aspectos estruturais e o contexto sociocultural em que a produção linguística se desenvolve (CEZARIO; VOTRE, 2011; BORTONI-RICARDO, 2019). Dessa forma, a hipercorreção aqui não é considerada erro, mas um indício de que o aluno sabe algo sobre a norma-padrão e usa esse conhecimento de modo a atender as expectativas do seu interlocutor.

Com o estudo da fundamentação teórica e com a análise do *corpus*, que foi constituído de textos escritos por alunos do curso de graduação em Direito, foi possível refletir sobre a hipercorreção na prática da escrita. A análise dos dados permitiu observar que os graduandos procuram usar um estilo de escrita que surpreenda pela sua forma. A recorrência de palavras hipercorrigidas revela que os alunos valorizam o tipo de escrita rebuscada, o que, geralmente, concorre para o descumprimento da norma-padrão devido ao domínio insuficiente da escrita formal. Paralelo ao uso de palavras desse estilo que pretende ser esmerado, sobressaíram-se palavras que divergem da ortografia convencional. Em número um pouco menor de ocorrências que o

primeiro tipo (36 registros de estilo e 24 registros de ortografia), os dados analisados revelaram que a maioria dos alunos usa regras ortográficas em lugares não licenciados pela norma convencional. Da mesma maneira, o uso pouco adequado dos termos que pretendem conferir estilo ao texto faz transparecer a pouca familiaridade dos alunos com os textos monitorados.

Endossando os argumentos de Labov (2008), Bagno (2011), Bortone e Alves (2014), e Calvet (2002), a hipercorreção na escrita pode ser conceituada, portanto, como um fenômeno que deriva de certa insegurança linguística e se realiza quando o sujeito, por conhecer parcialmente as normas gramaticais, faz analogias com base em uma regra observada, tomada como legítima, e a aplica na escrita elaborando construções que divergem do que é prescrito pela gramática. Assim, é possível propor dois tipos de hipercorreção na escrita: um que decorre do domínio parcial das regras ortográficas e outro que decorre do desconhecimento do uso de termos que contribuem para a coesão textual, especialmente daqueles com função referencial e relacional. Com esta percepção, o primeiro tipo foi denominado neste trabalho como hipercorreção ortográfica e o segundo tipo foi denominado hipercorreção estilística.

Na maioria dos textos analisados a escrita não atende, em diversos pontos, ao padrão de formalidade visado pela academia e deixa de atender também, em alguns aspectos, às práticas que são exigidas no campo do Direito, cujos profissionais têm a escrita como instrumento de trabalho e estão sujeitos, por meio dela, a ser julgados positiva ou negativamente (CALVET, 2002; MOLLICA, 2004). Além de as Diretrizes Curriculares do Curso de Direito[89] preverem que os alunos se tornem proficientes em leitura, compreensão e elaboração de textos, que devem ser claros precisos e convincentes, o Estatuto dos Advogados do Brasil considera infração disciplinar a recorrência de inépcia por parte do advogado, o que pode ser penalizado com suspensão do exercício da profissão (ESTATUTO, 2018).

Portanto, se a escrita inadequada, seja na prática profissional, seja em outro contexto social, pode ser razão para penalidade, preconceito e discriminação (BORTONE; ALVES, 2014; BORTONI-RICARDO, 2015; CALVET, 2002), há que se cuidar, no ensino básico, para que a aquisição da escrita e o domínio das regras gramaticais da língua ocorram de forma eficiente desde o início do processo de formação escolar. Sendo assim, é preciso adotar práticas que viabilizem o processo de ensino-aprendizagem da língua materna.

[89] Brasil (2000, p.4)

Nesse sentido, as propostas de Bortoni-Ricardo (2014) são bastante válidas, pois valorizam práticas pedagógicas sensíveis às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos. É importante, no processo de ensino, partir do conhecimento que o aluno já adquiriu sobre a língua por meio do convívio social e valorizar a sua identidade cultural, na qual se inserem as suas experiências de vida. Sentindo-se valorizado enquanto sujeito social e tendo preservada sua identidade, o aluno estará aberto para adquirir novos conhecimentos, que serão ainda mais enriquecidos se forem embasados em práticas reais de uso da língua. Assim, ele terá autonomia para se comunicar com segurança não só dentro dos limites de sua comunidade, mas em todas as dimensões da sociedade, nas diferentes práticas sociais.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para uma reflexão científica sobre o fenômeno da hipercorreção na escrita. Restam ainda muitas questões sobre esse tema a serem pesquisadas, como, por exemplo: a hipercorreção ao longo dos anos da graduação em Direito e em outros cursos; uma comparação da ocorrência da hipercorreção entre os diferentes cursos de graduação; as estratégias pedagógicas possíveis para lidar com a hipercorreção no ensino fundamental, médio e universitário, entre outros que podem ser perseguidos e amplamente investigados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro.* São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOSHINOV, Valentin N. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail; (VOLOSHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem. 8.ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BEAUGRANDE, R. de. *New Foudations for a science of text and discourse*: cognition, communication, and the freedom of acces to knowledge and society. Norwood: Ablex, 1997.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo; MAHMUD, Shahira. *Novo dicionário das dúvidas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BLANCHE-BENVENISTE, Claire. A escrita, irredutível a um código. In: FERREIRO, Emília *et al*. *Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 13-26.

BORTONE, Marcia Elizabeth; ALVES, Scheyla Brito. O fenômeno da hipercorreção. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris *et al*. (Org.). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Nós cheguemu na escola, e agora?:* sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. In: *Langue Française*, 34. Paris: Larousse, 1977.

_____. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1990.

BRASÍLIA, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ementa 01/2008/OEP. Inépcia profissional. Erros grosseiros reiterados. Infração ao Art. 34, XXIV, do EAOAB. Recurso 0046/2006/OEP. Recorrente: S. F. (adv.: Luiz Antonio de Oliveira Mello OAB/SP 145.142). Recorrido: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Jorge José Anaice da Silva (AP). Brasília, Acórdão de 08 de dez. 2007 (DJ, 07.03.2008, p. 597, S1). *Conselho Federal da OAB.* Disponível em: <https://goo.gl/a65x1q>. Acesso em 16 dez. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Comissão de Especialistas de Ensino de Direito – CEED. *Diretrizes Curriculares do Curso de Direito*. Brasília: CEED, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/QfZ2mR>. Acesso em: 02 dez. 2017.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística Educacional*: uma introdução crítica. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPBELL, Lile. *Historial linguistics*: na introduction. 2.ed. Cambridge: Mit Press, 2004.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento*. Trad. Francisco M. Guimarães. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Reflexões sobre a linguagem*. Trad. Carlos Vogt (et. al.). São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. *O conhecimento da língua*: sua natureza, origem e uso. Lisboa: Caminho, 1994.

CRYSTAL, David. *A linguística*. Trad. Isabel Hub Faria. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

_____. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

DIONISIO, Angela Paiva; HOFFNAGEL, Judith. Estratégias de textualização na fala e na escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 105-122.

DITTMAR, Norbert. *A critical Survey of sociolinguistics*. New York: St. Martins Press, 1976.

DUBOIS, Mathée Giacomo *et al*. *Dicionário de linguística*. Trad. Frederico Pessoa de Barros *et al*. São Paulo: Cultrix, 1995.

ESTATUTO da Advocacia e da OAB. Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994. Art. 34 e 37. Disponível em: <https://goo.gl/zSdw23>. Acesso em 16 dez. 2018.

ECKERT, Penelope. (ay) Goes to the City: Exploring the expressive use of variation. In.: GUY, G.; FEAGIN, C.; SCHIFFRIN, D.; & BAUGH, J. (eds.). *Towards a social science of language.* Vol 1: Variation and change in language and society. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1996. p.47-68.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo*: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. 2.ed. Curitiba: Criar, 2006.

FASOLD, Ralph. *The sociolinguistics of society.* Oxford: Basil Blackwell, 1984.

FERGUSON, Charles A. Diglossia. *Word*, v. 15, 1959, p. 325-40.

GARVIN, Paul; MATHIOT, Madeleine. A urbanização da língua guarani. In.: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (orgs.). *Sociolinguística.* Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 119-30.

GILES, H.; POWESLAND, P. F. Speech style and perceived status: some conceptual distinctions. In: _____. (ORGs.). *Speech style and social evaluation.* London: Acacemic Press, 1975.

GOFFMAN, Erving. A situação negligenciada. In: Ribeiro, Branca T.; Garcez, Pedro M. (orgs.). *Sociolinguística interacional.* São Paulo: Loyola, 2002, p. 13-20 (publicado em 1964 em *American Anthropologist*).

_____. Replies and responses. *Language in Society,* v. 5, 1976, p. 257-313.

GUMPERZ, John. El significado de la diversidad lingüística y cultural en un contexto post-moderno. In: MUNOZ, Hector; Lewin, Pedro F. (Orgs.). *Investigaciones linguísticas 2.* Ciudad dei México: uam/inah, 1996, p. 33-47.

HYMES, Dell. On communicative competence. In.: Pugh, A. K.; Lee, V. J.; Swann, J. (Orgs.). *Language and language use.* London: Heinemann, 1966, p. 89-104.

_____. On comunicative dependence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, S. (Orgs.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1972.

HOUAISS, Antônio. *Houaiss eletrônico*. Versão monousuário 3.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (CD-ROM)

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever*: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

LABOV, William. The effect of social mobility on linguistic behavior. *Sociological Inquiry*, v. 36, n. 2, p. 186-203, 1966.

_____. Some sources of reading problems for Negro speakers nonstandard English. In.: BARATZ, Joan C.; Shuy, Roger (Orgs.). *Teaching Black children to read.* Washington D.C.: Center for Applied Linguistics, 1969, p. 29-67.

_____. *Language in the Inner City*. Filadéfia (*sic*): University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. A hipercorreção pela classe média baixa como fator de mudança linguística. In: _____. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos Aráujo. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2011.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística do Português*. 11.ed. Coimbra (Portugal): Coimbra Editora, 1984.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 48. ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3.ed. São Paulo: Parábola, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; HOFFNAGEL, Judith. A escrita no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a escrita. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 85-104.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: Edusp, 2008.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística*: o tratamento da variação. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística*: o tratamento da variação. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MORAIS, Artur Gomes de. Ortografia. In: *Glossário Ceale*: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (Orgs.). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Guia de uso do português*: confrontando regras e usos. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2012.

NOBLE, Larissa Ferraz; SIMIONI, Taíse. Entre 'histórias' e 'príncepes', a hipercorreção na escrita revela o que as crianças sabem sobre a língua. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 25, p. 43-61, 2015.

REY-DEBOVE, J. *Léxico e dicionário*. Tradução de Clóvis Barleta de Morais. Alfa, São Paulo, 28(supl.), 45-69, 1984.

SACCONI, Luiz Antonio. *Não erre mais!*: com exercícios e respostas no final. São Paulo: Matrix, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SEVERO, Cristine Gorski. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. *Revista Voz das Letras*, n. 9, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/5tYAnx>. Acesso em 03 jan. 2019.

TENANI, Luciani; REIS, Marília C. “E veveram felizes para sempre”: análise de grafias não convencionais de vogais pretônicas. *Verba volant*, v. 2, n. 1, p. 22-43, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/MSxpei>. Acesso em: 03 dez. 2017.

VIVAS, Vítor Moura. A informação de presente no português: uso da ditongação. *Entreletras*, v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/aMoEY8>. Acesso em 14 dez. 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação*: uma proposta para o ensino de gramática. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEGAS, Maria do Carmo. *O alçamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. 2001. 303 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, 2011.

VIGOTSKY, L. S.; AFECHE, Solange Castro; BARRETO, Luis Silveira Menna; COLE, Michael. *A formação social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4.ed. São Paulo: 1991

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *Pensamento e linguagem*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ZANELLA, Maura Spada. *Leitura e aprendizagem da ortografia*: um estudo com alunos de 4ª a ª série do ensino fundamental. 145 f. 2007 - Tese (Doutorado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/YNMRkv>. Acesso em 14 dez. 2018.

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Hipercorreção na escrita acadêmica: uma análise de textos de alunos de graduação em Direito

Pesquisador: DANIELA MARA LIMA OLIVEIRA GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88006218.3.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.836.008

Apresentação do Projeto:

Uma das proponentes é estudante do mestrado acadêmico do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguisticos – FALE/UFMG. Ela está interessada em investigar "as motivacoes linguisticas e sociais para o fenomeno da hipercorrecao a partir da analise de textos escritos por alunos da graduacao em Direito". O estudo envolve a coleta de 40 textos escritos manualmente por alunos do 8o periodo do curso de Direito. Os alunos do 8o periodo foram escolhidos por estarem proximo ao final do curso e, portanto, supostamente familiarizados com a linguagem praticada no campo juridico. Esses textos serão produzidos para o cumprimento das atividades regulares do curso (trabalhos, pesquisas, provas etc.) em uma ou mais disciplinas. As proponentes se baseiam na teoria Sociolinguistica. Sua hipotese é que a ideia de reconhecimento pessoal e valoracao social atraves da escrita sao dois dos fatores que influenciam a hipercorrecao. Nesse caso, a pessoa faz um esforco consciente que visa ao acerto e extrapola as regras determinadas pela gramatica normativa. Será guardado sigilo em relacao aos autores e a instituicao que servira de campo para a pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo é "analisar as ocorrencias de hipercorrecao nos textos escritos por alunos de graduacao do curso de Direito e investigar quais sao as motivacoes linguisticas e sociais para esse fenomeno para que seja possivel conceituar a hipercorrecao na escrita, identificar quais sao os tipos mais

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

recorrentes de hipercorrecao na escrita, analisar em que nivel linguistico ocorre a hipercorrecao, examinar quais fatores influenciam a realizacao da hipercorrecao e refletir sobre praticas pedagogicas adequadas ao trabalho com a hipercorrecao".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As proponentes afirmam que "Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na possível exposição da identidade e/ou possível constrangimento dos participantes. Entretanto, esses riscos serão bastante minimizados, uma vez que os textos coletados terão sido produzidos durante as aulas regulares do curso, sem a presença ou intervenção da pesquisadora, e também devido ao sigilo da identidade, pois toda e qualquer identificação dos alunos, do(a) professor(a) ou da instituição será removida no momento da compilação".

É uma pena que, nas referências a benefícios da pesquisa, nenhum é voltado para as próprias voluntárias e voluntários. O texto do TCLE atribui a esses o "papel primordial no desenvolvimento desta e de outras pesquisas na area de Linguistica Aplicada ao ensino de Portugues." As proponentes mencionam a contribuição para area de Linguistica Aplicada ao ensino de Portugues, para pesquisadores desta ou de outra area cientifica relacionada a educacao, a possivel elaboração de um conceito mais acurado de hipercorrecao na escrita, como tambem o subsídio à reflexão "sobre o ensino de Portugues como lingua materna, sobretudo no que diz respeito ao ensino de producao de textos" e a elaboração de "novas metodologias de ensino ou novas propostas pedagogicas" que minimizem "os desvios por hipercorrecao na escrita formal baseada na norma-padrao". É uma pena não ver nenhum benefício explícito para as voluntárias. Seja porque isso não dá sinais de que as proponentes saibam que benefício as voluntárias e voluntários vão ter, seja porque voluntárias e voluntários tendem a dar contribuição mais significativa quando sabem que sua ação faz diferença para si, também.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os dados se restringem a textos manuscritos que estudantes de 8º período de Direito produzirão no contexto de disciplinas de seu curso. Não há intervenção em sala de aula, nem uso de imagens dos voluntários ou entrevistas. Embora as descrições dos procedimentos de coleta de dados tenham sido apresentados sem detalhe, não se identificam motivos de maior preocupação com riscos aos voluntários. Os cuidados para com esses estão adequadamente expostos nos termos de apresentação obrigatória.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A lista dos documentos entregues segue ao final desta avaliação. O parecer da unidade foi

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

elaborado por docente da Faculdade de Letras e aprovado pela câmara de pesquisa, pelo colegiado do PPG. Foi apresentada carta de anuência da instituição privada onde as proponentes vão solicitar concessão dos manuscritos para análise. Há um TCLE dirigido à professora ou ao professor e um TCLE aos estudantes voluntários. Ambos escritos na forma de carta convite e com termos adequados à amostra do estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se aprovação do projeto pois não se identificam motivos de maior preocupação com riscos aos voluntários.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o COEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1088692.pdf	29/06/2018 12:19:43		Aceito
Outros	CD.pdf	29/06/2018 12:10:12	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_prof.pdf	29/06/2018 12:08:16	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	tcomp.pdf	17/04/2018 09:37:11	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
Outros	prc.pdf	17/04/2018 09:36:40	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CA.pdf	17/04/2018 09:36:05	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PP.pdf	17/04/2018 09:35:46	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	17/04/2018	JULIANA DOS	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09:35:10	SANTOS BELGA	Aceito
Folha de Rosto	FRDEF.pdf	17/04/2018 09:34:38	JULIANA DOS SANTOS BELGA	Aceito
Outros	880062183aprovacaoassinada.pdf	22/08/2018 11:03:59	Vivian Resende	Aceito
Outros	880062183parecerassinado.pdf	22/08/2018 11:04:15	Vivian Resende	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 22 de Agosto de 2018

Assinado por:
Vivian Resende
(Coordenador)

ANEXO B – Grade Curricular do Curso de Direito

PROPOSTA - ESTRUTURA CURRICULAR - 2014-1 - ESCOLA DE DIREITO

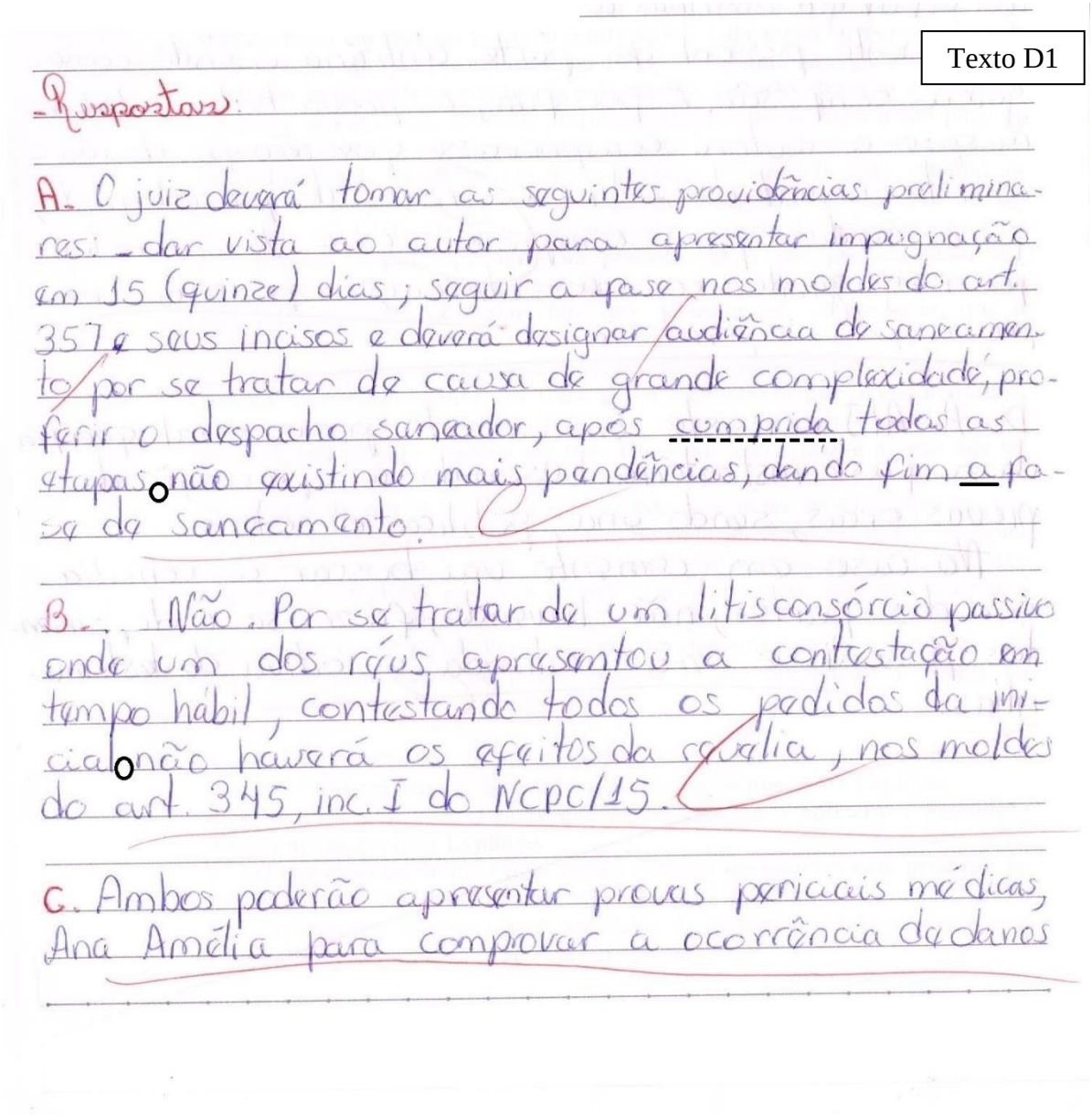
1º MÓDULO		2º MÓDULO		3º MÓDULO		4º MÓDULO		5º MÓDULO	
1A	1B	2A	2B	3A	3B	4A	4B	5A	5B
Introdução ao Estudo do Direito (80 h)	Teoria Geral do Direito (80 h)	Direito Processual Civil I (80 h)	Direito Processual Civil II (80 h)	Direito Processual Civil III (80 h)	Direito Processual Civil IV (80 h)	Direito do Trabalho II (80 h)	Direito Processual do Trabalho I (80 h)	Direito Processual do Trabalho II (40 h)	Direito do Consumidor (40 h)
Ciência Política e Teoria Geral (80 h)	Teoria da Constituição (80 h)	Direito Constitucional I (80 h)	Direito Constitucional II (80 h)	Contratos em Espécie (80 h)	Direito do Trabalho I (80 h)	Direito Administrativo I (80 h)	Direito Administrativo II (80 h)	Direito Internacional (80 h)	Direito Previdenciário (40 h)
Filosofia (80 h)	Teoria Geral do Direito Privado (80 h)	Direito das Obrigações e Responsabilid (80 h)	Teoria Geral dos Contratos (80 h)	Direitos das Coisas (80 h)	Direito das Famílias (80 h)	Direito de Sucessões (80 h)	Direito Tributário I (80 h)	Direito Tributário II (80 h)	Direito Ambiental (40 h)
Antropologia e Sociologia Jurídica (80 h)	Direito Penal (Parte Geral I) (80 h)	Direito Penal (Parte Geral II) (80 h)	Direito Penal (Parte Especial) (80 h)	Legislação Penal Especial (80 h)	Direito Processual Penal I (80 h)	Direito Processual Penal II (80 h)	Trabalho de Conclusão de Curso I (40 h)	Arbitragem e Propriedade Intelectual (40 h)	Empreendedorismo (EaD) (80 h)
Economia Brasileira (EaD) (40 h)	Teoria Geral do Processo (80 h)	Direito da Empresa (80 h)	Soc. Anônima Títulos de Cr. (80 h)	Direito Falimentar (80 h)	Ética e Estatuto da OAB (40 h)	Estágio Supervisionado de Prática (80 h)	Estágio Supervisionado de Prática (80 h)	Direito Eleitoral (40 h)	Estágio: Prática Constitucional (80 h)
Psicologia Jurídica (40 h)					Mediação (40 h)		Filosofia do Direito (40 h)	Estágio de Prática Trabalhista (80 h)	Estudos Avançados em Direito (40 h)
								Trabalho de Conclusão de Curso II (40 h)	Estudos Avançados em Direito (40 h)
Estudos orientados: Comunicar e Expressar (EaD) (80 h)	Estudos orientados: Raciocínio Matemático (EaD) (80 h)		Libras (EaD) (40 h)						Est. Avanç. Direito do Trabalho (40 h)
			Diversidades Etnico Raciais, sexual e de gênero (EaD) (80 h)						

EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL
EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA
DISCIPLINA DE NIVELAMENTO
DISCIPLINA OPTATIVA

ANEXO C – Textos analisados

Os textos estão organizados pela ordem alfabética e numérica das siglas que os nomeiam. As marcações foram feitas conforme descrito no Capítulo 6: retângulo indica hipercorreção; traço horizontal simples indica desvio de ortografia/acentuação; traço pontilhado indica desvio de concordância; traço horizontal duplo indica problema de coesão; traço vertical duplo indica ausência de palavra; círculo indica ausência de pontuação. Alguns deles apresentam marcações e comentários do professor.

Texto D1



- Respostas:

A- O juiz deverá tomar as seguintes providências preliminares: - dar vista ao autor para apresentar impugnação em 15 (quinze) dias; seguir a fase nos moldes do art. 357 e seus incisos e deverá designar audiência de saneamento por se tratar de causa de grande complexidade, proferir o despacho sanador, após cumprida todas as etapas não existindo mais pendências, dando fim a fase de saneamento.

B- Não. Por se tratar de um litisconsórcio passivo onde um dos réus apresentou a contestação em tempo hábil, contestando todos os pedidos da inicial não haverá os efeitos da revelia, nos moldes do art. 345, inc. I do NCPC/15.

C. Ambos poderão apresentar provas periciais médicas, Ana Amélia para comprovar a ocorrência dos danos

Texto D2

psicológicos e estéticos e o médico para comprovar que a cirurgia foi realizada de forma correta. Poderá ainda, Ana Amélia apresentar provas documentais comprovando sua internação no hospital devido a sua parada cardiorrespiratória, o que a impossibilitou de trabalhar por 30 dias, além dos recibos comprovando os pagamentos de honorários médicos e custas da cirurgia. Ambas as partes poderão requerer o depoimento pessoal da parte contrária visando conseguir a confissão. E por fim, a prova testemunhal para que a autora comprovasse que não foi devidamente orientada sobre os riscos do procedimento, já o médico para comprovar que Ana Amélia foi negligentes com as obrigações passadas no pré e pós operatório.

D. A AIJ consiste em um ato processual que finda a fase instrutória buscando a apreciação das provas orais, sendo una, pública e solene.

No caso em comento vai buscar a conciliação das partes, não havendo, colher-se-á depoimentos pessoais e será realizada a oitiva de testemunhas.

Texto D3

efeito quando preencha os requisitos da lei. Acerca do tema podemos afirmar, exceto: (0,5 ponto)

a) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.
b) É à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.
X A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
d) Considera-se o lugar de emissão e de pagamento o domicílio do emitente, quando não indicado no título.

1) Com relação à diferença entre aval e fiança, é correto afirmar que:

a- o aval é uma garantia pessoal, enquanto a fiança é uma garantia real;
b- o aval é uma garantia real, enquanto a fiança é uma garantia pessoal;
X o aval é uma garantia constituída em um título de crédito, enquanto a fiança é uma garantia estabelecida em contrato ou carta;
d- no aval, o credor pode acionar diretamente o avalista, enquanto na fiança se aciona o fiel depositário;
e- o aval precisa da assinatura do cônjuge, enquanto a fiança não tem essa exigência.

04. Cite e explique dois princípios gerais do Direito Comercial. Em seguida, disserte sobre nota promissória e letra de câmbio, explicando inclusive a diferença entre elas. (2,0 pontos).

Os princípios gerais do direito comercial são, a cartularidade (exigência de meio físico para o título de crédito, que será denominado como cártula), a literalidade (em que todo o crédito, como o devedor devem constar em direitos, nos termos e limites inseridos na cártula), a autonomia (em que cada ato praticado é autônomo do interesse do credor de cobrar a obrigação), a independência (em que o título de crédito basta por si mesmo, não importando o documento anterior de que ele provier) e por fim a abstração (que exclui o motivo do momento em que o título de crédito é posto em circulação).

A nota promissória é uma promessa de pagamento feita a um beneficiário tal promessa deve atender alguns requisitos, para conter o escrito "nota promissória", data de emissão, nome do beneficiário, assinatura do subscritor, nela não são precisos ser aval ou aceite e nem contém a promessa pura e simples de pagar uma quantia determinada e a data do pagamento.

Já a letra de câmbio é uma ordem de pagamento, [sujeito] pode figurar a pessoa de três elementos (sacador, sacado, beneficiário) por meio de aceite, pode ser endossado ou desenhar os seguintes tipos

Texto D4

Questão 5. Explique objetivamente a distinção de Emenda e Aditamento à Petição inicial. (1,0)

A Emenda à inicial é determinada pelo juiz, para que o autor supra alguma falha presente na petição inicial (no prazo de 15 dias), a emenda não é voluntária, devendo ser cumprida sob pena de indeferimento. Já o aditamento à Petição Inicial é voluntário, podendo o autor valer-se até a citação do réu, e caso a citação já tenha ocorrido, até antes da fase de saneamento, desde que haja concordância do réu. 1,0

Questão 6. Conceitue a Reconvenção, explicando pelo menos duas principais características.

A reconvenção é uma contra-ataque feito pelo réu contra o autor, por acreditar possuir uma direito contra este. A reconvenção será uma nova ação dentro do mesmo processo, porém autônoma, uma que o réu passará a figurar como reconvinte desta nova ação e o autor reconvindo. Deve ser apresentada no momento da contestação. 1,0

Questão 7. Explique sucintamente a utilidade da Fase de Saneamento (1,0)

A fase de saneamento é a fase onde o juiz torna-se os pressupostos processuais, determinando o saneamento de vícios existentes, apreciando as contestações, audiência de oitiva de testemunhas, desde que com conformidade com a lei. É nessa fase que o juiz profere o despacho saneador, dando fim a fase postulatória e início a fase probatória. 1,0

2

Texto D5

Responda, sintética e objetivamente, às seguintes perguntas:

1) Associação: conceito, distinção relativamente a sociedade, e condições para a exclusão do associado do quadro da entidade;

2) Domicílio da pessoa natural: conceito, domicílio daqueles que não têm residência habitual, e domicílio da pessoa jurídica cuja administração ou diretoria tenha sede no estrangeiro;

3) Bem fora do comércio e bem de família: conceitos, principal distinção entre o bem de família voluntário e o legal e exceções legalmente previstas relativamente a impenhorabilidade do segundo.

RESPOSTAS:

1- As associações são constituídas pela união de um grupo de pessoas, tendo início através de um ato constitutivo registrado por órgão competente, cujos fins não são econômicos. Seus fins podem ser políticos, educativos, esportivos, científicos, entre outros. Apesar de possuir fins não econômicos, por se tratar de uma empresa, lucros não podem, estes lucros não serão repartidos entre os associados, ao contrário das sociedades que possui fins econômicos e os lucros aqui não divididos entre os sócios.

Um associado pode ser excluído do quadro da entidade, apenas quando há justa causa, podendo ainda este associado recorrer por meio de ação judicial.

Texto D6

② - Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, com ânimo definitivo, podendo haver pluralidade domiciliar para a pessoa natural. Quando houver esta pluralidade, ou seja, a pessoa residir, morar em diversas residências, será considerado domicílio qualquer uma delas.

Se tratando da pessoa natural que não possui residência habitual, entende-se por domicílio o lugar onde for encontrada, alguns exemplos são: os moradores de rua e os ciganos.

Caso a pessoa jurídica possua administração ou diretoria com sede fora do Brasil, entenderá como domicílio o estabelecimento situado no Brasil a que ela corresponde.

③ - Bens fora de comércio são aqueles que não podem estabelecer objeto de relação jurídica, por exemplo: o mar, o ar.

Bem de família voluntário: é aquele cedido à membros de uma família, através de um testamento feito pela pessoa que veio a falecer, ainda quando estava viva.

Bem de família legal: é aquele cedido à membros de uma família através de determinação judicial, após a morte da pessoa que possuía o bem e não deixou testamento.

Poderá ser penhorado um imóvel de maior valor em caso dos bens deixados por herança forem dois imóveis ou mais.

NB. Atente para a pergunta!

Texto D7

01) Como é possível afastar, conforme Fátima França, as teorias psicológicas positivas? **FUNDAMENTAR A RESPOSTA** (valor: 2,0)

Segundo Fátima França para que se afaste as teorias psicológicas positivas, deverão o caso ser analisado de maneira subjetiva, analisando o meio social em que o indivíduo que está sob análise está inserido, além de demais fatores subjetivos do comportamento humano.

2,0

02) É **CORRETO** afirmar que a perspectiva behaviorista relaciona nossas ações a eventos que ocorrem dentro do corpo, particularmente no cérebro e sistema nervoso? **FUNDAMENTAR A RESPOSTA** (valor: 2,0)

Não, a teoria behaviorista, também conhecida como teoria comportamental, analiza o comportamento do indivíduo a partir de estímulos externos recebidos por este. O psicólogo irá analisar a reação ou comportamento do indivíduo de acordo com estímulos externos que ele irá receber.

2,0

Cada questão de múltipla escolha vale 1 ponto e somente comporta **UMA RESPOSTA CERTA** que deverá ser indicada no gabarito, a caneta e sem rasura, sob pena de considerar a questão não respondida.

03	04	05
D	A	C

3,0

03) Sobre a alienação parental é **INCORRETO** afirmar:

A) No estágio leve pode haver alguma dificuldade no momento de entrega do filho ao outro genitor para que ocorra a visita, mas ainda acontece com tranquilidade. OK

Texto D8

06. Disserte sobre endosso.

O endosso é a transferência do título de crédito nominativo à ordem feito pelo endossante ao endossatário. Os efeitos do endosso são a transferência da titularidade do título de crédito (direitos descritos na cártula) feita do endossante ao endossatário, além da vinculação do endossante na qualidade de codevedor.
O endosso pode ser próprio, que abrange o endosso branco ou incompleto e o endosso preto ou pleno, além do endosso próprio existe o impróprio, que podem ser endosso mandato e endosso caução.

15

Pagamento é aceite? devolução

07. Disserte sobre duplicata, inclusive cite os tipos de protesto existentes na duplicata.

A duplicata é um título de crédito causal, que necessita da existência de um contrato mercantil ou de prestação de serviços. A duplicata é proveniente de fatura ou Nota Fiscal - fatura em que a compra de produto ou prestação de serviços foi feita de forma parcelada. É uma forma de garantia que o vendedor tem para receber a prestação (pagamento). O protesto na duplicata são: o protesto de não pagamento (inadimplemento) protesto de não devolução e protesto de não aceite.

15

Texto L1

Questão 4. Assinale a alternativa conforme verdadeiro (V) ou falso (F): (1,0)

A) (✓) A falsidade de documento deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de quinze dias, contado da intimação da juntada do documento aos autos;
B) (F) As AIJ sempre ocorrerão em todos os processos;
C) (F) Constituem os únicos elementos das sentenças o relatório e o dispositivo;
D) (F) As partes podem arrolar até três testemunhas cada uma, que serão ouvidas de acordo com o entendimento do magistrado que preside a audiência;

Questão 5. Explique a distinção entre sentença terminativa e definitiva, apontando pelo menos um elemento distintivo? (1,0)

A sentença terminativa ocorre quando o juiz decide o processo sem adentrar/analisar o mérito, analisando somente os atos processuais. Enquanto a sentença definitiva ocorre quando o juiz decide analisando o mérito ou seja, com resolução do mérito. Assim, resumindo que a distinção entre as duas é quanto a análise do mérito contudo supracitado

Questão 6. Explique como ocorre o trânsito em julgado das sentenças: (1,0)

O trânsito em julgado ocorre quando a sentença se torna DEFINITIVAMENTE estável, não cabendo mais possibilidades de recurso, ao prazo de 2 anos após a publicação da sentença.

Questão 7. Explique a coisa julgada e suas duas espécies (1,0)

A coisa julgada é a eficácia da sentença, que consiste na imutabilidade e estabilidade do que foi julgado. A coisa julgada possui duas espécies a formal e a material. A formal ocorre quando o juiz em alguns casos profere sentenças terminativas e o efeito delas só tem eficácia dentro do processo. Já a coisa julgada material ocorre quando o juiz profere sentenças definitivas e os efeitos dele ocorrem dentro e fora do processo.

* * *

Texto L2

05. A nota promissória:
I. é um título de crédito que consiste em promessa de pagamento, consubstanciada em documento escrito e de natureza cambiária.
II. que não indicar a época do vencimento será pagável à vista.
III. admite endosso, mas não o aval.
Está correto o que se afirma APENAS em
A) I e II.
B) I e III.
C) II e III.
D) I.

06. Acerca de conhecimento de depósito e warrant, assinale a opção **incorreta**.
A) São títulos de crédito representativos de direitos sobre mercadorias.
B) O warrant é título de crédito que confere direito de penhor sobre a mercadoria depositada em armazém geral.
C) O conhecimento de depósito e o warrant são títulos unidos, emitidos simultaneamente pelo depositário, a pedido do depositante, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso.
D) Em relação ao conhecimento de depósito, tem o portador desse título direito de regresso contra endossantes anteriores, desde que efetivado o protesto cambial no prazo legal.

07. Disserte sobre o tema do trabalho apresentado por sua equipe esse bimestre.

O nosso grupo ficou responsável pelo tema de Títulos de Créditos Rurais. Os títulos de créditos rurais são frutos (representação de empréstimo) fornecimento, concedido por uma instituição financeira ao produtor. O título [illegible] a finalidade de fomentar o crescimento das atividades agrícolas. A cédula de crédito rural [illegible] o cheque que abrange o cédula rural pignoratícia (garantia real de penhor, [illegible] o produto dá em garantia bens móveis), cédula rural hipotecária ([illegible] o produto dá em garantia de dívida bens imóveis), cédula rural pignoratícia e hipotecária (garantia de bens móveis/imóveis) e nota de crédito rural que é um título de financiamento rural destinado ao produtor rural ou sua cooperativa e hipotecária, caso diga que avalia dentro desse título de crédito rural [illegible] nota promissória rural e a cédula de Produtor Rural.

2,0

Texto L3

06. Disserte sobre endosso.

1,2

O endosso é a transferência do título de crédito, onde o endossante transfere a titularidade e os direito, ao endossatário, vinculando o endossante ao pagamento na qualidade de coobrigado. Neste sentido, cabe dizer que existe o endosso próprio e o impróprio. O endosso próprio pode ser em branco ou pleno e consiste na transferência de titularidade (POSSE FÍSICA) e direito. Já o endosso impróprio consiste só na transferência de posse física do título, sendo somente uma representação e ele pode ser por mandato ou caução. Por fim, ele é vinculado ~~na~~ na cláusula à ordem.

Endosso em branco?
Endosso em preto?

07. Disserte sobre duplicata, inclusive cite os tipos de protesto existentes na duplicata.

Duplicata é um título de crédito em (NO EMISSÃO) de vendas mercantis a prazo e prestações de serviços. As partes são o devedor (emissão da duplicata) e credor (comprador). A emissão de duplicata em prestações de serviço é opcional. Neste sentido, verifica-se que o aval parcial é nulo e que quando o prazo for acima de 30 dias é obrigatório e quando for inferior a 30 dias é opcional. A (ACEITE) só poderá se dá nos casos previstos em lei, que é lançamento quando houver avaria ou vícios. Por fim o protesto poderá se dar por falta de pagamento, falta de aceite, falta ou fica se devolução.

15

Texto L3.1

Questão 09: Silva, Santos Medicina & Cia. é uma sociedade simples pura composta por quatro médicos (Daniel, Lucas, Fernando e Breno), cuja atividade é a prestação de serviços médicos. Referida sociedade é administrada unicamente pelo sócio Daniel, o qual foi procurado por uma construtora que tem a intenção de comprar um terreno da sociedade para construir um edifício residencial. Considerando que Daniel acredita que a venda do terreno será benéfica para a sociedade, indaga-se: poderá Daniel, na condição de sócio administrador, realizar tal operação sem consultar os demais sócios? Justifique sua resposta, apresentando o fundamento jurídico. (2,0 pontos)

Não, pois Daniel sendo sócio administrador, só pode atuar isoladamente em atos pertinentes à gestão da sociedade. Como a compra e venda de imóveis é um "bem" a parte da venda do imóvel, DEPENDERÁ DA DECISÃO DA MAIORIA dos sócios. ART 1015 C.C.

2,0

Questão 10: Bruno e Felipe são sócios de uma sociedade simples pura. A sociedade possui dívida com apenas um fornecedor no montante de R$ 50.000,00, sendo que o patrimônio da sociedade está avaliado em R$ 40.000,00. Poderá o fornecedor, após esgotar o patrimônio da sociedade, demandar os dois sócios pelos R$ 10.000,00 restantes? Justifique sua resposta, apresentando o fundamento jurídico. (1,0 ponto).

Sim, pois após o esgotamento do patrimônio da sociedade, os sócios RESPONDERÃO com seu patrimônio pessoal à dívida. (ART 1023 / 1024 C.C). Lembrando que ambos sócios poderão ser demandados ao mesmo tempo, pois possuem responsabilidade solidária (ART 264 CC).

1,0

Texto L4

efeito quando preencha os requisitos da lei. Acerca do tema podemos afirmar, exceto: (0,5 ponto)

a) Deve o título de crédito conter a data da emissão, a indicação precisa dos direitos que confere, e a assinatura do emitente.

b) É à vista o título de crédito que não contenha indicação de vencimento.

X A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.

d) Considera-se o lugar de emissão e de pagamento o domicílio do emitente, quando não indicado no título.

04) 1) Com relação à diferença entre aval e fiança, é correto afirmar que:

a- o aval é uma garantia pessoal, enquanto a fiança é uma garantia real;

b- o aval é uma garantia real, enquanto a fiança é uma garantia pessoal;

X o aval é uma garantia constituída em um título de crédito, enquanto a fiança é uma garantia estabelecida em contrato ou carta;

d- no aval, o credor pode acionar diretamente o avalista, enquanto na fiança se aciona o fiel depositário;

e- o aval precisa da assinatura do cônjuge, enquanto a fiança não tem essa exigência.

05 04. Cite e explique dois princípios gerais do Direito Comercial. Em seguida, disserte sobre nota promissória e letra de câmbio, explicando inclusive a diferença entre elas. (2,0 pontos).

No direito comercial existe vários princípios, dentre eles o princípio da cartularidade e literalidade. A cartularidade é a forma física do título de crédito, é o documento especial denominado "título". Já a literalidade é tudo que está escrito no título. É uma expressão literal do título de crédito.

A letra de câmbio é uma ordem de pagamento onde existem três figuras: O sacador, o sacado e o beneficiário/tomador. A relação se dá quando o sacador, devedor, um pagamento para o sacado entregar à terceiro. O sacado pode ou não aceitar o título do "saque" ou "pedido". O sacador ou autor, o emissor, é a pessoa que tem direito principal e o sacador assume a ordem de pagamento.

Já a nota promissória é uma promessa de pagamento. Diferente das letras: O emissor é o mesmo. A relação de quem emite/devedor foi uma promessa pura e simples de pagar determinado quantia, em uma data específica para alguém.

Texto N1

/ /

Resenha sobre o documentário
"Quebrando o Tabu"

O documentário "Quebrando o Tabu" é baseado em fatos reais e mostra que não devemos ser contra a maconha. Também mostra como é a guerra contra as drogas, mas do que tal guerra é difícil de vencer, porque envolve uma série de sentimentos, visões, principalmente de pessoas envolvidas. Várias, muitos contextos históricos mostram que uso da droga em diferentes momentos, influenciou de alguma forma o mundo em que vivemos.

Um dos pontos de vista no documentário é a comparação com os danos causados entre drogas e a discriminalização pelo uso das drogas. Isso acontece porque inicialmente, os viciados primeiramente experimentam por novidade, contudo, conhecem as drogas e vêem que são perigosas, então começam manter o contato com uma quantidade mínima de maconha e na sequência passam para o crack, cocaína, heroína, e outras mais perigosas, depois passam a ser tratados de criminosos e vão para cadeia.

O idealizador do documentário, influenciado por FHC declara que seu destino é alertar e ampliar essa discussão, ele sabe que

tilibra

Texto N2

/ / 9

ninguém vem dizer que não existe uma política sobre drogas e diz que a maconha é proibida, não por causa prejuízo à saúde humana, pois várias vidas são impedidas por causa álcool, talvez mas por valores políticos recaindo causados pela droga.

O filme joga na sua dificuldade de enfrentar os riscos entre separadas e trabalhadas, vidas típicas que não separadas quando joga dizer uma política: há um dizer que diz: "o que é e o que significa, aumentar o uso de drogas". Além disso, o começo discurso de como pode ser liberdade vem uma diminuição, pode se consumir como dito pessoas "liberdade geral".

Tem uma parte no filme que mostra o Mr. Francis Harell que atendeu uma pessoa de um período jovem e grande e viu que parou de usar a heroína diminuindo o contato, mas ela responsável é importante uma abordagem das drogas proibidas."

Sendo assim, podemos o início do uso das drogas onde verificamos o que vai ou deve ao mundo é mundo, não para consumo, em uma busca para dizer que, como para os grandes jovens da vida comum, temos do normalmente vai frequente onde os vemos até os anos de hoje. O consumo maior vai como resumo nesse onde temos a maconha como proibição nele mundo, mais

Texto N3

/ /

juventude com o crack, a droga vinicius
e mais temida que podemos imaginar
de acordo com o Ministério Fernando Henrique
Cardoso, ao dizer que as drogas vão mais do
violência e corrupção, tirando o país do
rio caos. O poder das drogas é tão alto,
onde que realmente o poder de ter paz
e tranquilidade dos cariocas vira mão
vão um pesadelo insegurança, aumentando
mais o homicídio em virtude ao poder.
Como acabar as crianças que já morrem
pela violência comunidade todo tempo no meio do
tráfico e usuários de cocaína, apenas apoio
mesmo de ir e vender aprende o ritmo dos
morros com armas se tornam traficantes
ao crime, para como usuário vende para
manipular, acrescentando em sua vida, como
por vício de poder
Para impedir que a sociedade um pouco
e mulher do traficante que está preso por
tenha acesso na cadeia para ele aumente a
marginalização e o tráfico, mas bem ao mau
de uma conduta, pois pelos quais
em mãos de bandidos que não tinham, nem pelo
com suas crianças crianças então novos
marginais do crime, Nisto tinha a
sociedade ao invés de prender mais
procurar ajuda aos adultos assistência e pais
como educação e trabalho, para que pudessem
permanecer com seus filhos e não ainda dos

tilibra

Texto N4

/ /

aos grados.

A direção da Turnando Grosseira honrada é ágil, conferindo ao filme um dinamismo muito interessante. A maneira com que conduz a narrativa no filme vai de acordo com os enquadramentos e ângulos escolhidos. Há sempre um elo de ligação entre os aspectos anteriores e vindouros, um acidente evolutivo.

Uso de enquadramentos, visões e panorâmicas especiais, etc. o filme utiliza de animações como o surgimento das mensagens visuais.

No entanto, é bom ressaltar que uma coisa, apesar de ser uma visão unilateral do problema é bem superficial e ignorou um muitos argumentos. O documentário vem um certo momento para levantar a questão e não avança com vontade de situar o tema, pois o mesmo está ali ou impossível ignorar que não existe. Macunaíma só não é mais fácil de encontrar nos dias de hoje que o Saci pois que aparece até em comercial para quase tudo.

Observou-se a realidade de alguns países em relação as outras drogas, mostrando que as drogas sempre foram consumidas pela espécie humana, e em muitos dos registros históricos conhecidos. Uso dos ritos constituem parte de toda simbologia cultural, principalmente aqueles religiosos que contribuem na ligação do corpo com o espírito. O que fica claro é uma

tilibra

carência de um posicionamento mais

Texto N5

/ /

crítico, que escape à queda moral e não sucumba à vulnerabilidade dos discursos, ou os usuários de drogas não são criminosos, não são necessariamente doentes, como diz FHC, ou pelo um lado vence uma opinião equivocada e ilícita, honrada, e o último aprende-se disso como bom aluno. A única exceção cabível daquilo que poderia ser dito não é circunstância suficiente para aquisição de argumento. Há muito mais o fazer do que aprender casos internacionais, pois há também toda uma rede de complexas relações imaginárias e de ideias a se compreender ainda e ainda. a a análise

tilibra

Texto N6

D S T Q Q S S

Trabalho Português o Tabaco

O filme busca na história a confirmação do que o homem sempre usou drogas, lícitas ou não, para a sua diversão, ou para mostrar posicionamento perante certas. Portanto, usuários não sabia a solução mais correta. A lei Seca nos Estados Unidos foi um exemplo disto.

Anonimo, utilizou informações para mostrar que a maconha causa muitos danos ao organismo humano que o Tabaco ou o Álcool o que são drogas lícitas.

No mínimo se mostra interessante o fase abordada ao sentido do Tratar o usuário como dependente químico e não como marginal

Texto N7

Resenha: Documentário Quebrando Tabu

O documentário tem como objetivo discorrer sobre a Guerra contra as drogas. Em seu início demonstra que as drogas estão presentes no mundo desde a antiguidade, como por exemplo o vinho na Grécia antiga, o rapé na Itália, etc. O documentário é apresentado pelo ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e conta com a participação de Paulo Coelho, Dr Drauzio Varella e ex-presidentes dos EUA, como também de importantes políticos de outros países, além de depoimento de usuários. O documentário aborda o fracasso da Guerra as ~~dos~~ Drogas, que no contexto insere a ideia e o combate as mesmas pelos EUA. É mostrado que os EUA gastaram milhões de dolares no combate as drogas, mais nunca funcionou, e que nos dias atuais já se tem grupos no país discutindo sobre a legalização e descriminalização. No Brasil, em entrevista com um ex-Traficante, é dito que de acordo com o Traficante, o armamento usado é mudado. A polícia do Rio já apreendeu mais de 150 mil armas desde armas de menor calibre, até armas de guerra.

É dito que a ideia de legalizar ou descriminalizar as drogas no Brasil não é bem aceita, pois há um

Texto N8

__/__/__



mais conservador no país o que torna imoral o uso de drogas. No documentário é falado que usuário não deveria ser tratado como criminoso, mas aquele cara que apenas usa a maconha que é uma droga mais inofensiva, dita até mais inofensiva que o alcool, pode entrar em contato com drogas mais pesadas dentro da cadeia.

O documentário mostra também o combate falho dos colombianos contra as drogas, onde muitas plantações eram destruídas para se eliminar as plantações de coca e maconha escondidas no meio. Na Holanda, foram criados lugares onde pode-se comprar certa quantidade e consumir, tudo fiscalizado e dentro pelo governo. os dados demonstraram que o consumo é um dos ~~maiores~~ menores da Europa. Portugal e Suiça também legalizaram e implantaram um modo de fiscalizar e até mantinham salas exclusivas para o uso de dependentes onde eles seriam observados enquanto usam as drogas para que não corram o risco de sofrerem overdose. É dito que a maconha é a porta de entrada para outras drogas mais muita gente apenas gostaria de experimentar para saber como é. É mostrado que pessoas podem produzir drogas em casa apenas olhando no Youtube. No mais o documentário procura mostrar que deve-se olhar de outra maneira para o modo de se lidar com as drogas e que o mundo já está começando a fazer isso. No Brasil pessoas já começam a discutir sobre, apesar de ainda ser um grande tabu.

Texto N9

Vale ressaltar que na Europa à um único lugar onde se tem uma plantação de maconha legalizada, mas seu cultivo é para uso medicinal e a forte fiscalização do governo

Texto N10

O filme Quebrando o Tabu tem um objetivo bastante polêmico, pois traz uma discussão acerca da descriminalização da maconha e mostrar como a guerra contra as drogas estão perdidas. Podemos observar ao longo da história contada que a forma repressora de lidar com as drogas não deve sucesso e mostra o que deve ser feito para mudar a situação.

O ex-presidente F.H.C é um dos idealizadores do filme, onde mostra quem são as pessoas que usam, os modelos errados de combate e, com base em fatos históricos, explica que as drogas já fazem parte da humanidade. O filme parte para o lado documental e expõe uma opinião clara sobre uma questão tão polêmica, utilizando bons argumentos e contando o preconceito e a falta de informação.

Durante a história, são entrevistadas diversas pessoas, usuários, médicos especialistas, celebridades, como o Paulo Coelho e o ex-presidente dos EUA, Bill Clinton e ex-usuários. Tudo para mostrar de uma forma clara que o problema com as drogas atinge o mundo todo e existem formas mais eficazes de agir. Em nenhum momento são percebidas apologias ao uso de drogas ou argumentos que mostrem que drogas não fazem mal, e sim uma preocupação com o bem-estar social, vendo a droga e o usuário como um problema de todos, que merece mais atenção e inovação na forma

Texto N11

como é tratado.

Além de mostrar os vários pontos de vista, o diretor Fernando Grostein procura trazer à tona uma conversa de necessidade universal. O documentário traça todo o caminho da droga, ou forma como é tratada em outros países e mostra que é possível combatê-la de uma forma possível. É uma proposta a ideia de uma intervenção estatal nos hábitos e na educação das pessoas, entendendo que o viciado, muitas vezes, quer se curar das drogas, mas não sabe como.

Uma das ideias é investir em centros de reabilitação e locais higienizados para utilização de drogas, assim reduzindo os riscos de doenças e também controlando a utilização. Nesses centros estariam presentes médicos e psicólogos que dariam apoio ao usuário e conseguiriam impedir o aumento de doses e também a saúde deles.

Texto N12

O documentário "Burkaman e Talu", de autoria Fernanda Martins Arruda, aborda um tema delicado, a descriminalização das drogas no Brasil. Nele, personalidades como ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, médica Drauzio Varella, ex-ministro Luiz Gonzaga, empresário Ruth Dreifuss, Bill Clinton e Jimmy Carter retratam como o consumo é tratado em nosso país. O documentário vai de encontro à política implantada nos EUA, em 1971, pelo então presidente Nixon. Os políticos de repressão aos entorpecentes, claramente aplicados nunca deram certo, usam falsos e disseminam conceitos errôneos para os usuários e os traficantes o tempo todo. O que se pode analisar é que não existe justo. Os falsos dos personagens do documentário já se demonstraram como na fala do ex-presidente FHC e o médico Drauzio Varella, ao fumarem como um tonto de equilíbrio (Mano Neum) e ao se contradizem totalmente a ideia que o documentário quer passar, pois cita o ex-presidente dos EUA Richard Nixon.

Analisando o documentário, pode-se perceber que a ideia central se concentra na culpa da criminalização dos drogas e mostra ainda que o usuário de drogas não deveria ser tratado como um criminoso, mas como um doente que requer tratamento. Pode-se notar que é traçado um paralelo entre o tráfico e a questão pessoal. "Burkaman e Talu" mostra que a droga não é culpa para usuário de drogas, na medida em que ela se transforma um criminoso. Bem num é uma droga, mesmo o documentário, quando é uso, não de só usuário criminoso.

Texto N13

Para mais que o documentário tenha levantado um ponto extremamente importante e muitas vezes destacado com ênfase na boca pela sociedade que exita o que é aceitável ou não, não se tem a abordagem do vínculo que utiliza a maconha pela simples ideia de uso.

A criminalização pela uso da maconha, não é negada que a atual medida de enfrentamento embarcada na combate comercial dos drogas é uma medida fracassada, uma vez que, passados mais de 100 anos de proibição, uma aquela tem como consequência apenas morte, superlotação de presídios, aumento no número de crimes relacionados ao uso inadequado de drogas e nenhuma redução na quantidade consumível de drogas no mercado. De contrário, segundo relatório oficial publicado em 2009, houve um aumento significativo de volume de apreensão de drogas comercializadas ilícitas.

A criminalização do comércio e do uso das drogas não altera o fato de que essas práticas aconteçam. É ilusão pensar num sistema jurídico-criminal eficiente a ponto de erradicar todas as drogas tornadas ilícitas. Essa não só sobrecarrega muito o Estado como também custaria muito caro à sociedade, não só economicamente, pois que muitos países gastam com a guerra e com a própria saúde pelo uso inadequado e até tipo de entorpecente ou combate às drogas.

Em 2001, Portugal adotou a medida de descriminalização todas as drogas ilícitas. A descriminalização é diferente da ideia de "descriminar" ou "liberar" o uso, pois pressupõe tratar a questão do uso inadequado de drogas sem o viés da criminalização.

Texto N14

Em 20 de dezembro de 2013, a Câmara Municipal de José Mourão promulgou a lei nº 19.172, que aprovou em 1º de agosto daquele ano pela Câmara de Representantes Municipais, legislação com que o país se tornou o primeiro a disciplinar e a regulamentar a produção, a comercialização e o consumo da maconha nos termos da lei. O que uma lei diz (ou deixa de regular um mercado (ainda que ilegal)) é existente no país, além de fixar um limite máximo de 40 gramas para posse pessoal de maconha.

O caso uruguaio é um exemplo de adoção de uma política pública que necessariamente requer a criação um questão. Tem realmente uma questão de política criminal que é a razão da criminalização. A pena de muitos uma proibição que o surgimento da regulamentação dos usos por parte do Estado é o exercício desse controle por meio de sanções punitivas, um mercado, uma exercício da posse punitivo é a ausência quase que completa de regulamentação estatal. Assim, o Estado abre mão de um mercado extremamente lucrativo, ilegal e a ilegalidade é, ao mesmo tempo, fundamental ao alto lucrativo e uma comércio

Texto N15

Como demonstrado na documentação acima, a discussão sobre legalização das drogas envolve questões que são muito além da saúde pública, haja vista que repercute em áreas como a segurança pública e a própria economia. A legalização e/ou descriminalização não gera, de ordem automática, lucro para qualquer país, inviabilizando fazendo cessar a diferença entre legalizar, que seria a permissão das drogas para o acesso da sociedade como um todo, e descriminalizar, que diferentemente não faz com que o uso seja liberado, porém diminui a pena, ou seja, não descriminaliza, mas sim descriminaliza para o consumo de forma penalizadora.

Em regra, ambas tentam efetivar a economia a partir que a legalização, irão abrir um novo espaço comercial no mercado, que poderia trazer mais lucros em preços e tributações já a descriminalização retira do encarceramento [illegible] com a penalização do usuário, que no Brasil irá representar diretamente no presídio, retirando daquele usuário o status usuário e rotulá-lo como um pensamento mais especializado para o crime.

Para o tráfico a descriminalização pouco teria influência para ser visto que ainda teria mercado ilegal para se trabalhar, já a legalização poderia retirar o poder econômico do tráfico que teria por decorrência disso um enfraquecimento [illegible], podendo ser descontrolado e de forma mais eficaz, inibido e controlado, diminuindo a violência, devido a outro dos dispostos por conta da venda.

De toda forma, não há o que se dizer sobre o efeito de tais medidas, mesmo que não 100% eficaz, haja vista que em outros países houve [illegible] também falhas, como o espaço da redução na Suíça, bem de cima, é válido tentar para ver para mudar.

Texto N16

Resenha Crítica: Quebrando o Tabu

Quebrando o Tabu se mostra um terreno conflituoso. Mas o faz por necessidade: há muito que se discutir quando o que está em jogo é a regulamentação das drogas. O filme de Fernando Grostein Andrade logo assume algumas dificuldades: mesmo uma pequena história de contradições e interesses com parcialidade - o que é um mérito, pois não há nada mais cinematográfico que o mito da imparcialidade. Capitaneado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o documentário visa desmistificar a lógica e a moralidade da produção, da distribuição e do consumo das principais drogas hoje ilícitas (isto é, imorais), embora seja claramente uma peça de defesa da regulamentação e legalização especificamente da maconha. Há, claro, a necessidade de trazer o grande público para dentro do debate, sendo que a ilegalidade das drogas é a alimentação do tráfico, das milícias (o que não aparece no filme, mas deveria) e de uma política opressora que aplica todos seus esforços, suas forças táticas e inteligentes, no combate a um inimigo que foi por ela mesma criado.

O argumento é o seguinte: drogas sempre foram consumidas pela espécie humana, em muitos dos registros históricos conhecidos. Além disso, elas constituíam parte de toda uma simbologia cultural, preenchiam ritos religiosos que contribuíam na ligação do corpo com o espírito. Com o início das políticas repressivas, o movimento de combate às drogas conduzido pelo governo dos Estados Unidos, sob a massiva propaganda de guerra à época da invasão do Vietnã pelos EUA, logo ganhou força em outros países. Se a Lei Seca americana já havia incentivado uma rede inteira de mercados de produção e venda de bebidas alcoólicas no início do século passado, hoje, a política criminalizante e estritamente punitiva contra as drogas não corrigiu os problemas do consumo irresponsável (uma questão bastante discutível)

Texto N17

e potencializou o uso marginal, assim como deu poder ao tráfico para depois querer tirá-lo sob o pretexto da salvaguarda da moral e da segurança. Política de contradições e interesses, que também não aparecem no filme, a guerra <u>as</u> drogas não falha porque é ineficiente, mas porque cria monstros que ela mesma visa combater.

Neste ponto, o filme Cortina de Fumaça, Você Precisa Ouvir o que Eles têm a Dizer (2011) de Rodrigo Mac Niven, assume muito mais <u>os</u> discursos opressores. Menos badalado e menos visto, o filme de Mac Niven aprofunda a questão ao retirar o estigma do usuário doente e levar a questão para longe das disputas do ego. Cortina parte de onde Quebrando o Tabu termina: após a regulamentação, resta todo o processo produtivo pelas cooperativas e as redes de consumo que plantam e usam as drogas para fins medicinais e recreativos. Grosso modo, a diferença entre os filmes é que, enquanto Cortina de Fumaça não chama o usuário de doente, Quebrando o Tabu o faz; o primeiro reconhece que a política antidrogas é uma política de combate às classes mais baixas. Ora, se a produção e consumo de drogas sempre fez parte da espécie, não há mal em seu uso - o que precisa é um programa educativo pungente, como mostram os dois filmes; aqui, o filme encenado pelo ex-presidente vai mais fundo. Mais que apresentar ex-presidentes arrependidos de suas atuações ponte ao combate, Quebrando o Tabu perde a oportunidade de conectar-se à disputa ainda mais profunda. O que fica claro é uma carência de um posicionamento mais crítico, que escape à questão moral e não sucumba à publicidade dos discursos. Ora, se usuários de drogas não são criminosos, não são necessariamente doentes, como diz FHC. Se, por um lado, rever uma opinião equivocada é atitude honrada - e o filme apropria-se disso como bandeira - a mera exposição culpada daquilo que poderia ter sido não é sustentação suficiente para a defesa de um argumento. Há muito mais a fazer do que apresentar casos internacionais (Holanda, Suíça, Suécia, Portugal), pois há também toda uma teia de complexas relações materiais e de classes a ser compreendida e levada à análise.

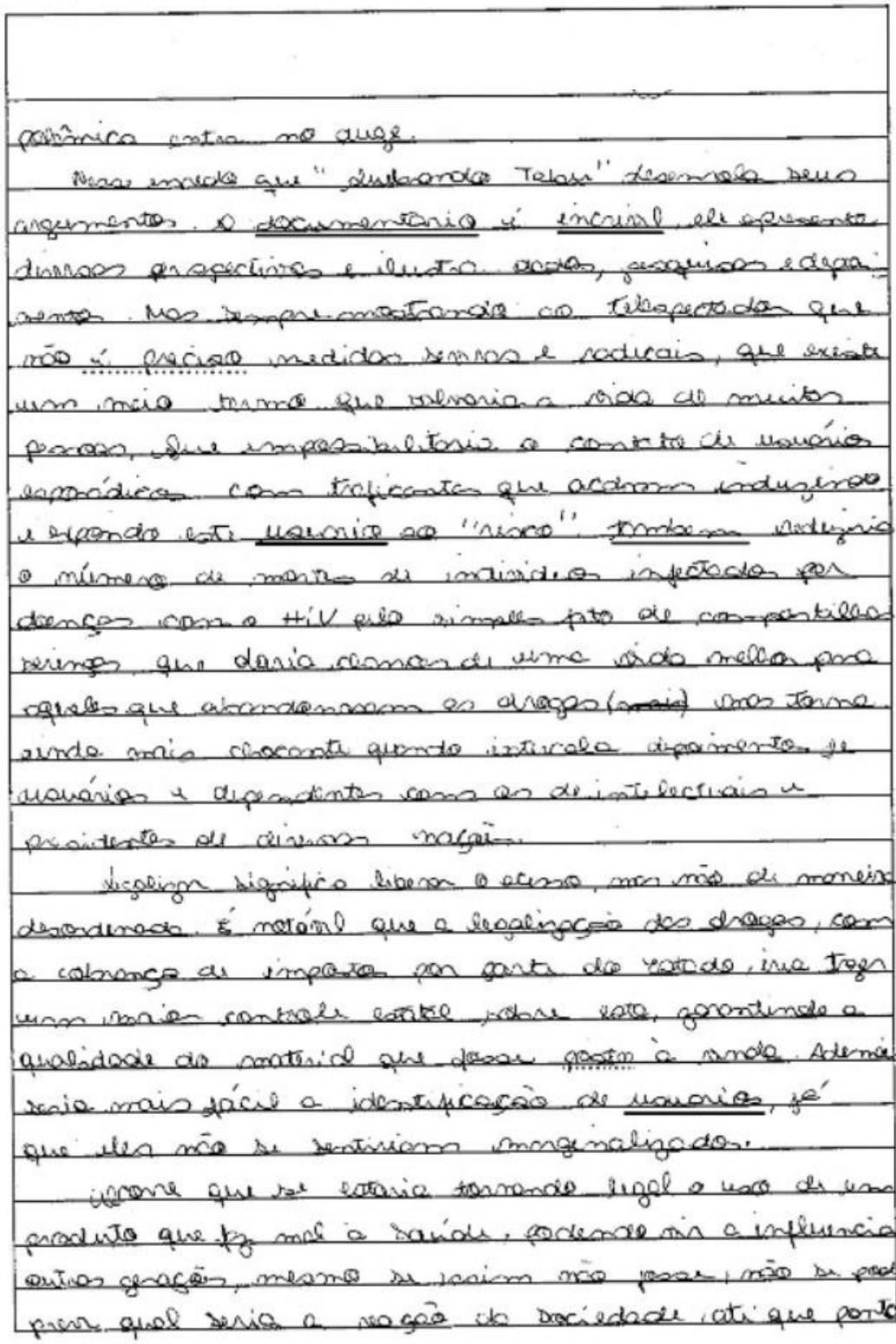
Texto N18

O início do filme tem o intuito de demonstrar o ponto de vista do ex presidente Fernando Henrique Cardoso sobre política de combate ao drogas no período de seu mandato. No contexto daquela época ele não tinha as informações necessárias para tratar o problema das drogas como hoje, pois, de acordo com suas [illegible]) entre o homem médio acredita que o combate ao drogas com a ação da polícia e nos dias de hoje a repressão sociologa existia que o combate deva ser feito de forma diferente.

A descriminação da maconha é proteger os usuários da rede, é tratá-los e não puni-los como acontece em países como a Holanda. Mas isso não impõe que o usuário não seja punido. Ao contrário, haverá pena para usuários de maconha, sim! Haverá um castigo mas não a cadeia. A legalização é como o nome diz tornar a droga "legal" para qual for o seu fim, medicinal ou não. Desta forma a maconha torna-se algo "igual" o álcool e tabaco comercial legal.

O documentário talvez fuja do que a grande maioria da sociedade "normativa" defende a criminalização da maconha. Ele contém uma [opinião] pública, porém devemos observar com uma boa ética. Na lado positivo podemos observar que entre a ilegalização e a criminalização existe um meio termo, que talvez para a sociedade Brasileira seja a melhor caminho a descriminalização, contudo a [descriminação] não é sinônimo de liberar "geral", e é exatamente neste contexto que a

Texto N19



patrônica entra em cena.

Para provar que "Sustentável Talvez" desenvolve seus argumentos, o documentário é inicial, ele apresenta diversas perspectivas e ilustra dados, pesquisas e depoimentos. Mas, sempre mostrando ao telespectador que não é preciso medidas drásticas e radicais, que existe um meio termo que valoriza a vida de muitas pessoas, que impossibilitaria o contato de usuários esporádicos com traficantes que acabam induzindo e expondo este usuário ao "risco". Também reduziria o número de mortes de indivíduos infectados por doenças como o HIV pelo simples fato de compartilhar seringas que daria chance de uma vida melhor para aqueles que encontram-se em drogas (sociais) mas torna ainda mais chocante quando inicia o depoimento de usuários e dependentes como os de intelectuais e presidentes de diversas nações.

Legalizar significa liberar o acesso, mas não de maneira desordenada. É notável que a legalização das drogas, com a cobrança de impostos por parte do Estado, iria trazer uma maior controle estatal sobre isto, garantindo a qualidade do material que passa a ser posto à venda. Além disso, seria mais fácil a identificação de usuários, já que eles não se sentiriam marginalizados.

Apesar que se estaria tornando legal o uso de um produto que faz mal à saúde, podendo vir a influenciar outras gerações, mesmo assim não posso, não se pode prever qual seria a reação da sociedade, até que ponto

Texto N20

~~(uma droga)~~ melhoraria a situação, reduziria a violência e doenças provocados pelo consumo desta substância. Quando se fala em descriminalização, pensa-se em um termo intermediário, no qual não há uma liberdade total do uso de entorpecentes, mas também não são os usuários de drogas tratados como criminosos. Busca-se um equilíbrio, no qual (tenta) entender os danos que os entorpecentes trazem para a saúde, não deixando de considerar o seu uso, de modo que também não deva ser caracterizado como crime que peça de intervenção do sistema penal.

Texto N21

Quebrando o Tabu -

A luta contra o tráfico de drogas vem acontecendo há muito tempo. O tráfico de drogas financia a violência, pois devido a ilegalidade das drogas, os usuários são obrigados a comprar através de traficantes.

De acordo com o documentário, o uso da maconha é menos prejudicial do que o consumo do álcool, o que leva à seguinte indagação: por qual motivo a maconha é ilegal e o álcool não?. No ranking das drogas, de acordo com o dano causado, o álcool e a maconha estão em 5º e 11º posição, respectivamente. Quando houve a proibição do álcool, as pessoas consumiam mais do que antes. A proibição levou ao Al Capone, ao crime organizado, à violência e a corrupção, às cadeias e Tribunais abarrotados, jovens que idolatravam Tiroteios, contrabandos e violência nas ruas, pessoas morrendo por consumir bebidas falsificadas, Trazendo assim, grande perigo para a sociedade, nos EUA. Grande parte do dinheiro recebido pela venda de drogas, é utilizado para compra de armas.

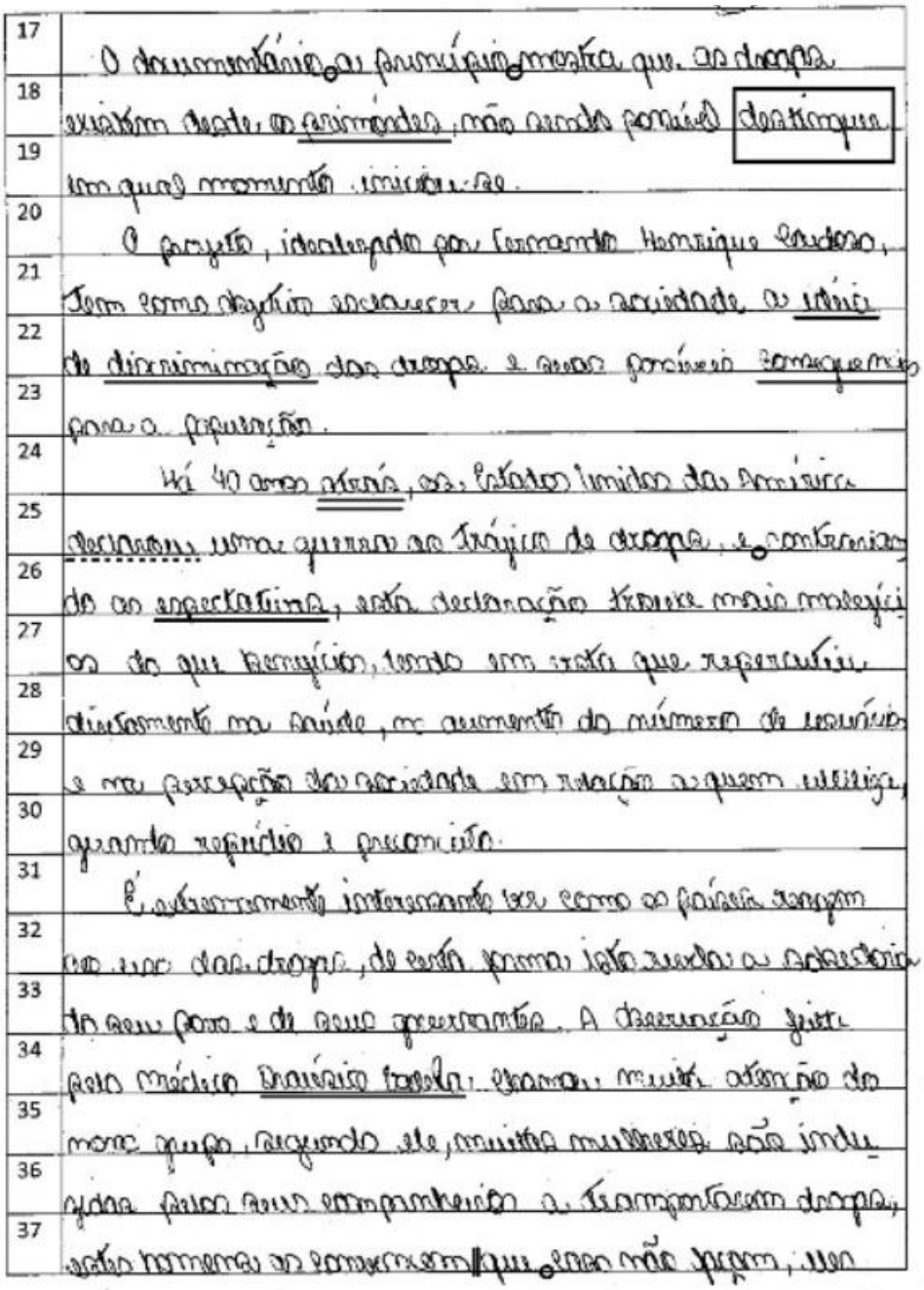
As pessoas se arriscam muito no Tráfico e no plantio de drogas, devido ao alto índice lucrativo. Portanto não é possível acabar com a produção usando a força, pois sempre haverão pessoas dispostas à se arriscar pelo mercado favorável e o alto consumo. O que tem sido feito é a prisão de usuários, mas como já relatado, o número de consumidores é muito alto e não existem no Brasil, cadeias que possam comportar essas pessoas. Além do mais, as drogas também circulam nas cadeias, e a situação crítica, levam essas pessoas que entram como usuários, à se envolverem com traficantes e bandidos, e ao cumprirem suas penas. Saem de um lugar em que deveriam se reeducar, como pessoas piores

Texto N22

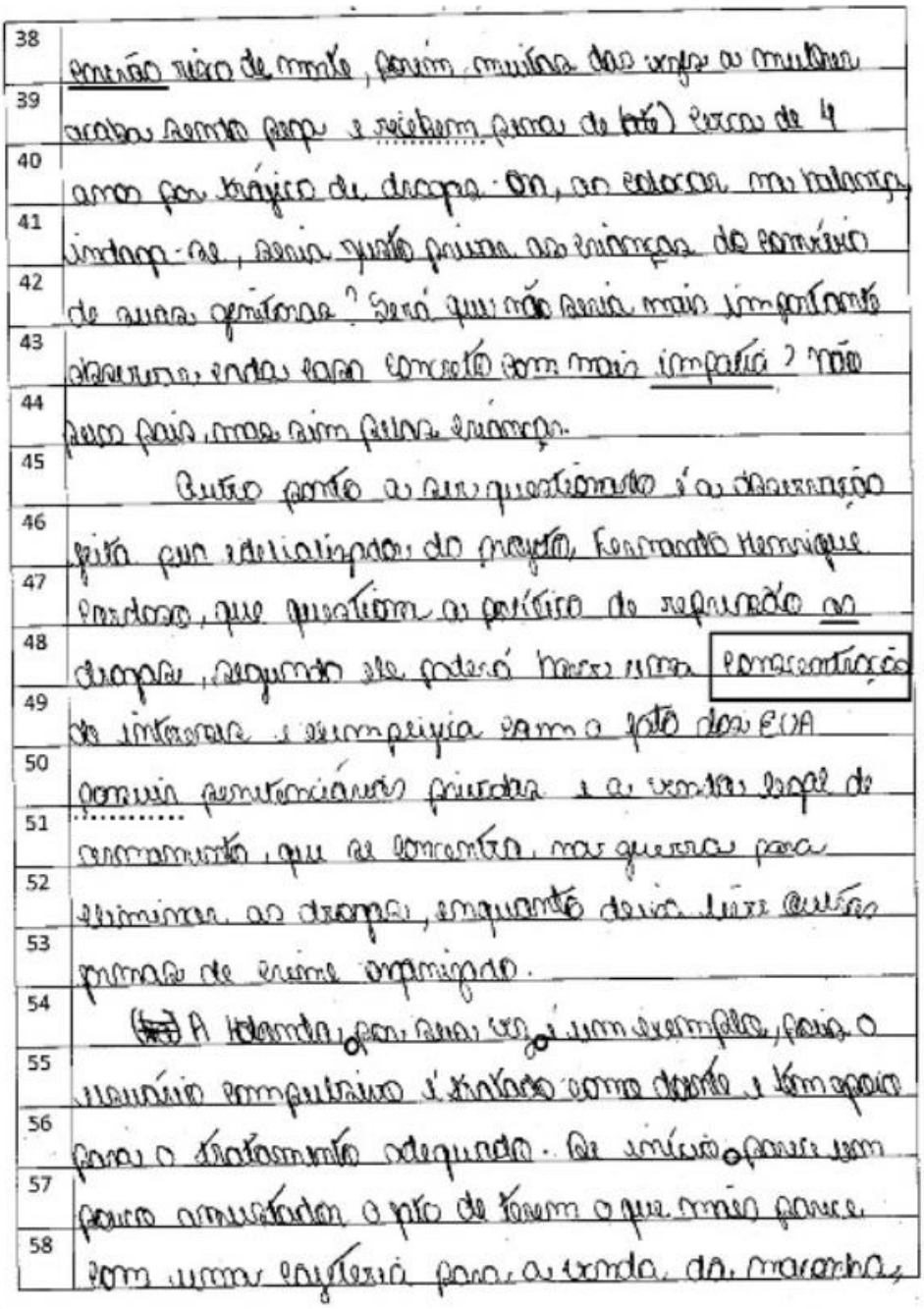
Na Holanda, um dos meios utilizados para minimizar a violência e o envolvimento de usuários de maconha com Traficantes, é a existência de estabelecimentos onde as pessoas podem comprar uma pequena quantidade para consumo pessoal. E Também, para usuários de drogas mais pesadas, um local limpo, para dependentes não precisarem compartilhar seringas, evitando possíveis Transmissões de doenças, e ao invés de Terem contato com Traficantes, se encontrarem com médicos que pretendem curá-los. Assim como na Holanda, outros países utilizam formas para desistimular, alertar e até curar dependentes de drogas.

Muitas vezes, o fato de algo ser proibido, desperta nas pessoas e principalmente nos jovens, interesse que talvez não seria despertado caso fosse algo lícito, e esse é o caso das drogas. A descriminalização pode ser um avanço em relação ao consumo de maconha, porém ao se Tratar de outras drogas, que causam maios dependência, pode ser mais complicado. Portanto é importante Tirar o controle da maconha das mãos dos Traficantes, evitando assim, o contato de usuários com outras drogas, e para maior eficácia, é importante Também, disponibilizar Tratamentos para aqueles que querem largar o vício.

Texto N23



Texto N24

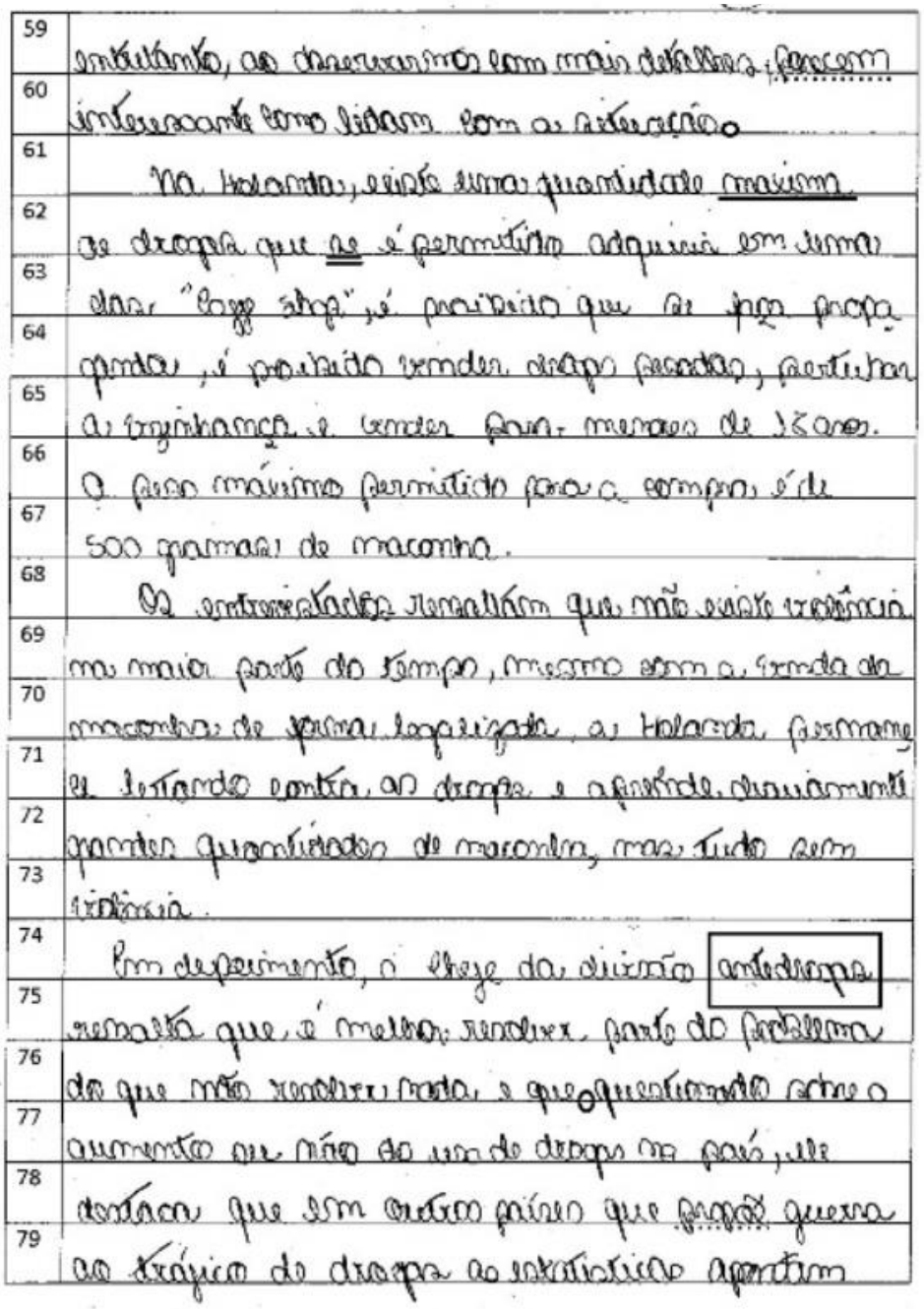


Então nisso de ruído, porém muitas das vezes os moradores acabam ficando longe e recebem pouco de luz) porque de 4 anos foi trazido de discoteca. Ou, ao colocar nos balanços, instalar-se, penso, quais foram os critérios de escolha de quais operadoras? Será que não seria mais importante oferecer, onde para conseguir bom sinal é mais difícil? Não sei, não sou, não tenho certeza.

Outro ponto a que questionamento é a observação feita pela vereadora, da proposta, Fernanda Henrique Prudente, que questiona os critérios de replantação ou compensação, segundo ela poderá haver uma [compensação] de interesse e incompetência para o ato dos EIA apenas penalizações financeiras e o correto papel de ressarcimento, que se compensa, mas queremos para eliminar os danos, enquanto deixa. Isso [ausência] prevista de crime ambiental.

A Holanda, por exemplo, é um exemplo, para o mundo inteiro é exemplo como deve ser tratado e tem espaço para o tratamento adequado. Os países pouco com pouco conseguiram o fim de fazer o que não pode com uma política para a venda da maconha,

Texto N25



na Holanda, existe uma quantidade máxima de droga que se é permitido adquirir em uma dos "coffe shop", é proibido que os shops façam apenas, é proibido vender droga pesada, permitem a propaganda e vender para menores de 18 anos. O peso máximo permitido para a compra é de 500 gramas de maconha.

Os entrevistados mencionam que não existe violência na maior parte do tempo, mesmo com a venda de maconha de forma legalizada, a Holanda, fazem o tráfico contra as drogas e aprendeu, obviamente aprender quantidades de maconha, mas tudo bem tranquilo.

Em depoimento, o chefe da divisão antidrogas menciona que é melhor vender parte do problema do que não vender nada, e que aumentou entre o aumento ou não do uso de drogas no país, ele destaca que um outro país que proíbe quase as drogas ao contrário do entrevistado apontam

Texto N26

que o número de usuários é maior.

Face ao exposto, concluímos que o problema das drogas dificilmente será combatido com a sua repressão interna, é necessário que o poder público faça políticas públicas visando uma alternativa mais eficaz e para isso deverá obrigatoriamente deixar de lado.

Texto N27

É comum as pessoas usarem a palavra "TABU" para designar uma regra quebrada. Porém nem todas as regras são tabus. Alguns dizem que se trata de regras endo culturais que não podem ser mudadas.

O termo tabu está em seu uso mais adequado diariamente associado a religião. Trata-se mais frequentemente do elemento de "limite" e "negativo" da religião, podendo ser uma proibição ou um alerta. Dessa maneira, se faz necessário o esclarecimento de que o direito penal nem sempre para criminalizar pretendeu falar sobre drogas é complicado porque envolve uma série de sentimentos de opiniões, de crenças e principalmente de pessoas. As drogas sempre estiveram presentes e de uma forma ou de outra influenciaram o mundo em que vivemos. Não dá para discutir política, direito e leis se nos mantivermos presos aos dogmas religiosos.

O documentário Quebrando Tabu mostra que o uso de drogas sempre fez parte da humanidade e retrata essa realidade em diferentes tempos e contextos históricos, perpassa pela implantação do movimento norte americano denominado Tolerância Zero até a produção, distribuição e o consumo das principais drogas ilícitas de hoje.

Texto N28

Caminhando tabu nos mostra um terreno hostil e de [temas] polêmicos, entretanto se apresenta de maneira imparcial, cedendo um espaço para uma discussão franca sobre o tema.

Através de testemunhos busca demonstrar que o usuário é um problema de todos e que não é através da repressão e da cadeia que será resolvido.

Com dados e informações estatísticas sobre o tráfico e consumo de drogas o documentário traz a descriminalização para debate apontando-a como uma das possíveis soluções contra a guerra do tráfico. A visão central é que a descriminalização é medida necessária para o começo ao combate à violência castiga que vivemos.

Uma das visões expostas no documentário é que o Estado deve investir mais na reabilitação dos usuários de drogas e nas estratégias de redução de danos como ações de saúde pública no campo das drogas ilícitas.

O documentário busca demonstrar que a descriminalização não tem como consequência a liberação do uso das drogas, apostando mais na conscientização e menos na criminalização para resolução dos problemas.

Texto N29

Coincidentemente, o documentário declara a declaração do presidente dos EUA à época, Richard Nixon, em 1970, em que anuncia sua intenção de vencer o crime. Nixon cria, para isso, políticas mais severas em relação às drogas, guiando seu uso com punição e liberdade de produção.

Dita "proteção" às drogas, nos EUA, bem sua relação com o combate pelo direito de Raul Reagan.

Ela continua, mostrando uma fusão de documentários em defesa que a droga sempre foi consumida pelo homem, em diversas épocas, ultrapassando, sem que lei consumo fosse associado a um crime.

Seguida a lista de "combate às drogas" instalado em Estados Unidos, pela década uma Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, onde teve por precursor, o Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso, que propagou o discurso combate às drogas, ditando, inclusive, em qualquer entrevista possível, que a droga produzia a corrupção e a violência e fui no país, evidenciando a falta de consciência e gravidade da criminalização das drogas.

Paralelamente, o próprio Fernando Henrique Cardoso documentário expõe, política sua ditadura contra as drogas, no entanto de que no Brasil o país é uma, a "problemática" da falta de drogas se mantém como ação policial. Ao fim, ditando a ação do combate policial ostensiva contra as drogas, onde locomove.

O documentário diz a entender, que de acordo com o aumento da criminalização às drogas, o índice de violência e letalidade aumenta, pois índice de aumento de crimes nos locais em que se situam a população brasileira de menor renda, ou seja, uma ditadura associação do aumento da violência com a criminalização das drogas, pois o processo do combate ao uso e comercialização das drogas, tinha o objetivo de declarar uma concentração de menor potencial ofensivo e comprido ao mesmo tempo.

Com advento do crack, houve aumento de uso de drogas no Brasil, dada sua capacidade de dependência, no exemplo de Cracolândia, em São Paulo, onde contou-se a maior parte do processo de combate às drogas, ditando o DJ Bruno Vianna, no documentário. O mesmo advertiu que o uso do crack no Brasil iniciou-se nos anos 90, sendo que já sabíamos que ele substância já era utilizada nos EUA e onde se foi no Brasil em bons educados a uma maneira via de ter substância.

Ainda assim, o governo brasileiro teve ofuscado combates às drogas, de modo proativo e educativo, bem comprovam inúmeras ações a disseminação do uso de crack no Brasil.

Texto N30

Fernando Henrique Cardoso afirma que a concepção de repressão ao uso de drogas foi influência dos EUA em todo o território latino, devido sua influência nas Nações Unidas, sendo que a concepção das Nações Unidas, bem como a repressão das drogas de forma absoluta, levou com que seu próprio significado também estivesse sob permissão de limite de combate ao uso de drogas.

Interessante relatar o fato de Bill Clinton, Presidente dos EUA entre 1993 à 2001, onde ao mesmo tempo que não há sentido para se combate às drogas como uma guerra da sociedade, como uma solução milagrosa. O mesmo afirma que a tentativa errou em sua política, pois ao ter um uso moderado de cocaína é importante salientar, e durante o governo de Bill Clinton também houve uma diminuição de combate às drogas nos EUA.

Foi falando que o uso do álcool já foi proibido, ocasionando o surgimento da Máfia para e, ao cabo organizado, à violência e a corrupção, às polícias e aos tribunais dos estados e, hoje o uso de álcool é permitido.

Ilhou o Presidente do México, Ernesto Zedillo (1938-2000), que o cabo organizado ao tráfico e aos outros países, não há tanto tempo atrás não passava preocupação do tráfico ilegal de drogas, pois o cabo aumentou devido à globalização e ao tráfico de drogas, onde parte do dinheiro é utilizado para comprar armas.

Bill Clinton, afirma que os EUA tem grande contribuição quanto ao problema no México, tanto que os EUA é o país específico de demanda de drogas e de armas ilícitas dos EUA através da fronteira com o México.

É exaltado o fato de Pablo Escobar, Rei das drogas, colombiano e, engraçado, nos anos 80, onde o mesmo afirmou a maior força política do congresso, e que ajudava os pessoas a ficarem seus sonhos, evidenciando a tênue influência dos cartéis na política colombiana.

Ilhou-se dito, o Presidente Colombiano (1990-1994), César Gaviria, declarou a não existência de cartéis de drogas e tem ganhado a violência na Colômbia, pois o narcotráfico tem tido influências, inclusive, nos candidatos presidenciais do país, ganhando a maioria das eleições presidenciais. O mesmo relatou que seu país tem sido vendido pelo problema, pois tem a fama de ter negociação política complexa, que isto é ao contrário os países colombianos, que são exclusivamente vítimas do tráfico, gerando violência por drogas.

Do outro lado, é declarado que é trabalho de cobrar com o cultivo de coca na Colômbia, se cobrou a valorização da folha de coca de cada país e, em sol, tal coca consiga o nível indígena e, isso seja um dos motivos dos grandes países com cartéis poderosos e mais

Texto N31

não tem sido eficaz. Já o processo de pulverização do cultivo de drogas é algo inevitável para a Colômbia, tendo em conta que o clima [redacted] muito o plantio de coca, como parte da plantação de oliveiras. E com o processo de pulverização, o plantio de coca multiplicou.

Isto é, que ficou quase impossível combater o plantio e o consumo de drogas, tem-se em conta a produção sintética de drogas pelos enfermeiros clandestinos, de acordo com o que se depreende no documentário. Conclui-se também que acabar com as drogas é algo impossível, haja vista que o mercado é lucrativo, o preço da droga é muito elevado, desse modo, sempre terá alguém que se aventurará nesse mercado em busca de lucro.

O que se pretende com acabar com o uso de drogas é mostrar a ilusão para cada vez, sendo que é o mecanismo onde ele encontrará droga e, consequentemente, não deixará de consumir.

Essa política de "drogas zero", levou ao mesmo tempo a concentração de interesses, como exemplo é dos EUA, com o aumento do tráfico de armas, privatização de penitenciárias, tudo isso relativo ao combate às drogas, ocasionando a privação de liberdade, na maioria de pessoas negras e pobres, sendo que o crime organizado não é punido. Para além disso, ainda no documentário, que a política de combate contra as drogas nos EUA, teve uma ainda intenção de segregação racial, já que se punia o uso de maconha de forma mais severa do que o uso de cocaína, esta última que era consumida pelos brancos e ricos.

Outrossim, os países da América Latina que adotam a política contra as drogas, entram nesse esteio de dois vendidos, totalmente influenciados pelos EUA, sem perceber que por trás dessa política havia uma intenção de segregar os pessoas em classes, contendo os negros, pobres, gays, etc., estereotipando, com segregação não podia e não se admitia ser efetivado de forma explícita, como já ocorreu, mas sim, com um viés "moral".

Ao passo que, o documentário deixa claro que no Brasil o combate ao uso e ao tráfico de drogas ocorre sem qualquer estudo ou precisão, quanto as consequências sociais que tal objetiva ocasionar. Outrossim, seguem consequências danosas pois tais controlam tal atividade, ao revés, portanto o controle, pois o aumento do uso e do tráfico aumentou. O encarceramento de pessoas e a criminalização também elevou e, ao que indica, tendenciosamente influenciado pela política de drogas.

Do que nos convence, a criminalização do uso de drogas não subsiste, assim como com os princípios que norteiam o entendimento de que uma pessoa deve ser levada à privação de sua liberdade, mas precisamente, ao princípio da lesividade, onde [redacted] que o direito penal somente deve intervir nas situações que exponham o âmbito pessoal e que lesionem a possibilidade de gerir bens para outrem, para a coletividade.

Texto N32

Sedigo, que o consumo de drogas para o uso pessoal no Brasil, não é punido com pena de liberdade, conclui-se, de acordo com o levantamento divulgado pela G1, que "em 2015 revelou que o aumento no número de presos por esse tipo de crime subiu 339% de 2005 a 2013, pouco depois de uma alteração na lei de Drogas, em vigor desde 2006. A lei endureceu as penas para traficantes, mas teve um efeito perverso para os usuários e pequenos traficantes. Dos últimos 9 (nove) mês, a situação só se agravou. Agora, o aumento chega a 480% em 32 meses - isso sem contar 5 dos 27 estados, que dizem não ter dados disponíveis". Assim, podemos concluir a ignorância de não se punir o uso pessoal de drogas, os centros estão lotados com pequenos traficantes que buscam meios para sua vida e o vício por intermédio do tráfico.

Repisando, as drogas devem ser encaradas e combatidas, no mesmo sentido, por meio de políticas públicas de prevenção ao seu consumo, tal como ocorreu com o uso do cigarro e do álcool. Não há sentido pois o uso e, consequentemente o tráfico de determinada substância psicoativa ser proibido, o usuário, que usa a droga por livre e espontânea vontade. Quero - evitar o vício, é impossível, até hoje não conseguimos evitar a incidência total de pessoas viciadas em cigarro e álcool.

Por mais a força policial esteja empenhada em combater uma substância que diretamente não prejudica outrem, cabe de maior potencial ofensivo, que atinge o bem jurídico alheio, são proibidas sem qualquer previsão, haja vista a atuação policial este totalmente focada contra as drogas, deixando sobre a sensação de impunidade na sociedade.

O pior de toda essa política de "zero droga" é a ciência de que ela, para iniciada no Brasil sem qualquer fundamento científico e estudo social, desencadeou uma série de problemas sociais e aumento da criminalidade no país, levando para o encarceramento pequenos traficantes, e ao mesmo tempo não oferecer solução alguma, segregando pessoas, assim como os EUA, todavia, sem ter esse nítido intenção.

Texto N33

Quebrando o Tabu

O filme quebrando o tabu é um filme brasileiro, com características de um documentário, em que traz como temática o combate às drogas.

Esse filme foi bem participativo com personalidades que dispõem e colhem depoimentos de figuras como o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, Paulo Coelho, Fernando Gabeira, Bill Clinton e Jimmy Carter, entre outros.

Logo em início do filme, traz discussões; debates sobre a descriminalização das drogas, muitas pessoas falam sobre as drogas em suas leis e também na vida de pessoas em seu convívio e por vezes até mesmo dependentes que fizeram ao uso liberado pelo o uso inconsequente de drogas.

O interesse e pensar que países ricos e países pobres tentam a todo custo combater este mal chefe e do estado desses países discutem-se realmente a liberação ou não das drogas, acreditam em menos mal a saúde o é violência, ou se a liberação irá trazer um aumento cada vez mais e indiscriminado do uso de bandidos e traficantes. Os Estados Unidos, como uma nação forte e dominadora na década de 70, denominou o mundo com a declaração de guerra às drogas. O que acredito disso tudo foi muito pior, pessoas foram presas pelos fatos de fazerem o uso de drogas.

Essas pessoas eram usuários, não eram traficantes, não vendiam drogas para ganhar dinheiro, eram pessoas doentes, mas foram criminalizadas por longo período nas prisões e se tornaram pessoas com sérios outros problemas quando saíram do presídio.

Quebrando o Tabu tem como principal objetivo a abertura de um debate sério e bem informado sobre o complexo problemas das drogas no Brasil e no mundo. O filme aprofunda diversos públicos, entre eles jovens, os pais, os profissionais médicos e a sociedade como

Texto N34

um todo, para que se inicie uma semeadura franca que leve à diminuição de preconceitos, ajude na prevenção ao uso das drogas e que se disseminem informações com base científica sobre o tema. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que ocupa o cargo de Fernando Gonçalves Andrade para uma jornada em busca de experiências exitosas em países diversos do mundo, sempre em diálogo com os gestores locais e profissionais que se dedicam a se tratar a questão das drogas de forma mais humana e diversa do que as propostas na "guerra às drogas", declarada pelos EUA há 40 anos.

Quebrando o tabu, escuta vozes da realidade mais diversas do mundo em busca de soluções, princípios e sensibilidade.

Texto N35

Quebrando o Tabu nos leva de volta aos anos 60 nos Estados Unidos, como já visto anteriormente no documentário "A 13ª emenda", quando o governo americano adotou a política de declarar guerra às drogas. É possível perceber os quantos os danos causados por esta cruzada ensejaram perante a sociedade que passou a ser alvo, e receber informações equivocadas que causaram epidemias e o fortalecimento de redes criminosas. Observando que a guerra às drogas teve o resultado oposto ao esperado, pessoas de diversas partes do mundo, incluindo as que tiveram sua vida marcada pela guerra, tentam apontar possíveis soluções para este problema.

Idealizado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o documentário visa justamente "quebrar o tabu" sobre o mundo das drogas, tendendo a regulamentação e legalização das mesmas. Para isso, usam do argumento de que as drogas sempre foram consumidas pelo homem desde relatos históricos antigos, onde algumas vezes poderiam estar relacionadas com cultos religiosos que acreditavam que certos entorpecentes auxiliavam na ligação do corpo com espírito. Fato é que a política criminalizante e punitiva que os Estados Unidos lançaram (e que rapidamente foram copiadas em outros países) não conseguiram os problemas do consumo responsável, fortaleceu a ilegalidade do tráfico e potencializou o seu mercado.

O exemplo mais claro sobre a potencialização causada pela criminalização da maconha é o fato de que, muitas vezes, as pessoas desejam experimentar a maconha, mas, ao serem taxados de criminosos por esta prática, acabam por serem presos e, na cadeia, conhecerem drogas mais pesadas como a heroína.

O principal argumento para convencer os espectadores de que a criminalização da maconha é questão de má política, é quando são apresentados outros países e como estes tratam o assunto. Os exemplos de Portugal, Holanda e Suíça como países que tratam as drogas como questão de saúde pública e não de polícia acerta em mostrar como dessa forma as drogas são melhor controladas e que esta prática acabou por diminuir o número de usuários quando comparado com país que proíbem totalmente, utiliza de personalidades famosas como Bill Clinton, Paulo Coelho e dr. Dráuzio Varella para convencer que este é o melhor caminho.

Fato é que não haveria mais o que se falar do tráfico de drogas se estas fossem controladas pelo governo, mas é claro que para isto acontecer, antes será necessário quebrar o Tabu.

Texto N36

Não se consegue acabar com o mercado das drogas, pois o rendimento é tanto que geralmente cogitem se aliena, ou seja, quanto maior o consumo maiores serão os rendimentos, para que esse rendimento diminua teria que diminuir os usuários. A única coisa que tinha sido feita para diminuir o consumo era matar o usuário para acabar, não resolvendo o problema, apenas gerando outro, no caso superlotação das cadeias de viciados e ainda não acabando com o consumo, assim, vicia um grande número de usuários com para as cadeias e o consumo não aumentar. É impossível uma cadeia que não tenha drogas. Nos Estados Unidos em uma das prisões de máxima mais famosa, quem não entra viciado, seja viciado em drogas se tornando um ótimo usuário. Sem o devido tratamento o usuário na cadeia não consegue parar e com isso faz dívidas para sustentar o vício.

Com o consumo de drogas o número de doenças transmitidas por seringas usadas para injetarem as drogas só aumentam o mais comum é o HIV. Podemos dizer que o usuário que vai no ambiente prisional, no meio de traficantes sai muito pior do que entrou. A maior parte das mulheres presas tinham filhos aos 13 ou 14 anos, não estudando, sem ter uma formação intelectual e/ou profissional, saindo da prisão e não arrumando empregos, presas por serem usuárias ou por serem drogas para prisão.

Toda droga faz mal, mas uns dependem do uso, como o tabaco, e maconha. O jovem gosta de se arriscar, pelo fato de ser proibido ou que queiram usar mesmo, mentir dizendo que a droga não faz. O aumento do consumo de droga cada vez com o poder de decisão se vai usar ou não, pois cria uma dependência gigantesca. É necessário mostrar mais em informações, tratamentos, atacando a demanda e não multiplicando os usuários.

Com um tratamento para os usuários, que não seja o simples fato de jogar-los nas celas sem um acompanhamento médico o consumo poderia diminuir, pois agiríamos diretamente no problema.

Se não controlar o uso das drogas em um presídio de segurança máxima, isso que conseguiríamos controlar o uso numa sociedade livre? Acho eu que não, pois nosso país não tem estrutura para tal feito

Texto N37

O filme Quebrando Tabu trata acerca da criminalização das drogas, dado ao significado e correlações de cunho social e até mesmo religioso ao meio ambiental. A criminalização argumentada no filme retoma a questão de que criminalizar as drogas, como maconha, cocaína e heroína não iremos de alimentar o poder paralelo com dinheiro, acrescentando-se a isto poder de compra de armas, poder para o crime organizado e para corromper tanto civis quanto autoridades. O filme ainda retrata que a criminalização destas drogas apenas tem servido para isolar um contingente ainda maior dos grupos empobrecidos - os de integrar a sociedade e desenvolver-se como ser humano completo.

Entretanto, o filme tem centralizado o problema da violência no dependente químico, bem como a ineficácia do combate a violência por apenas punir usuários. Na legislação brasileira, porém, nos termos do artigo 28 da lei 11.343/2006 a pessoa que for detida por estar consumindo droga ilícita, quando for judicialmente provado que a quantidade destinava-se a uso pessoal, não será apenada com pena de detenção ou reclusão, ao contrário, poderá ser advertida, por prestar serviço à comunidade ou medida educativa no prazo máximo de 5 meses. Além disto, caso o dependente usuário seja reincidente, o juiz poderá determinar que o Poder Público ponha à disposição do condenado atendimento para tratamento especializado para a desintoxicação / tratamento da dependência química. Isto é, a lei em si com ampla jurisprudência não é fator preponderante na solução da violência relacionada ao usuário de drogas como o crime penalizado pelo consumo. A droga é, como qualquer outro produto nocivo à saúde pública que deve ser banido pelo estado.

Texto N38

"Quebrando o Tabu sobre as drogas"

Desde os tempos primordiais as drogas são um subterfúgio para seres vivos, digo isso, pois não só os humanos as consomem, ademais, existem inúmeras tipos de drogas/substâncias artificiais ou naturais, as quais são alucinógenas ou prazerosas. Temos como história a hipótese do macaco bêbado que comia uma fruta que o traziam comportamentos atípicos, temos hoje na biologia os golfinhos que atacam baiacus para consumirem sua substância, esta que traz a eles um comportamento acelerado, isto é, altera sua natureza.

Na história temos várias matérias ~~de~~ desfocadas, as quais trazem notícias de guerras e de comportamentos agressivos no meio social e político.

O mais contemporâneo é a lei seca dos Estados Unidos, Al Capone financiava sua vida criminosa com o contrabando de bebidas na década de 20, a proibição causou um grande efeito cultural na criminalidade, afinal, a bebida alcólica era proibida era extremamente vendável, uma vez que, aquilo que é proibido é mais atrativo e saboroso.

Então fica aqui um grande exemplo de que a proibição trouxe e traz a sociedade. A guerra por territórios

© & ™ Lucasfilm, Ltd.

Texto N39

por clientela e por dinheiro é a maior causa das mortes naquela e nesta época, época onde as drogas são a grande sensação entre os jovens.

Hoje no século XXI observamos uma guerra que causa milhares de vítimas fatais por conta do tráfico de drogas, o México por exemplo sofre uma guerra interna, territorial e sem fim.

No brasil o foco é o Rio de Janeiro, mas um foco meramente midiático, ademais, o tráfico de drogas é presente em todo país, não só nas periferias, a "playboa zada" é público alvo dos traficantes modernos com suas drogas sintéticas, as drogas "tradicionais" como por exemplo a cocaína, a maconha e o crack tem um público menos seletivo, logo, uma classe social mais carente de recursos, mas que fique claro, as drogas não escolhem classe social, idade ou grau de vício, ela é atraente a todo momento e para conseguí-la o esforço é mínimo.

Mesmo sendo ilegal sabemos que a segurança pública faz vista grossa, assim, existem instituições que lucram muito com o tráfico ilícito de drogas, o Estado ganha alguns tratamentos, o custo é alto, mas nem sempre o serviço chega até o [illegible] viciados, por isso, acredito que a legalização

© & ™ Lucasfilm, Ltd.

Texto N40

não seja algo sentável para o sistema (polícia, clínicas financiadas pelo estado, milícia, fronteiras e etc) é mais cômodo dar informações da desgraça alheia do que ter que prestar contas daquilo que entra e sai do país de forma legal.

As drogas não é um problema concentrado, a droga é um problema de saúde pública mundial.

Na Europa existem países que a droga é legal e controlada o seu uso, mas vimos que mesmo se tratando de países de 1º mundo, o controle é muito superficial e não atingem todos os usuários, o tráfico ilícito também existe por lá; a droga é um problema mundial, histórico e enraizado na história da humanidade, a droga existe em grande escala e o seu uso manipulado ou não sempre será um problema político-social.

© & ™ Lucasfilm, Ltd.

Texto N41

data • •
S T Q Q S S D

Resenha Crítica "Quebrando o Tabu"

Desde o século XX a luta contra as drogas adquiriu proporções gigantescas, chegando ao ponto de a única forma de combater certas substâncias ilícitas foi a punição, com a cadeia.

Temos o exemplo dito a Lei Seca, nos Estados Unidos, que culminou em várias prisões, aumento da violência e a chegada, ou melhor dizendo da assunção da máfia.

A história relata o pacto feito entre os EUA e a ONU declarando guerra à produção de entorpecentes, deste modo, tanto o usuário como o traficante eram criminalizados.

Atualmente, é, fica perceptível pela documentário que falta educação! Num país onde se prefere o comodismo que o trabalho, prefere o prazer ao esforço em conquistar grandes coisas, não há como discutir medidas quando o público alvo não tem a alicerce da educação.

Partimos então para a diferença entre descriminalização, legalização e liberação. Descriminalização é abolir qualquer tipo de punição ao usuário de drogas. Legalização é o controle das drogas pela legislação desde o plantio, como acontece com as bebidas e o fabaco. Liberação por sua vez é deixar todos ou certos tipos de drogas liberadas

Jandaia

Texto N42

data • •
S T Q Q S S D

Pois isto, para nos analisar a sociedade como um todo, para então chegarmos a um norte, pois se tratando de um assunto tão plural dificilmente chegaremos a uma resposta singular.

Atualmente a população carcerária encontre-se a grande maioria de detentos que respondem por tráfico de drogas, além disso 80% fazem uso de drogas. Dados alarmantes, que sucumbe no desafio primordial que é a ~~educação~~ educação.

Fato é que a droga é um caminho sem volta, mas qual é o caminho de volta da educação? Trazemos a baila a Holanda, aonde é permitido o uso de drogas e ainda é legalizada, sendo que para alcançar este êxito foi necessário primeiramente educação, para então a tal decisão ter consciência do uso, compra e venda.

Portanto, falar em possibilidades que interferem significativamente a uma sociedade é no mínimo negligente em a ~~grave~~ grande falta educação.

~~Ainda que para existir drogas que ocasionem~~ As discussões em torno de drogas específicas para serem descriminalizadas ou tornarem o uso legal para fins medicinais se torna vasto, primeiro liberar apenas uma numa sociedade mal educada cria baderna, o segundo se tornaria viável mas o sistema é falho e a corrupção do

Jandaia

Texto N43

data • •

S T Q Q S S D

meio para chegar ao fim é latente.
Portanto, podemos chegar ao fim razoável que inúmeras famílias são devastadas por causa das drogas, o sistema carcerário é altíssimo e só tem aumentado, clínicas de reabilitação não comportam mais por tantos "retratamentos" e o sistema político é omisso em todos os aspectos.
Destarte, nos resta mesmo acreditar que a educação é o plano mais viável para resolver conflitos desta magnitude, necessidade de liberdade, sem esta ciência não há como equacionar este problema.

Jandaia

Texto N44

Resumo crítica do filme "Quebrando tabu"

O FILME É BASEADO EM FATOS REAIS E MOSTRA QUE HÁ A DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MACONHA. TAMBÉM MOSTRA COMO É A GUERRA CONTRA AS DROGAS. ESSA GUERRA NÃO TEM COMO VENCER, PORQUE ENVOLVE UMA SERIE || SENTIMENTOS, VISÕES, PRINCIPALMENTE DE PESSOAS ENVOLVIDAS. ALIAS, MUITOS CONTEXTOS HISTÓRICOS MOSTRAM QUE O USO DE DROGA EM DIFERENTES MOMENTOS, INFLUENCIOU DE ALGUMA FORMA O MUNDO EM QUE VIVEMOS.

OS DEPOIMENTOS DOS EX-PRESIDENTES, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, JAMES CARTER E BILL CLINTON, E TAMBÉM DO ESCRITOR PAULO COELHO FORAM EXPOSTOS PELO MOTIVO DE SEREM VICIADOS OU EX-VICIADOS, ELES ENTRE OUTROS FAMOSOS REVELARAM QUE O USO DE DROGAS É PREJUDICIAL.

UM DOS PONTOS DE VISTA QUE CHAMA A ATENÇÃO NO DOCUMENTÁRIO É A COMPARAÇÃO COM OS DANOS CAUSADOS ENTRE DROGAS E A DISCRIMINAÇÃO PELO USO DE DROGAS. ISSO ACONTECE NATURALMENTE, OS VICIADOS. PRIMEIRAMENTE EXPERIMENTAM UMA CURIOSIDADE, CONTUDO, CONHECEM AS DROGAS E SABEM QUE REALMENTE SÃO PERIGOSAS, ENTÃO, COMEÇAM A MANTER O CONTATO COM UMA QUANTIDADE MINIMA DE MACONHA E NA SEQUÊNCIA PASSAM PARA O CRACK, COCAÍNA, HEROÍNA E OUTRAS TANTAS MAIS PERIGOSAS, DEPOIS PASSAM A SER TAXADOS DE CRIMINOSOS E VÃO PARA A CADEIA.

O IDEALIZADOR DO FILME, INFLUENCIADO POR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO DECLARA QUE SEU OBJETIVO É ACEITAR E IMPLANTAR ESSA PROPOSTA, ELE DIZ QUE NINGUÉM PODE FINGIR QUE NÃO EXISTE UMA POLITICA SOBRE AS DROGAS E DIZ QUE

Texto N45

A MACONHA É PROIBIDA NÃO POR TRAZER PREJUÍZO À SAÚDE HUMANA, POIS SUAS REAÇÕES SÃO INFERIORES AOS DANOS CAUSADOS PELO ÁLCOOL E TABACO, MAS POR FATORES BIOLOGICOS CAUSADOS PELA DROGA.

O FILME FALA DA SUA DIFICULDADE DE ENFRENTAR OS RISCOS ENTRE PEDRADAS E TROCADAS, REAÇÕES TÍPICAS QUE SÃO ESPERADAS QUANDO SE FALA DESSE TEMA POLÊMICO; HÁ UM TABU QUE DIZ: O QUE É, E O QUE SIGNIFICA, DISCRIMINAR O USO DE DROGAS. ALÉM DISSO, O CONCEITO DISTINTO DE COMO PODER TER LIBERDADE SEM SER DISCRIMINADO, PODE SE CONFUNDIR COM O DITO POPULAR "LIBERAL GERAL".

A CONVIVÊNCIA DO SER HUMANO COM AS DROGAS É MUITO LIGADA À OUSADIA COMO ABORDADO EM UM NEBULOSO HISTÓRICO, ESTE RACIOCÍNIO TEM A VER COM O QUE DIZEM AS PESSOAS QUE CONSUMEM, CONTESTANDO A DISCRIMINAÇÃO DAS DROGAS, MOSTRANDO QUE SEMPRE FORAM UTILIZADAS PELA ESPÉCIE HUMANA.

AO INICIAR A GUERRA AS DROGAS CONSIDERADAS ILICITAS, INÚMEROS USUÁRIOS PERDEM A CONSCIÊNCIA NÃO SABENDO LIDAR CONTRA SUA PRÓPRIA VONTADE, LIGADO A ISSO, HÁ UMA MULTIDÃO DE TRAFICANTES QUE FIZERAM DISSO SUA PROFISSÃO E PRECISAM TRABALHAR NA VENDA DE DROGAS SENDO CAPAZES DE OFERECER ALTAS QUANTIAS. ELES VENDEM MACONHA COMO SE FOSSE LEGALIZADA PARA O CONSUMO DE SEUS CLIENTES, MAS, PARADOXALMENTE, PRECISAM COMPRAR E VENDER ILEGALMENTE O ENTORPECENTE DE OUTROS TRAFICANTES TORNANDO-SE UM CÍRCULO.

TEM UMA PARTE DO FILME QUE MOSTRA O MÉDICO DR. DRAUZIO VARELLA QUE ATENDEU UMA PRISIONEIRA DE UM PRESÍDIO FEMININO E ORIENTOU ELA PARASSE DE USAR A HEROÍNA DIMINUINDO O CONSUMO, MAS ELA RESPONDEU: "É IMPOSSÍVEL ME AFASTAR DO USO DAS DROGAS PESADAS." A PRISIONEIRA LHE PEDIA ALGUMA ORIENTAÇÃO PARA PARAR DE USAR HEROÍNA. O MÉDICO, ATÉ UM POUCO SEM JEITO,

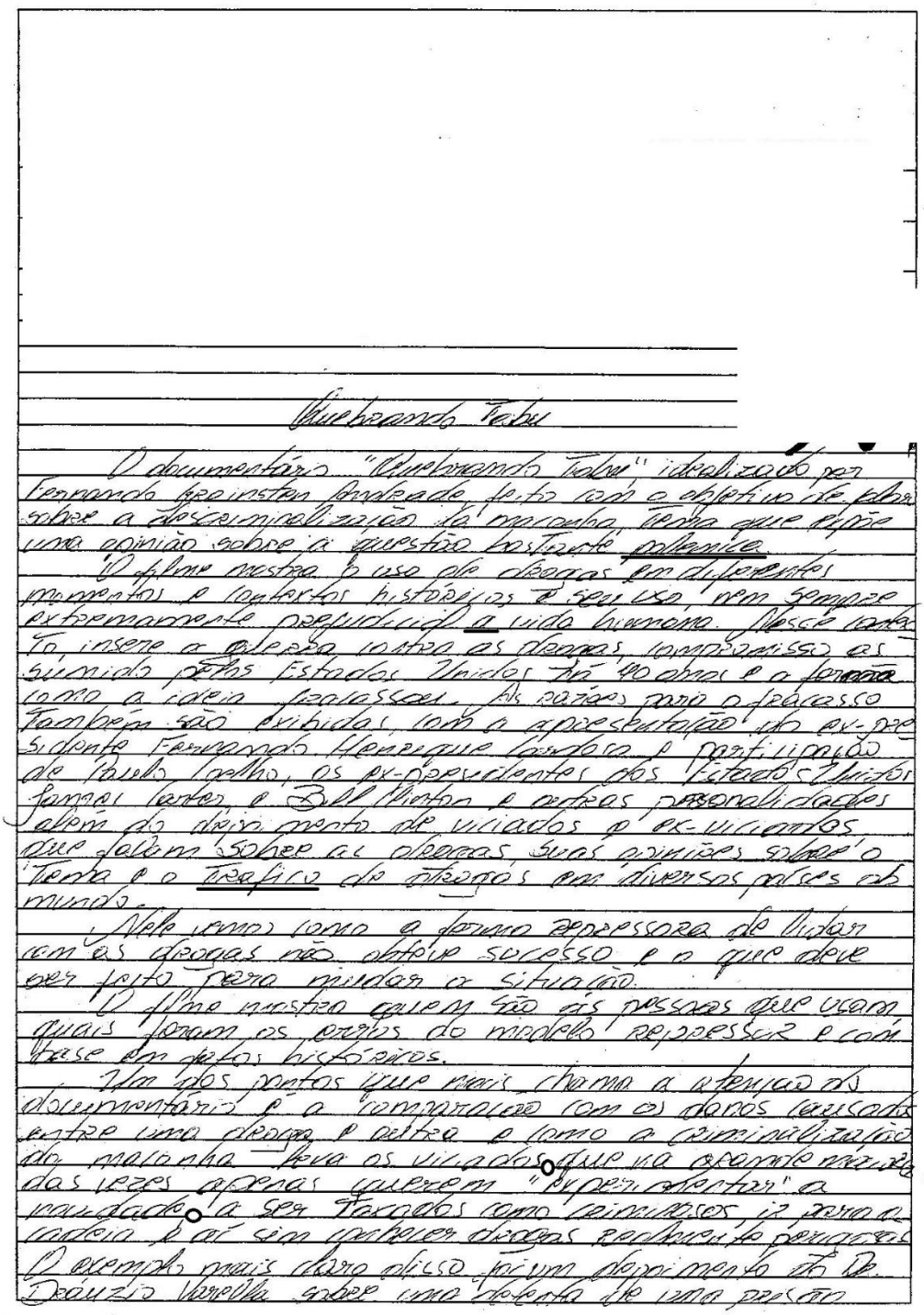
Texto N46

PEDIA PARA QUE ELA ENTASSE O CONTATO, AO QUE ELA JÁ HAVIA LHE RESPONDIDO QUE ERA IMPOSSÍVEL PARAR COMO USO.

JÁ QUE SUA COLEGA DE CELA CONSUMIA NA SUA FRENTE, ALÉM DE TANTAS OUTRAS DENTINAS DA MESMA PRISÃO. A SITUAÇÃO É DAS MAIS COMUNS, DE ACORDO COM O ARTIGO DE. DRÁUZIO VARELLA. O USUÁRIO É PRESO POR PORTE DE DROGAS COM QUANTIDADES MINIMAS DE MACONHA (POR EXEMPLO) E NA CADEIA PASSA A TER CONTATO COM CRACK, COCAINA, HEROINA E OUTRAS TANTAS MAIS PERIGOSAS DROGAS.

O DOCUMENTÁRIO AINDA MOSTRA COMO OUTROS PAÍSES ESTÃO TRATANDO O TEMA E OS EXEMPLOS DE PORTUGAL, HOLANDA, SUÉCIA E OUTROS NO TRATAMENTO DOS USUÁRIOS DE DROGAS COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA E NÃO DE POLÍCIA.

Texto N47



Quebrando Tabu

O documentário "Quebrando Tabu" idealizado por Fernando Henrique Cardoso foi feito com o objetivo de falar sobre a descriminalização da maconha, tema que rejeita uma opinião sobre a questão bastante polêmica.

O filme mostra o uso de drogas em diferentes momentos e lugares históricos e seu uso vem sempre extremamente prejudicial a vida humana. Nesse contexto, insere a guerra contra as drogas, comandada pelos Estados Unidos há 40 anos e a forma como a coisa fracassou. As razões para o fracasso também são exibidas, com a apresentação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e participação de Paulo Coelho, os ex-presidentes dos Estados Unidos Jimmy Carter e Bill Clinton e outras personalidades além do depoimento de viciados e ex-viciados que falam sobre as drogas, suas opiniões sobre o tema e o tráfico de drogas em diversos países do mundo.

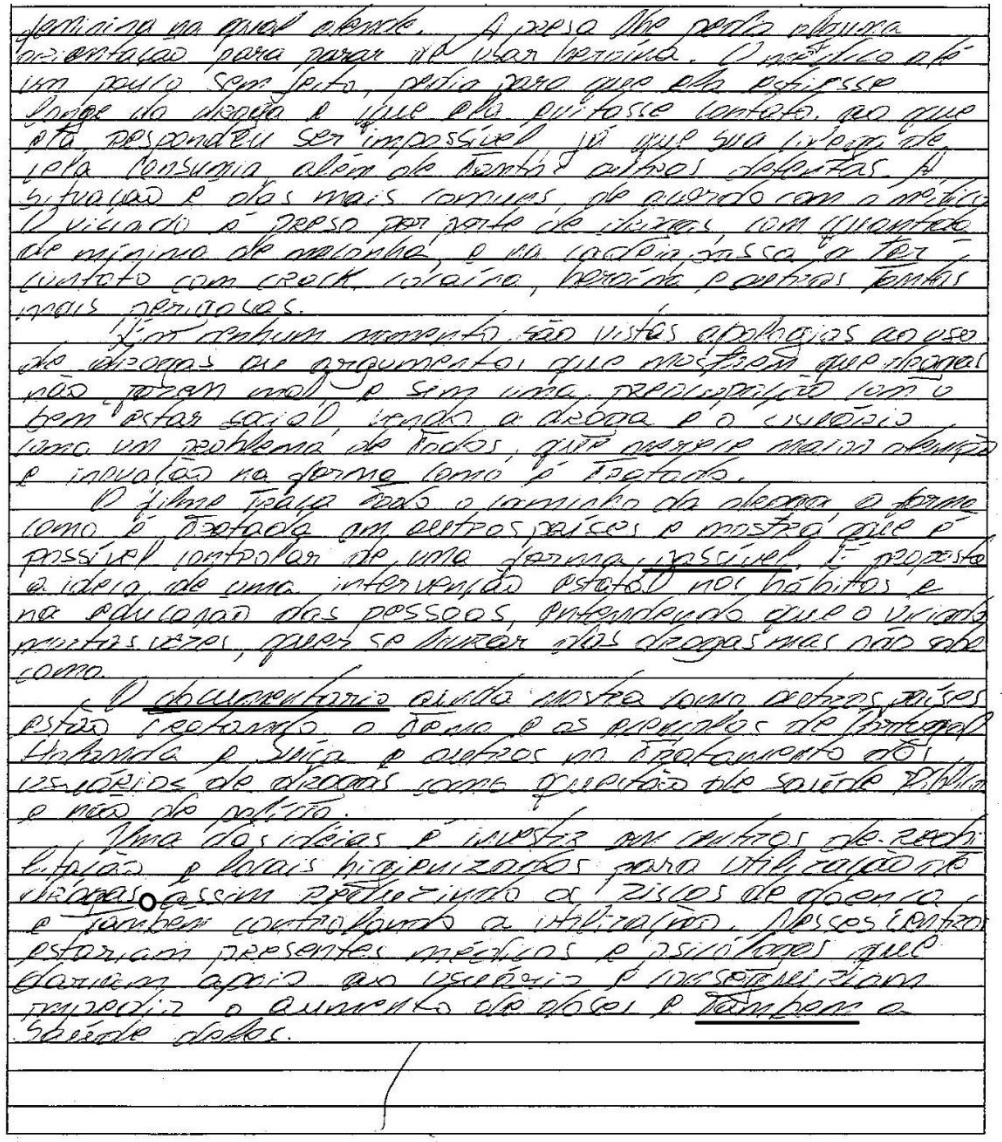
Vale ressaltar como é dever profissional de lidar com as drogas não obteve sucesso e o que deve ser feito para mudar a situação.

O filme mostra quem são as pessoas que usam quais foram os efeitos do medicamento profissional e com base em seus históricos.

Um dos pontos que mais chama a atenção do documentário é a comparação com os danos causados entre uma droga e outra e como a criminalização da maconha leva os viciados que na grande maioria das vezes apenas querem "dar uma distraída" a serem tratados como criminosos ir para a cadeia e ai sim ter contato com drogas realmente perigosas.

O exemplo mais claro disso foi um depoimento do Dr. Drauzio Varella sobre uma internação de uma pessoa

Texto N48



farmácia na qual atende. A presa lhe pede alguma orientação para parar de usar heroína. O médico até um pouco sem jeito, pede para que ela entregasse logo de droga e que ela evitasse contato, ao que ela respondeu ser impossível já que sua rotina de festa consumia além de tempo outras substâncias. A situação é das mais comuns, de acordo com a médica. A vida do preso por parte de drogas, com quantidade de maconha e na cadeia passa a ter contato com crack, cocaína, heroína, portam tantas mais perigosas.

Em nenhum momento são vistos apontamentos ao uso de drogas ou argumentos que mostrem que drogas não fazem mal e sem uma preocupação com o bem estar social, tanto a droga e o usuário como um problema de todos, que precisa mais atenção e inovação na forma como é tratado.

O filme traça todo o caminho da droga, a forma como é tratada em outros países e mostra que é possível controlar de uma forma inteligente. É proposto a ideia de uma intervenção estatal nos hábitos e na educação das pessoas, entendendo que o vício muitas vezes, quer se livrar das drogas mas não sabe como.

O documentário ainda mostra como outros países estão tratando o tema e os exemplos de Portugal Holanda e Suíça e outros no tratamento dos usuários de drogas como questão de saúde pública e não de polícia.

Uma das ideias é investir em centros de recuperação e locais higienizados para utilização de drogas assim evitando o risco de doença e também controlando a utilização. Nesses centros estariam presentes médicos e psicólogos que dariam apoio ao usuário e monitorizariam progressivamente o consumo até cessar e também a saúde deles.

Texto N49

Resenha Crítica Documentário Quebrando o Tabú

O documentário Quebrando Tabú retrata um tema bastante discutido e polêmico há alguns anos: a discriminalização do uso das drogas, em especial a maconha. Nele vemos que o combate repressivo ao uso não consegue e nunca, nem mesmo acabar com tráfico.

O ex presidente Fernando Henrique Cardoso é o idealizador do documentário, onde demonstra quem são os principais usuários, a história do uso das drogas pela humanidade e quão ineficaz a repressão se mostrou ao longo do tempo. Assim, os argumentos se tornam mais claros, visto que o tema é pormenorizado, demonstrando o preconceito e a dificuldade que usuários enfrentam para buscarem ajuda quando se vem reféns e dependentes destas substâncias.

O filme traz informações pertinentes, ao seu vez de pesquisas e entrevistas de pessoas como Paulo Coelho e o ex-presidente dos EUA Bill Clinton, bem como médicos especialistas, celebridades e ex-usuários. O intuito é mostrar de forma clara está presente no mundo como um todo e que existem outras formas de se enfrentar o dito problema, não serão apenas com a repressão.

Texto N50

Desta forma, vemos que é importante tratar a questão com um olhar mais humano, onde é inviável tratar como criminoso aquele que é apenas usuário e na maioria das vezes dependente de ajuda. Isso não torna o uso legal, mas trata como uma questão social onde o incentivo a não utilização e explanação sobre seus malefícios devem ser priorizados à repressão.

É imprescindível destacar que o documentário não está tratando apenas do uso da maconha, mas, como também, de outras substâncias alucinógenas, depressoras, estimulantes, perturbadoras e que causam dependência. Por este motivo, corroboramos de que a legalização do uso [illegible] não resolveria, pois apesar de se vender em pontos apropriados, seguros e legais, a venda clandestina, mais barata e ilegal não deveria de ocorrer, muito antes pelo contrário o tráfico seria facilitado, uma que o traficante poderia se passar por usuário para vender aos pares e em quaisquer lugares sem temer pela fiscalização.

Outro fator importante a ser destacado, é que o usuário de substância que causam dependência fisiológica, como exemplo o "crack", tem a perda da droga por uma possível fiscalização, portanto, preconde se ausentando da sociedade. Estes usuários não conseguem sair desta condição

Texto N51

por livre e espontaneidade, também tem o discernimento de como sair. O usuário se torna agressivo, furta e rouba para conseguir o uso, enquanto a família se destrói, não enxerga uma saída, || vem desolados, lamentando e vivenciando o sofrimento de seu ente querido.

É preciso mais que repressão, é nítido que não irá resolver a questão, prender gera gastos desnecessários, além de tornar-lo, dentro de um presídio, um usuário diário e até mesmo um possível criminoso de alta periculosidade. É preciso conversa, estudo e discussões sobre como enfrentar a situação e lidar com as mais variadas questões sociais que vivenciamos na sociedade. Precisa-se investir em políticas públicas de segurança para educar a população, em especial as crianças jovens, demonstrando os efeitos negativos que a droga traz, como agressões, depressões, exclusão da sociedade e o mais difícil é se livrar desse mal. É preciso tratar o uso como uma questão social, reduzir os riscos de doenças e fornecer centros de reabilitação e apoio ao usuário, com profissionais qualificados que conseguiriam ajudá-lo a se recuperar, dando esperança e proporcionando a abertura de uma saída também para seus familiares.

Texto N52

Quebrando tabu

Quebrando tabu é um documentário brasileiro do cineasta Fernando Grostein Andrade. O tema abordado é atual: As drogas e a guerra gerada para o seu combate.

Os Estados Unidos há 40 anos, iniciaram a guerra às drogas. Inicialmente Richard Nixon alertava a respeito do crime de drogas e sua punição mediante cadeia. Ronald Reagem também declarou tolerância zero ao uso de drogas. Contudo, os danos causados pelas substâncias químicas nas pessoas e na sociedade só cresceram. Abusos, informações equivocadas, epidêmias, violência e o fortalecimento de redes criminosas são o resultado da guerra perdida numa escala global.

O uso das drogas existe desde que o mundo é mundo. seja para o consumo para tratamentos médicos ou para diversão o uso é frequente entre as pessoas até os dias de hoje. Neste quesito a maconha é protagonista, sendo aperfeiçoada com a cocaína e as drogas sintéticas.

O ex-presidente fernando Henrique Cardoso sustenta que as drogas são meios de violência e corrupção, levando o país ao caos. Além da questão de saúde pública, o poder de fogo para a proteção dos cartéis do tráfico, vem aumentando. Assim, há uma relação paralela de poder entre Estado e o mundo das drogas. Muitas vezes o primeiro não consegue cumprir seu papel de proteção por causa do segundo.

Com a renda do crack dos Estados Unidos para o Brasil,

Texto N53

não houve uma conscientização a respeito do que era e os seus efeitos nas pessoas. Houve ainda, grande dificuldade de colocar fim em algo que traria poder e dinheiro para o auto escalão na sociedade. O caso para com o consumo de bebidas alcoólicas, que hoje é uma arma morta e de livre consumo por todos. A bebida é também uma droga muito preocupante, visto que além de causar morte no trânsito, gera degradação em relação à saúde e pode gerar desestruturação do consumidor em excesso em suas relações interpessoais.

O México tem destaque nos cartéis de drogas. Contudo, seus próprios administradores e políticos não reprimem de maneira contundente e, assim, inicia o tráfico para outros países, sem intervenção eficaz, ante as vantagens que esse ato ilícito proporciona à políticos e demais empresários envolvidos.

Outro exemplo é o cartel de drogas colombiano, que predomina no comércio de drogas que driblam políticos e demais autoridades que de fato tentam findar com a comercialização das drogas. A forma de agir é inteligente; suas plantações são em diversas áreas, dificultando sua destruição, semeadas junto com outros plantios como; arroz, cana de açúcar, dentre outros.

As drogas estão dentro das prisões. Quando o indivíduo encontra-se em liberdade faz o tráfico, se preso o consumo se torna maior, em alguns casos até quem não possuía envolvimento, se torna usuário e logo após posto em liberdade, se torna mais um a vender drogas. Crianças que já nasceram nesse meio, aprendem.

Texto N54

Sobre as drogas antes mesmo de ter e escrever, muitas vezes trabalhando para o crime, como exemplo de poder.

A tendência do tráfico de drogas é colocar nas cadeias os negros e pobres. Essa questão envolve outras de formação social, como o racismo. De um lado temos uma sociedade rica e poderosa que consome livremente, mas || intocáveis pelos autoridades policiais, na qual se esbaldam com as propinas e a corrupção. De outro, uma sociedade pobre e necessitada, que convive diariamente com a guerra do tráfico, e vê no dinheiro proporcionado pelas vendas, uma forma de sustento || a família.

Se não conseguimos acabar com as drogas dentro de uma prisão de segurança máxima, como acabaremos com ela em uma sociedade livre? Este é o outro eixo do filme, que relaciona o tráfico a questão de prisões. Segundo o documentário a cadeia não é lugar para consumo de drogas e a prisão de usuários pode transformá-los em verdadeiros criminosos.

Ancorado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o documentário quebrando tabu dá voz a pessoas das mais diversas realidades do mundo, em busca de soluções, princípios e conclusões. Bill Clinton, Jimmy Carter e ex-Chefes de Estado, como os da Colômbia, México e Suíça, revelam porque mudaram de opinião sobre o assunto que é alvo de discussões e precisa ser esclarecido.

O documentário / filme traz ainda, o aprendizado de pessoas comuns, que tiveram suas vidas marcados pela guerra às drogas, e

Texto N55

experiências de Dráuzio Varella, Paulo Coelho e Gael Garcia Bernal. Em suas entrevistas, as personalidades trazem argumentos incisivos para condenar o uso da força militar contra usuários de drogas e dependentes químicos.

O filme traça todo o caminho da droga, a forma como é tratada em outros países e mostra que é possível controlar de forma pacífica. É proposta a ideia de uma intervenção estatal nos hábitos e na educação, entendendo que o viciado, tem vontade de se livrar das drogas, mas não conseguem.

Por fim pode se ver no documentário o investimento em centros de reabilitação e investimento em ambientes próprios para o consumo de drogas, trará a redução dos efeitos e doenças, e melhor controle da utilização. Desta forma o investimento em médicos, psicólogos serviriam de apoio e minimizadores de problemas sofridos por usuários de drogas.

Texto N56

O filme aqui retratado vem com intuito de demonstrar a descaminação das mesmas, e como é esta guerra constante contra as drogas e vista que o mesmo envolve pessoas, sentimentos e principalmente visões bastante divergentes sobre o assunto. O projeto tem o objetivo de deixar claro a ideia de aqui é e o que significa a descriminalização das drogas e com isso portanto seguinte, esperando aproximar os jovens, pais assim como medicos e escolas, quebrando este tabu.

O vemos do início mostrando o uso das drogas nos mais variados contextos historicos até os dias de hoje apontando desta forma as influencias do mesmo no tempo e nos dias atuais.

Foram exibidos os depoimentos de sujeitos viciados e ex viciados, relevantes em nosso país, revelando o uso prejudicial das drogas. Um deles qual foi um dos idealizadores deste projeto é o ex presidente Fernando Henrique cardoso, assim como outros convidados por ele, James Cortes, Paulo Coelho, Ruth Dreifuss, Anthony Papa, bem como Bill Clinton.

Alem dessas figuras influenciadoras, o filme mostra a opinião do Dr Drauzio Varella e de pessoas comuns que de alguma forma se identificaram na guerra das drogas. Drauzio revela que nos presidios é impossivel parar com as drogas quando se é um viciado, onde o mesmo atendeu uma psicologa indicando que ela parasse de se injetar mas ela responde que não consegue parar com o uso de drogas pesadas, ainda segundo Varella, o mesmo condena o uso das forças militar contra os usuários entendendo que

Texto N57

mesma maneira os ex presidentes Bill Clinton e James Carter.

Vemos também com o filme que o viciado em drogas se torna um problema não só para de mesmo, mas para a sociedade num todo, e desta forma é demonstrado que não se resolverá este problema geral através de atos de repressão, guerra, cadeia e outros mais formas agressivas, e que deveremos investir na forma de tratar essas pessoas, que em sua maioria têm o desejo de deixarem o vício e de serem viciados.

Assim, segundo relatado no documentário seria sim possível o controle das drogas juntamente com a recuperação daquele que se tornou viciado desde que houvesse uma intervenção estatal abrangendo uma política de redução de danos e que entende o idealizador do filme plenamente possível.

No filme é feito uma análise e uma comparação entre a descriminalização pelo uso uso das drogas e os danos causados por ela. Visto como frizando pela redução dos danos ~~causados~~ que advem do uso das drogas o filme aponta para a defesa da descriminalização do traficante e do usuário e desta forma no lugar de uma punição, que seria aplicada pelo estado, tratando-o como bandido e doente se fazia o usuário cada vez mais afastando o usuário do traficante.

Frizando ainda que quando o usuário tem contato com os traficantes correm o risco de se viciarem em drogas cada vez mais pesadas, que é o que acontece com o sistema atual.

Por esse motivo a melhor saída apontada pelo documentário seria afastar esses dois figuras, e assim diminuir esse risco além de diminuir a força do tráfico no mundo das drogas, haja visto que não caberia ~~ao~~ a existência constante de tráfico de drogas inclusive os mais pesados. Assim parando por esse sistema além de tudo ainda cortaria gastos desnecessários

Texto N58

do governo por manter um usuário de maconha na cadeia.

É retratado ainda que o adoto as medidas do afastamento do traficante e usuário poderia se testar a maconha como uso medicinal, de forma que investigasse seus verdadeiros benefícios e até formular um remédio. Assim o usuário usaria a maconha de forma que não seria considerado uma figura ruim aos olhos das pessoas, tratando o problema de forma que se conseguiria além de combater o preconceito, evitar a criminalização e marginalização.

Concluímos assim, que o filme vem com a proposta de reflexão quanto ao tema alertando a sociedade da necessidade de uma discussão aberta sobre o uso das drogas, sem pré-julgamentos, sem contra partidas das soluções equivocadas que são a algum tempo adotadas por nós e as que realmente deveriam ser adotadas pela sociedade.

Texto N59

O documentário quebrando o tabu, baseado em fatos reais, por Fernando Grostein Andrade, visa desmistificar a lógica e a métrica da produção, da distribuição e do consumo das principais drogas hoje ilícitas (isto é, imorais), embora seja claramente uma peça de defesa da regulamentação e legalização especificamente da maconha.

O idealizador disse || é o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que junto com outras personalidades tem por objetivo aproximar diversos grupos como jovens, pais, escola, médicos, para poder esclarecer a idéia de descriminalização das drogas.

O documentário || que há discriminação quanto a proibição da maconha, como é a guerra contra as drogas e o uso delas em diferentes momentos e contextos históricos e seu uso, nem sempre extremamente prejudicial à vida humana. No que tange à guerra contra as drogas, fica do que é impossível vencer, pois existe um misto de sentimentos, visões e muitas pessoas, de diferentes classes sociais, envolvidas. Esse compromisso de lutar contra as drogas foi assumido pelos EUA na década de 40 mas foi um verdadeiro fracasso.

O argumento é o seguinte: drogas sempre foram consumidas pela espécie humana, em muitos registros históricos conhecidos. Sem dúvida, elas constituíam parte de toda uma simbologia cultural, preenchiam ritos religiosos que contribuíam na ligação do corpo com o espírito. Com o início das políticas repressivas, o movimento de combate às drogas conduzido pelo governo dos Estados Unidos, sob a massiva propaganda de guerra à época do invasão do Vietnã pelos EUA, logo ganhou força em outros países.

Se a lei seca americana já havia incentivado uma rede inteira de mercados de produção e venda de bebidas alcoólicas no início do século passado, o

Texto N60

hoje, a política criminalizante e estritamente punitiva contra as drogas não corrigiu os problemas do consumo irresponsável (uma questão bastante discutível) e potencializou o uso marginal, assim como deu poder ao tráfico, para depois querer tirá-lo sob o pretexto da salvaguarda da moral e da segurança. Política de contradições e interesses, que também não aparecem no filme, a guerra ~~às~~ drogas não falha porque é ineficiente, mas porque cria monstros que ela mesma visa combater.

No filme não vemos nenhum tipo de apologia, vemos pessoas como Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, Bill Clinton, Jimmy Carter e ex presidentes dos E.U.A, Fernando Gabeira e pessoas comuns, que tiveram suas vidas marcadas pela guerra ~~às~~ drogas, e todos trazem argumentos que condenam o uso de força militar contra os usuários.

Através dos testemunhos entendemos que o usuário é um problema de todos; mas que não é através de repulsão e cadeia que vamos resolver esse problema. Nos seis países || que o documentário passou, alguns inovaram na forma de tratar os dependentes, e isso surtiu resultados eficientes. Com uma intervenção estatal que vise a política de redução de danos, é possível controlar de forma possível o consumo de drogas e recuperar o dependente, pois na maioria dos casos o viciado quer largar a droga.

Um dos pontos que mais chama a atenção no documentário é a comparação com os danos causados entre uma droga e outra e a discriminação pelo uso de drogas, isso porque progressivamente os viciados começariam de experimentar a novidade.

Texto N61

todavia, conhecem as drogas e tem plena consciência de que são realmente perigosas e até mesmo letais, então iniciam mantendo contato com uma droga menos abrasiva, como por exemplo a maconha, e dão prosseguimento para o crack, cocaína e outros milhares mais perigosas, depois disso, esses viciados são taxados como criminosos e são encaminhados para a cadeia.

O exemplo mais claro disso foi o depoimento do Dr. Drauzio Varella sobre uma detenta de uma prisão feminina na qual atende. A presa lhe pedia alguma orientação para parar de usar heroína. O médico, até um pouco sem jeito, pedia para que ela evitasse contato, ao que ela respondeu ser impossível, já que sua colega de cela consumia, além de tantos outros detentas. A situação é dos mais comuns, de acordo com o médico. O viciado é preso por porte de droga com quantidades mínimas de maconha (por exemplo) e o na cadeia o passa a ter contato com crack, cocaína, heroína e outros tantos mais perigosos.

No Brasil o temos como foco a política de redução de danos e, diante disso, o primeiro passo é a defesa da descriminalização da maconha e do usuário e o com isso o trazer o usuário pra perto, não o tratando como bandido ou doente. esse passo poderia fazer com que, o denominado maconheiro, ficasse longe de traficantes, o risco desse usuário experimentar e se tornar um dependente o quando ocorre o contato direto entre usuário e traficante o é altíssimo, pois ele não terá acesso somente a maconha, que serve de entrada para outras drogas, mas a

Texto N62

qualquer tipo de droga que o traficante fornecer.

Se optarem por não jogar o usuário na cadeia, como fazem hoje, estariam também evitando o acesso de outras drogas, pois no documentário ficou evidente que drogas pesadas fazem parte do dia a dia dos presidiários, e não dependeria gastos desnecessários do governo, por manter o usuário de maconha na cadeia. Por último um dos benefícios importantíssimos o nosso ponto de vista, que seria o uso da maconha medicinal. Poderíamos testar os verdadeiros benefícios da maconha, poderíamos estuda-la, e até administra-la como remédio.

A descriminalização da maconha permitiria que o usuário usasse maconha e não seria tratado como bandido por isso, trataria o problema de uma forma bem menos destrutiva conseguiríamos diminuir o preconceito, diminuir o combate ao tráfico, e principalmente evitaríamos a criminalização e a marginalização, que é o real problema do usuário, e não a droga em si.

Texto N63

Quebrando tabu.

As drogas sempre foram um assunto tabu para a sociedade, tema este que carece de ampla discussão e franca participação da sociedade, afim de se obter um consenso, classificando as drogas com base em pesquises científicas e comparação a outras políticas adotadas em outros países, para alcançarmos um modelo que seja mais adequado para nossa sociedade nos dias atuais.

O uso de drogas sempre esteve presente em todos os países, utilizada desde cultos religiosos, e tratamentos medicinais e até mesmo ~~sem~~ uso recreativo.

Na década de 70 a campanha contra as drogas "Drugs Wars" encabeçada pelos EUA, adotou a política de tolerancia zero, Política esta adotada por outros Países sem a observância de aspectos Relevantes.

O Resultado após quatro décadas de combate, não é outro senão o Fracasso, Perceptível em vários aspectos dentre eles destaca-se o aumento da criminalidade, consequencia da Globalização do narcotráfico, este aspecto de globalização pode Facilmente ser entendido, analisando a vasta e complexa Rede do narcotráfico, Países que são os grandes Produtores da matéria Prima e até mesmo responsaveis pela Produção e o Processamento da droga, não dispõem de poder bélico suficiente para assegurar sua continuidade, este cabe Países desenvolvidos onde a demanda por drogas é absurda, Destacam e utilizam como meio de pagamento pelas drogas, a troca por armamentos de Primeira linha, o que reflete diretamente no aumento de crimes violentos.

Texto N64

Não obstante o aumento da violência, os valores produzidos pelo tráfico de drogas atrai a corrupção, está inflamada pulverizada e enraizada em todos os órgãos públicos, incluindo os agentes policiais, estes últimos imaisprescindíveis para a manutenção da atual Política de Repressão.

Vale ressaltar que não obstante os reflexos negativos já destacados, esta guerra consome quantias bilionárias que acabam por sacrificar outros investimentos necessários, com tendência de aumento a cada ano.

Diante disso, o inocente usuário de determinada droga, além de vítima desta guerra, recebe o mesmo tratamento dado aos traficantes, situação que no Brasil é responsável por milhões de encarceramentos desnecessários que marginaliza o usuário, maculando sua reputação e o descredita perante a sociedade, afastando-o do mercado de trabalho formal.

E os Problemas não se limitam a estes, mas pela vista a gravidade dos Problemas já apresentados, não resta dúvidas quanto a necessidade em Rediscutir o tema, isento de aspectos meramente morais e respaldado os Estudos Científicos realizados quanto aos efeitos e dependência de cada droga, para não mais permitir a continuidade do consumo de drogas legalizadas muito mais nocivas do que muitas atualmente Proibidas. Por questões mais e cientificamente comprovadas menos nociva a saúde do usuário.

Ante o exposto é necessário combater este Problema, auxiliando a sociedade e principalmente educando-a, pois só esta é o caminho da mudança capaz de Perdurar.

Texto T1

1 / 1

Respostas

1. Visto que a Empresa Y esta em crise financeira e descumpriu com suas obrigações contratuais a melhor medida a ser tomada pelo Sr. Marcos seria a Ruptura por Infração Empresarial.

- As verbas rescisórias devidas seriam:
- Aviso prévio;
- 13° salário proporcional;
- Férias proporcionais com 1/3;
- Liberação do FGTS do período contratual, com acréscimo da multa de 40%;
- Emissão de Termo de Rescição Contrato de Trabalho, com cód. de saque do FGTS + 40%, bem como da Chave de Conectividade;
- Emissão, pelo empregador, das guias CD/SD, para que o empregado possa, administrativamente, habilitar ao recebimento da verba de seguridade social.

Tal ruptura poderá, ainda, ensejar ao pagamento de Indenização adicional, regulada pela Lei 7.238/84 (Súmula nº 314 TST)

A falta administrativa empresarial quanto a tais verbas poderá gerar obrigação indenizatória.

tilibra

Texto T2

Respostas

2. a) O Banco X procedeu de forma incorreta, uma vez que não poderia aplicar justa causa a Paulo, pois o mesmo ainda não teve condenação criminal transitada em julgado. ✓

b) Caso a empresa possua prova dos fatos, procedeu corretamente ao dar justa causa a Dana, uma vez que a funcionária cometeu ato lesivo contra a empresa

LD E O PRAZO?

c) O Banco X agiu incorretamente, não configura hipótese para justa causa o empregado deixar de quitar com suas dívidas. Dessa maneira, Sérgio poderá ingressar com ação trabalhista contra seu empregador. ✓

d) O Banco agiu incorretamente, de acordo com o art. 471 da CLT é assegurado ao empregado afastado, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa. ✓

Texto T3

① [illegible]

Art. 484-A
Art. 483, "d" } embasamento

Questão 01 :

Diante do cenário apresentado, o Sr. Marcos, tem duas opções viáveis para rescindir o seu contrato de trabalho junto à Empresa Y. Sendo elas:

a) Baseando-se no art. 483, letra "d", poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização pela Empresa não cumprir com as obrigações do contrato. Nessa opção de rescisão, é garantido todos os direitos pertinentes ao empregado, visto que a rescisão se da por culpa única da Empresa, por não cumprir com o seu papel pactuado com o empregado. Essa é a opção mais benéfica.

b) Uma segunda opção, mas menos benéfica, baseia-se no art. 484-A, onde prêve a possibilidade da extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador, neste caso, temos algumas mudanças quanto as verbas rescisórias. Conforme legislação será reduzido pela metade: aviso prévio (se indenizado), a indenização sobre o saldo do FGTS, e as demais verbas serão pagas em sua integridade. Ressalta-se que é limitada a 80% a movimentação da conta do FGTS e que o Sr. Marcos não poderá ingressar no Programa de Seguro-Desemprego.

Questão 02:

2)a) A CCT prêve a demissão por justa causa em seu art. 482, alínea "d", na hipótese do empregado ser condenado criminalmente e seu processo ter transitado em julgado. Logo, se o mesmo ainda não tive seu processo transitado em julgado não há o que se falar em demissão por justa causa. Nesse cenário é possível a reversão da justa causa aplicada, além de outras verbas pelos danos causados.

Texto T4

2.B) Qualquer ato de furto feito pelo empregado pode se enquadrar no art. 482-a da CLT. A improbidade torna legítima a decisão do empregador em rescindir o contrato por justa causa, no entanto, alguns requisitos devem ser observados, como por exemplo o da imediatidade, não pode haver um transcurso de um longo tempo entre o conhecimento do fato e a aplicação da penalidade, havendo esse lapso temporal considera-se que houve um perdão tácito, sendo invalido a demissão por justa causa.

O PRAZO DE 04 DIAS É RAZOÁVEL.

2. C) Enquanto vigente o artigo 508 da CLT, entendia-se que a falta costumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis era permitida, porém foi revogado como mostra a lei 12.347/10, não sendo mais permitido esse tipo de justa causa. ✓

d) Leandro está assegurado pois o contrato de Trabalho sendo um negócio jurídico de trato sucessivel pode sofrer inércia, quando o empregado fica impossibilitado de fazê-lo, e conforme o artigo 471 da CLT, "ao empregado afastado do emprego, são assegurados por ocasião de sua volta, todos os vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídos à categoria que pertência na empresa". Deste modo, o banco X deverá reajustar o salário de Leandro sendo que houveram reajustes nos demais salários. ✓

tilibra

Texto T5

3,0

1) A medida judicial mais vantajosa é a rescisão indireta; pois é a modalidade que mais incorpora maior número de verbas rescisórias trabalhistas (ao lado da dispensa imotivada ou sem justa causa). Se Marcos ensejou uma ruptura por iniciação empresarial.

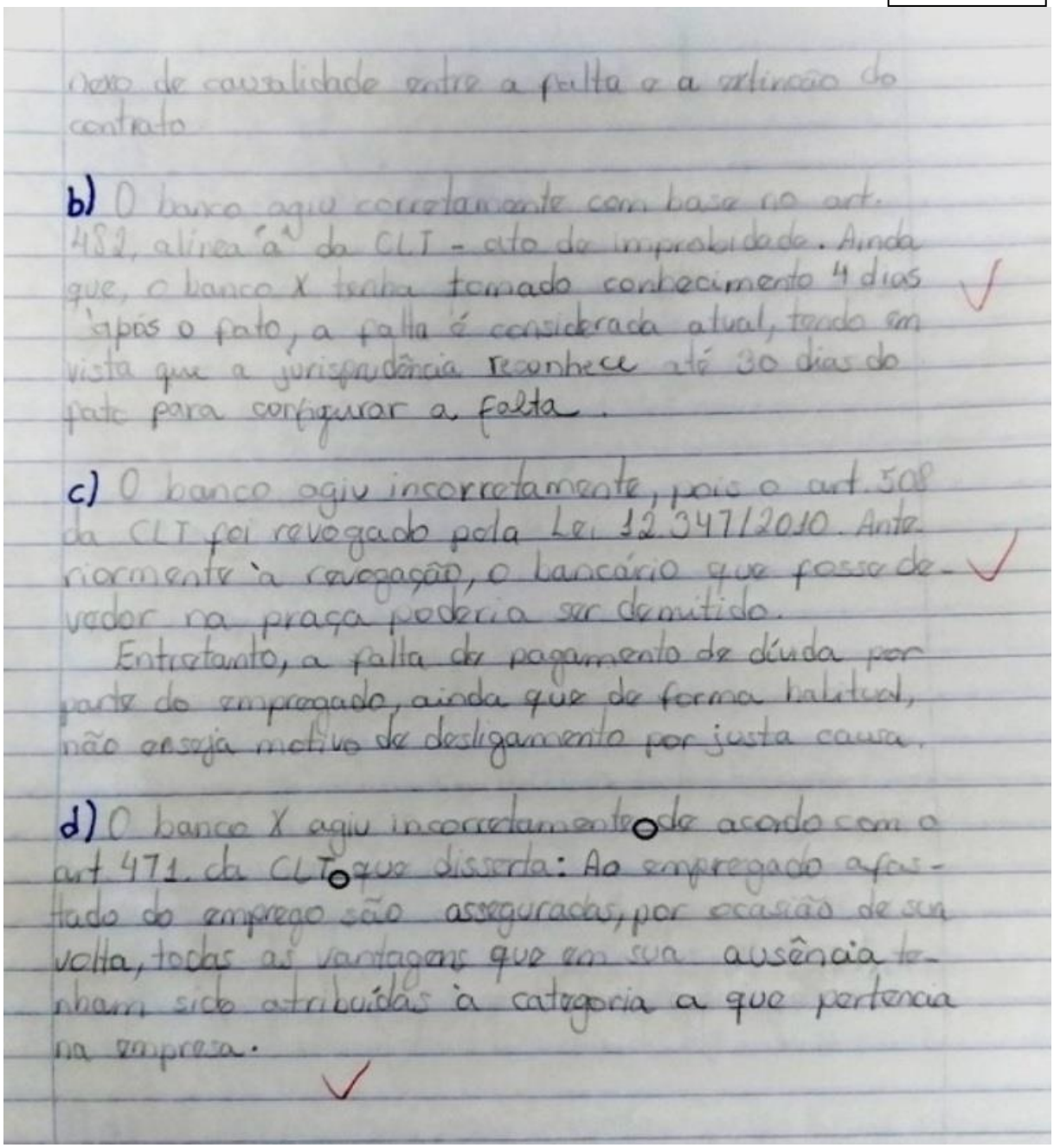
As verbas rescisórias são:

- Aviso prévio;
- 13º salário proporcional;
- férias proporcionais com 1/3;
- liberação do FGTS do período contratual, com acréscimo da multa de 40%;
- importa na emissão do Termo de Rescisão Contrato de Trabalho, com o código de saque do FGTS + 40% bem como da Chave de Conectividade;
- o empregador deve emitir as guias CD/SD (comunicação da dispensa e seguro desemprego), para que o empregado possa se habilitar, administrativamente, ao recebimento da verba da seguridade social.

2) a) O banco não agiu corretamente, tendo em vista que conforme o art. 482 da CLT, alínea d, a condenação criminal do empregado deve ser passado em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.

Via de regra, a conduta do empregado fora do local de trabalho não configura justa causa, salvo se repercutir na relação empregatícia. Deve haver

Texto T6



nexo de causalidade entre a falta e a extinção do contrato.

b) O banco agiu corretamente com base no art. 482, alínea "a" da CLT - ato de improbidade. Ainda que, o banco X tenha tomado conhecimento 4 dias após o fato, a falta é considerada atual, tendo em vista que a jurisprudência reconhece até 30 dias do fato para configurar a falta.

c) O banco agiu incorretamente, pois o art. 508 da CLT foi revogado pela Lei 12.347/2010. Anteriormente à revogação, o bancário que fosse devedor na praça poderia ser demitido.

Entretanto, a falta de pagamento de dívida por parte do empregado, ainda que de forma habitual, não enseja motivo de desligamento por justa causa.

d) O banco X agiu incorretamente de acordo com o art 471. da CLT que dispõe: Ao empregado afastado do emprego são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que em sua ausência tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.